

Faculdade de Letras

O MUNDIAL DE 1966: ESTUDO DE CASO

Futebol e Política na Imprensa da Fase Final do Estado Novo

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto
Título	O MUNDIAL DE 1966: ESTUDO DE CASO - Futebol e Política na Imprensa da Fase Final do Estado Novo
Autor	César Alexandre de Abreu Cruz Santos Rodrigues
Orientador	Doutor Rui Manuel Bebiano Nascimento
Coorientador	
Júri	Presidente: Doutor António Resende Oliveira
	Vogais:
	1. Doutor Francisco Manuel de Jesus Pinheiro
	2. Doutor Rui Manuel Bebiano Nascimento
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História Contemporânea
Data da defesa	24-10-2013
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

À Leonor,
o Projeto de uma vida!

«Porque somos e nos sabemos frágeis e precários, transitórios e mortais, nós os humanos ansiamos e lutamos para conquistar e beber da taça do mundo. (...) Eles – os Deuses – só sabem e podem ganhar; nós somos predestinados a assumir o risco de perder, nascemos para cumprir o destino e fado de ganhar algumas vezes, de perder muitas outras e de ter de aprender a perder e a suportar a derrota, mas sem perder a face, a determinação e o gosto de insistir, treinar e competir, de tentar e de ousar, de melhorar e de progredir. Chama-se a isto vencer, viver e existir» (Bento, 2009: 161).

Índice

Resumo	7
Abstract.....	9
Introdução.....	11
Parte I – As circunstâncias históricas	13
1.1.O Futebol e a seleção nacional durante o Estado Novo	13
1.2. Poder, opinião pública e popularização do futebol	21
1.2.1. Da indiferença política à defesa do amadorismo	21
1.2.2. A construção dos grandes estádios.....	30
O Estádio Nacional.....	30
Os “outros” grandes estádios.....	34
1.2.3. O profissionalismo	40
1.2.4. Futebol e política colonial.....	43
1.2.5. Futebol e combate político.....	45
1.2.6. Os <i>media</i> e a popularização do futebol	51
1.3. “Seleção” na imprensa do Estado Novo.....	57
1.4. Futebol como representação política na imprensa	71
1.4.1. Torneio Internacional de Juniores -1961	73
1.4.2. A politização até 1966 e o discurso de <i>A Bola</i>	74
1.4.3. O II Congresso Nacional de Futebol – 1964.....	80
1.4.4. A seleção nacional e a Nação no Mundial de 1966	82
1.4.5. A seleção após 1966.....	90
Parte II – O projeto de investigação	95
2.1. Estado da Arte:.....	95
2.2. Objetivos	101

2.3. Descrição detalhada.....	103
2.4. Tarefas	109
2.5. Cronograma	111
Conclusão.....	113
Bibliografia	122

Resumo

O presente trabalho de projeto, apresentado como prova de avaliação do Segundo Ciclo em História conducente ao grau de Mestre, visa, através da imprensa, lançar as bases para uma investigação futura sobre o futebol como representação política na fase final do Estado Novo, incidindo especialmente no caso da participação portuguesa no Mundial de Futebol de 1966. Tem por base a relação entre o futebol, a política e os *media*, e examinará o papel dos seus intervenientes diretos (agentes do futebol e da política), indiretos (o público e os adeptos) e complementares (a imprensa geral e da especialidade) e de como estes se influenciam reciprocamente no período final do Estado Novo. Pretende, deste modo, aferir a projeção mediática do futebol e o seu resultado durante o referido período.

Através da observação da imprensa e do seu tratamento em função de critérios que concernem à análise dos *media*, o projeto, apoiado numa abordagem interdisciplinar e integrando uma reflexão epistemológica no campo da História e de outros saberes afins ao tema, entre os quais a Sociologia e o Jornalismo, escrutinará e confrontará a produção historiográfica e parte significativa do acervo documental existente sobre a relação entre política e futebol em Portugal.

O trabalho pretenderá ainda contribuir para o conhecimento sobre da importância da participação portuguesa no Campeonato do Mundo de Futebol de 1966, no contexto da projeção e da disseminação de alguns dos valores políticos do Estado Novo conservados na sua fase final.

Abstract

This project, presented as an examination paper for the 2nd cycle of the History Programme leading to the degree of Master, aims at laying the basis for a future research on football as a political representation in the final stages of the “New State” regime, focusing in particular on the participation of the Portuguese team in the 1966 World Football Cup. It looks at the relationship between football, politics and the media, and examines the role of its stakeholders, both direct (football and political agents) and indirect (the audience and the fans), as well as its ancillary stakeholders (general and specialist press) and how they influence each other reciprocally towards the end of the “New State”. It thus attempts to assess media's outlook on football as well as its consequences during this period

Observing the press and the processing thereof according to criteria which involve the analysis of media, the project, based on an interdisciplinary approach and integrating an epistemological reflection in the field of History and of other related sciences, including Sociology and Journalism, intends to analyse and compare historiographical production and a significant part of the existing *acquis* on the relationship between politics and football in Portugal.

The work also seeks to contribute to an overview on the importance of Portuguese participation in the 1966 World Football Cup, within the context of the projection and dissemination of some of the political values the “New State” regime retained towards the end.

Introdução

O trabalho de projeto aqui apresentado propõe-se, para além dos seus objetivos académicos, lançar as bases de um trabalho, no âmbito da História Contemporânea de Portugal, que se pretende levar a cabo ulteriormente. Obedece a uma estrutura de projeto visando a conclusão de provas de Mestrado, embora se encontre concebido de forma a poder ser desenvolvido em provas académicas de maior fôlego.

A escolha do tema, *O Mundial de 1966: Estudo de Caso. Futebol e Política na Imprensa da Fase Final do Estado Novo*, deve-se à relevância que o futebol, enquanto fenómeno social e também político, assumiu em Portugal no período final do Estado Novo, em particular no contexto no qual ocorreu a referida prova internacional.

Durante um longo período, o futebol foi votado ao esquecimento, ou mesmo ao menosprezo, enquanto objeto de investigação, quer pelas ciências sociais, quer pela História em particular. Tal se deveu, em boa medida, à consideração deste desporto predominantemente como um mero entretenimento, pouco merecedor da atenção académica.

Atualmente, porém, a dialética sobre o desporto – e o futebol em particular – e a sua representação política têm vindo a ganhar importância, embora sejam poucos trabalhos de fôlego concluídos no meio académico. O futebol tornou-se assim, já sem grandes objeções, um campo de estudo para as ciências sociais. Segundo Olímpio Bento, «não dar ao desporto a devida importância é agir como se não fôssemos circundantes, vivêssemos fora do nosso tempo e ignorássemos a função que lhe pertence na modelação e feitura do mundo, da civilização e das pessoas» (in Carvalho, 2009: 107).

Enquanto modalidade que se tornou cada vez mais popular em função do aumento de público interessado no fenómeno, e cada vez mais acessível – passível de discussão e de diálogo, e também de maior intervenção –, o futebol, enquanto fenómeno, não passou desatento ao próprio Estado Novo, nomeadamente aquando dos sucessos desportivos internacionais alcançados na década de 1960 e, particularmente, os relativos à seleção portuguesa de futebol.

Podemos afirmar, desta forma, que o futebol se pode definir como um campo de investigação histórica, observável a partir dos seus mais variados campos. Acresce ainda, que enquanto modalidade desportiva, ao escudar-se supostamente na sua completa independência em relação à política, tornou mais apetecível a sua apropriação por parte dos poderes afirmados ou em confronto.

O recurso aos *media* e, neste particular à imprensa, como veículos para um reconhecimento social da importância do fenómeno futebolístico e, ao mesmo tempo, enquanto veículo difusor de um discurso que em muitos momentos fundia as vertentes desportiva e política, pode constituir um valioso contributo para acrescentar valor à investigação que se propõe realizar.

Os *media*, ao potenciarem o futebol como desporto popular tornaram também a sua representação política apetecível. Nesse sentido, o presente projeto, pretende, com uma dimensão interdisciplinar contribuir para o seu conhecimento histórico, confrontando as teorias estabelecidas com a análise concreta da produção jornalística sobre o período final do Estado Novo.

Acresce que para além das razões objetivas para a escolha da presente temática existem também outras de carácter subjetivo: a política e o desporto figuram entre os campos de eleição do autor, que desta forma procura associar a tal interesse uma compreensão mais completa dos objetivos, processos, circunstâncias e interesses prosseguidos neste domínio.

Por fim, antecipa-se desde já uma referência às eventuais imperfeições, repetições ou redundâncias que o trabalho de projeto poderá revelar. O presente empreendimento apenas pode lançar as fundações elementares para a travessia de um caminho neste momento apenas iniciado, na medida em que a investigação de autor se processará numa fase seguinte. Na presente conjuntura, o tempo disponível para elaboração deste trabalho revelou-se um bem escasso, pelo que se procurou não a exaustão do tema mas a projeção essencial das suas circunstâncias temporais e o desenvolvimento de alguns aspetos da sua interpretação histórica. Desta forma, a posterior concretização do projeto englobará com maior consistência obras e estudos de época associados à investigação histórica do Estado Novo, bem como uma utilização mais efetiva de fontes, nomeadamente das provenientes de jornais e revistas.

Parte I – As circunstâncias históricas

1.1. O Futebol e a seleção nacional durante o Estado Novo

O desporto e sua prática mereceram desde o século XIX, na Europa, a atenção da sociedade e dos Estados como uma forma «de militarização da “sociedade civil”, de educação da juventude, de disciplina dos corpos, de higienização médica e de propaganda nacionalista», pelo que «a educação física significou, em grande medida, a recondução do fenómeno desportivo à educação estatal» (Neves e Domingos, 2011: 78). Durante esse século, o desporto, antes visto como atividade mais associada a hábitos e práticas da nobreza irá evoluindo gradualmente para a sua democratização e para uma cultura e educação física (Serrado, 2009: 40).

Em Portugal será na transição do século XIX para o século XX que esta mudança ocorrerá, enquadrado numa época de profusão de espetáculos urbanos que sublinhavam a legitimação social do lazer. Neste período organizaram-se modalidades, clubes, associações, federações e competições e, em 1909, foi fundado o Comité Olímpico Português (Neves e Domingos, 2011: 7).

Este desporto moderno ligou-se a um alargamento do seu impacto social, com a devida correspondência por parte da comunicação social. Como parte integrante de uma recente vivência de variados lazeres e espetáculos, também ele conquistou um público seduzido pelas proezas desportivas, mas também pelo surgimento e impacto dos clubes, pelo que desde os pequenos grémios de bairro «espaços de sociabilidade próxima, até aos clubes que rapidamente se popularizaram além destes espaços de afinidades, criou-se um espaço de atividade e conhecimento propriamente desportivo, ao qual os meios de comunicação iriam dar inusitada dimensão» (*idem, ibidem*: 7-8).

O renovado interesse pela educação física, a vulgarização do desporto moderno e a sua institucionalização dará origem ao fenómeno de globalização e industrialização desportiva, de que o futebol foi exemplo, tendo este surgido em Inglaterra no derradeiro «quartel do século XIX, durante a revolução industrial capitalista, «com grande benefício para os grandes proprietários das fábricas, por causa do forte espírito de grupo que desenvolvia nos trabalhadores» e, pelo seu acessível acesso, «rapidamente invadiu a Europa» (Baptista, 2009: 232).

No que diz respeito particularmente ao futebol, aceita-se o ano de 1888 como a data de início da modalidade em Portugal, embora praticado ainda de forma residual e apenas pelas classes

mais privilegiadas. No entanto, após alguns anos o futebol tornar-se-á o desporto-rei para os portugueses. A democraticidade de acesso ao jogo, em função dos reduzidos custos associados à sua prática, determinará, em parte, a sua meteórica popularidade que será transversal a todas as classes sociais (Serrado, 2009: 39).

Na primeira década do século XX a modalidade começa paulatinamente a organizar-se em Portugal.¹ Na época 1906/1907 disputa-se em Lisboa o seu primeiro campeonato e em 1908 há registos de um jogo de futebol, em Lisboa, entre o Benfica e o Carcavellos com uma assistência a rondar os 8.000 espetadores. Também em 1913 o encontro entre o Benfica e o Sporting que marcava a inauguração do novo recinto do primeiro seria presenciado por 5.000 espetadores (Kumar, 2004: 236)

No início da década de 1910, o número de jogadores inscritos ascendia já as cinco centenas (96 para 507). Por sua vez, o decreto republicano que, a 10 de Janeiro de 1911, instituiu o domingo como dia de descanso semanal obrigatório para os assalariados, permitiu que estes usufríssem de disponibilidade de tempo para acompanharem o jogo, seja enquanto praticantes ou enquanto espetadores. Esta ideia é sublinhada pela assistência ao jogo, em 1914, entre o Benfica e o clube inglês Third Lanark, onde terão estado presentes cerca de 10.000 espetadores (Serrado, 2009: 42).

A década de 1920 presencia a abrangência do futebol no país com o aparecimento de várias associações regionais, pois «entre 1920 e 1930 criam-se 14 das 22 associações regionais de futebol» (Valério e Nunes, in *idem, ibidem*: 43). Em 1922, inicia-se a primeira competição verdadeiramente nacional – o Campeonato de Portugal – ainda por eliminatórias.

Nesta década, a seleção portuguesa de futebol disputa o seu primeiro jogo (1921), tendo como oponente a Espanha, averbando uma derrota por 3-1. Em 1928, a Seleção participará pela primeira vez em uma competição internacional, representando o país nos Jogos Olímpicos de Amesterdão através de uma participação notável, em que atingiu os quartos-de-final e um correspondente sétimo lugar, sob o comando do selecionador Cândido de Oliveira. Porém, esta década, finalizará com um saldo negativo para a seleção, com 4 vitórias, cinco empates e 12 derrotas, em 21 jogos disputados (Coelho e Pinheiro, 2004: 334).

¹ São fundados neste período: The Boavista Footballers (1903); Futebol Clube do Porto (1893 ou 1906): este clube considera como data de fundação o ano de 1893 mas, para Serrado, o clube criado na primeira data não estará relacionado com o clube criado posteriormente; o Sporting Clube de Portugal (1906); o Sport Lisboa e Benfica (1904 ou 1908): este clube considera como data oficial da sua fundação o ano de 1904, ano da fundação do Sport Lisboa (1904) que unido ao Grupo Sport Benfica dará origem ao Sport Lisboa e Benfica; Associação de Futebol de Lisboa (1910); União Portuguesa de Football (1914) (Serrado, 2009: 42)

Ainda nos anos 20, o aumento da popularidade da modalidade, teve como consequência maiores assistências nos campos de futebol, concedendo à modalidade um assinalável impacto económico em que, alguns jogadores, através do futebol complementavam o salário da sua verdadeira atividade profissional. Apesar de este período indiciar um passo na direção de um semiprofissionalismo, de que são exemplo também os acordos para a transferência de jogadores – uma prática que à época era alvo de reprovação –, os clubes usufruíam de obsoletas infraestruturas (Serrado, 2009: 44).

Na década de 1930 não se observam grandes desenvolvimentos no que à melhoria das infraestruturas e organização da modalidade diz respeito. A falta de investimento no futebol português tornava-se mais visível por comparação internacional, onde existiam diversos países onde o futebol era já profissionalizado, como são os casos da Inglaterra desde final do século XIX, Espanha, Bélgica e França desde, sensivelmente, 1928, e Brasil, Uruguai e Argentina, no decorrer dos anos 20 (*idem, ibidem*: 45). Será, no entanto, nesta década, em 1934/1935, que teve lugar o Iº Campeonato Nacional da I e II Divisões (a primeira competição regular nacional) que se revelaram um sucesso financeiro (triplo das receitas) e popular (Pinheiro, 2012: 55). Inicialmente com oito equipas, o seu número ascenderia a dez na época de 1939/1940.

Em função do amadorismo do futebol neste período, em 1934, a seleção sofreria uma derrota marcante por, nove golos sem resposta, contra a Espanha. Diga-se que neste país o futebol usufruía de estatuto profissional desde a década anterior. Este período revelou mais uma vez para a seleção, apesar de um maior número de vitórias em relação ao decénio anterior, resultados globais negativos, com 8 vitórias, 2 empates e 11 derrotas, em 21 jogos realizados (Coelho e Pinheiro, 2004: 334-335).²

Durante a década de 1940, a realidade futebolística nacional não se alterou significativamente. Neste período, regista-se o aumento do número de equipas do Campeonato Nacional, para 14, a partir da época 1946/47. Na época seguinte, extinguir-se-ão as provas distritais de acesso ao campeonato nacional, passando a existir um modelo organizativo efetivamente nacional com campeonatos ligados entre si que iam desde os distritais à mais importante competição nacional, a Primeira Divisão. No ano de 1947, a nível internacional, a seleção portuguesa sublinhava a impreparação para competir com países onde a profissionalização do futebol já era uma realidade ao sofrer uma pesada derrota contra a Inglaterra (10-0) (Serrado, 2009: 45-48). Nestes dez anos, Portugal disputaria 21 jogos

² A seleção não conseguiu qualificar-se para qualquer fase final de Campeonatos do Mundo (competição iniciada em 1930, com fases finais também em 1934 e 1938).

internacionais³ e novamente com um maior número de derrotas do que vitórias, 10 contra 7, obtendo ainda 4 empates (Coelho e Pinheiro, 2004: 335).⁴

Ainda na década de 1940, a 10 de Junho de 1944, é inaugurado em Lisboa o primeiro grande estádio em Portugal, o Estádio Nacional, considerado à época o mais imponente da Península Ibérica. Esta aspiração de criação de um grande recinto provinha dos anos 20, quando já se falava da importância de Portugal erigir um estádio de grandes dimensões, à semelhança dos que eram projetados pela Europa. Era, no entanto, ainda um caso praticamente isolado ao nível de estádios condignos para a prática e observação de espetáculos desportivos, uma vez que os grandes estádios dos clubes viriam a ser construídos apenas na década seguinte (Serrado, 2009: 47).

Nas décadas de 1930-1940, apesar do semiprofissionalismo vigente em Portugal ou no dizer de alguns autores o “profissionalismo encapotado”, os casos de jogadores que usufruíam de regalias monetárias consideráveis eram ainda residuais. Assim, a profissionalização não era visível no seu modelo organizativo, na sua «estrutura jurídica, nos modelos de treino, nas infraestruturas, na filosofia, nos hábitos, na mentalidade, em suma, na forma de viver a modalidade» (*idem, ibidem*: 46). O Estado Novo, pelo contrário, institucionalizaria o amadorismo no futebol e proibiria o profissionalismo no desporto, através da criação, em 1942, da Direção Geral de Educação Física Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), no seio do Ministério da Educação Nacional. A proibição do profissionalismo iria perdurar até 1960.

É assim que, em 1942 e através da DGEFDSE, o poder político impõe institucionalmente o amadorismo ao futebol. Esta postura estatal e moralista tornar-se-á um obstáculo a uma atividade que, paulatinamente, e desde a década de 1920, caminhava para semiprofissionalização e ganhava alguma autonomia. Os futebolistas deveriam, desta forma, ter um verdadeiro emprego para sua subsistência, pelo que a prática da modalidade deveria ser somente um complemento acessório. No entanto, apesar das indicações estatais e da falta de organização desportivas, esta década (que mantém a matriz amadora) revela laivos de profissionalismo, com transferências de jogadores e prémios de jogo mais ou menos dissimulados (*idem, ibidem*: 47-48).

³ Assinale-se, como curiosidade, o facto de 21 ter sido o número de jogos realizados em cada uma das três primeiras décadas de existência da seleção.

⁴ Neste período, Portugal apenas realizou jogos internacionais amigáveis, em virtude dos Campeonatos do Mundo de 1942 e 1946 terem sido cancelados devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial.

A década de 1950 funcionará como o período embrionário para a década de ouro do futebol português no decénio seguinte. Será nos anos 50 que paulatinamente o futebol em Portugal criará os seus mais sólidos alicerces, a nível organizativo, material e competitivo. Será esta a década da construção dos grandes estádios, da caminhada a passos decisivos para a profissionalização e da aplicação de sistemas de jogo similares aos praticados nos países europeus com um enquadramento futebolístico mais desenvolvido. Neste período, assiste-se ainda à chegada a Portugal de treinadores internacionais que elevarão o nível de jogo em Portugal e o seu profissionalismo, destacando-se, neste particular, o treinador brasileiro Otto Glória. Também outros tiveram papel importante no desenvolvimento da modalidade em Portugal como foram os casos do chileno Fernando Riera, do búlgaro Béla Guttmann ou do brasileiro Yustrich (*idem, ibidem*: 48).

Este decénio não demonstrou, no entanto, para a seleção nacional de futebol, grandes melhorias, no que aos seus resultados internacionais diz respeito⁵. Apesar de pontuais vitórias sobre seleções de bom nível (Inglaterra e Espanha: 3-1; Itália: 3-0; e DR Alemã, duas vezes: 2-0 e 3-2), o balanço global entre vitórias e derrotas, 9 contra 7, voltou a ser negativo, registando ainda 8 empates, num total de 41 jogos⁶ (Coelho e Pinheiro, 2004: 335-336).

Porém, a década de 1960 dará ao futebol português – clubes e seleção nacional – um sucesso desportivo e uma projeção internacional até então nunca visto, permitindo apenas neste período alguma “rentabilização” política dos seus feitos. De facto, no que aos clubes portugueses diz respeito, os resultados internacionais na década de 1960, foram pautados por êxitos assinaláveis. Neste período, Benfica conquistou por duas vezes a Taça dos Clubes Campeões Europeus (1961 e 1962) e esteve presente em mais três finais. Em 1964, também o Sporting obterá uma conquista internacional, vencendo a Taça dos Vencedores das Taças.

Nesta época surgiu, e destacou-se como jogador, Eusébio da Silva Ferreira, ainda hoje muitas vezes considerado por parte da crítica, o melhor jogador português de sempre. Em volta de Eusébio⁷, criou-se o mito de ter sido declarado património nacional pelo regime. Relativamente às seleções nacionais, os anos 60 iniciaram-se com a seleção portuguesa a sagrar-

⁵ Pode destacar-se, no entanto e apenas num enquadramento muito específico, a vitória da seleção militar de Portugal, em 1958, em Lisboa, no Torneio Internacional Militar de Futebol, organizado pelo Conseil International du Sport Militaire – CISM (Pinheiro, 2012: 73)

⁶ Mais uma vez, neste intervalo temporal, a seleção não conseguiu apurar-se para nenhuma competição internacional (Campeonatos do Mundo de Futebol de 1950, 1954 e 1958).

⁷ Eusébio foi o primeiro jogador português a conquistar o galardão atribuído pela *France Football* – Bola de Ouro – em 1965, ao melhor jogador da Europa. Eusébio ficaria ainda por duas vezes (em 1962 e 1966) no segundo lugar para este prémio.

se Campeã do Torneio Internacional de Juniores, em 1961, numa competição realizada em Portugal.

No que diz respeito aos resultados desportivos internacionais alcançados pela principal seleção nacional de futebol, assiste-se também a uma mudança radical. Até ao final dos anos 50 a seleção alcançou, em 107 jogos, 30 vitórias e averbou 58 derrotas (empatou por 19 vezes), ou seja, obteve quase o dobro das derrotas em relação às vitórias. Já no decénio seguinte, o selecionado português realizou 56 jogos (efetuou numa única década aproximadamente metade dos jogos que tinha realizado desde a estreia em 1921), tendo obtido, pela primeira vez, mais vitórias (25) do que derrotas (21), empatando 10 encontros (Afonso de Melo, 2004: 331-337).⁸

A sublinhar o novo padrão de resultados, com mais vitórias do que derrotas numa década, está o trajeto da seleção nos anos de 1965 e 1966, em que esta obtém uma conjugação de resultados sem paralelo até então, com 13 jogos consecutivos sem perder tendo, no conjunto, registado 10 vitórias (Coelho e Pinheiro, 2004: 337).

Será no ano de 1966 que a seleção alcançará o seu melhor resultado até esse período, com o terceiro lugar alcançado no Mundial de Futebol de Inglaterra. Este momento será analisado adiante com maior profundidade, no entanto, destaquem-se desde já os resultados alcançados pela seleção durante o referido Mundial: Portugal realizou 6 jogos e obteve 5 vitórias, das quais 3 na fase de grupos contra a Hungria (3-1), a Bulgária (3-0) e o Brasil (3-1). As outras duas vitórias nos quartos-de-final contra a Coreia do Norte (5-3) e no jogo de atribuição do terceiro lugar contra a URSS (2-1). A derrota que determinaria a exclusão do jogo de atribuição do título de campeão do mundo aconteceu nas meias-finais com a seleção anfitriã, a Inglaterra (1-2).⁹

⁸ Ainda assim, neste período, Portugal voltaria a falhar o apuramento para a fase final da Taça das Nações Europeias – futuro Campeonato da Europa – (de 1960, 1964 e 1968) e do Campeonato do Mundo de 1962. A exceção viria a ser a qualificação, pela primeira vez, para a fase final de um Campeonato do Mundo (Inglaterra, em 1966).

⁹ Sendo a década de 1960, o período principal de análise do projeto, segue-se uma resenha dos resultados da seleção nessa fase. 1960: derrota na Alemanha contra a RF Alemanha (1-2), em jogo particular. Ainda nesse ano, vitória em Lisboa (2-1) e derrota na Jugoslávia (5-1), na qualificação para a Taça das Nações de 1960. 1961: vitória (6-0) e derrota (2-4) com Luxemburgo e empate em Lisboa (1-1), derrota com Inglaterra (0-2) na qualificação para o campeonato do mundo de 1962, e derrota em Lisboa com Argentina (0-2), em jogo particular. 1962: derrotas consecutivas em jogos particulares, dois no Brasil (1-2) e (0-1), e um em Lisboa, com a Bélgica (1-2), e derrota (1-3) e uma vitória (3-1) com a Bulgária, no apuramento para o campeonato da Europa de 1964. Um terceiro encontro, em 1963, realizado em campo neutro (Roma) e acabaria com a derrota de Portugal (0-1) e o afastamento de mais uma competição internacional de seleções. 1963: vitória contra o Brasil (1-0), em Lisboa. 1964: apenas jogos particulares com um saldo de 3 vitórias: Suíça, em Zurique (3-2), Bélgica, em Bruxelas (2-1), e Espanha, no Porto (2-1); 1 empate: Inglaterra, em São Paulo (1-1); e 3 derrotas: Inglaterra, em Lisboa (3-4), Argentina, no Rio de Janeiro (0-2), e Brasil, no Rio de Janeiro (1-4). 1965: um total de sete jogos (4V, 2E e 1D). Destaca-se a vitória com a Checoslováquia em Bratislava (0-1): Os dez bravos do “milagre de Bratislava”. 1966 (antes do Campeonato do Mundo): 5 jogos e 5 vitórias, contra a Noruega (4-0), Escócia (0-1), Dinamarca (1-3), Uruguai (3-0), e Roménia

A década de 1970 não manterá, relativamente ao futebol português, a evolução positiva verificada no período anterior no que diz respeito aos encontros internacionais, quer a nível de clubes, quer de seleção. No âmbito estritamente desportivo, e apesar da boa técnica demonstrada pelo jogador português, era perceptível um défice físico e tático em comparação com países de maior projeção internacional. Porém, o futebol português enfermava, neste período, de males que feriam com maior gravidade a evolução da modalidade.¹⁰ Este período foi marcado, naturalmente, pelas transformações associadas à queda do regime e ao período revolucionário que se lhe seguiu. De imediato, por razões relacionadas com os processos de descolonização, o recrutamento de jogadores africanos para os clubes portugueses diminuiu consideravelmente. Por sua vez, «com a independência das ex-colónias, estas regulamentaram leis de proibição da saída de jogadores para o estrangeiro, para deste modo valorizar e desenvolver os respetivos campeonatos internos» (Serrado, 2009: 52).

Nos anos 70 verificou-se entretanto uma regressão das conquistas internacionais ao nível de clubes, bem como de apuramentos da seleção nacional para as fases finais das grandes competições internacionais.¹¹ A exceção terá sido, o segundo lugar alcançado no Torneio Independência do Brasil – Minicopa –, realizada em 1972. Paradoxalmente, em toda a história da seleção até esse período, a década de 1970 foi aquela em que a seleção alcançou, percentualmente, o melhor registo, tendo obtido 25 vitórias, 15 derrotas e 12 empates.

(1-0). 1966 (após o Campeonato do Mundo): derrota, em Lisboa, com a Suécia (1-2), na qualificação para o Campeonato da Europa de 1968. (Coelho e Pinheiro, 2004: 336-338).

¹⁰ Existia uma estrutura organizativa pouco conseguida por parte da Federação Portuguesa de Futebol e o conflito entre os clubes do norte (em particular do Futebol Clube do Porto) que manifestavam o seu descontentamento contra o poder centralizado existente a sul. (Serrado, 2009: 51).

¹¹ Nesse decénio, a seleção falharia o apuramento para os Campeonatos do Mundo (1970, 1974 e 1978) e para os Campeonatos da Europa (1972 e 1976).

1.2. Poder, opinião pública e popularização do futebol

1.2.1. Da indiferença política à defesa do amadorismo

Existem, desde o aparecimento da modalidade em Portugal, nos finais do século XIX, pontos de encontro entre o futebol e a política. Em 1890, Portugal foi surpreendido pelo Ultimato Inglês¹² que, em seu resultado, provocou grande descontentamento na população contra os ingleses. Segundo Francisco Pinheiro, este sentimento de repulsa contra a Inglaterra teria, momentaneamente, resultado em desconfiança dos portugueses relativamente a uma modalidade inventada pelos britânicos. No entanto, lentamente, os dirigentes políticos e desportivos, aperceberam-se das vantagens de estabelecer relações entre ambos os campos, em função das virtudes sociais e propagandísticas, favorável aos primeiros, e do apoio regulamentar, organizacional e infraestrutural, benéfico aos segundos (Pinheiro, 2012: 48).

Tal relação foi-se fortalecendo ao longo das décadas, não necessariamente sempre no sentido do aproveitamento, por vezes mútuo, mas com um dinamismo de repulsa e atração consoante a realidade desportiva, social, histórica e política de cada momento. As primeiras três décadas do futebol em Portugal ficaram aliás marcadas pela presença de três regimes políticos. Assim, a modalidade deu os primeiros passos no país durante a Monarquia. Esta seria substituída em 1910 pela República. Posteriormente, em 1926, o golpe militar de 28 de maio, liderado pelo General Gomes da Costa, instituiria a Ditadura à qual em 1933, após referendo constitucional, se seguiria o Estado Novo.

Ainda em 1926, pouco depois do golpe militar, Cândido de Oliveira¹³ utilizaria a imprensa desportiva para defender a separação entre o desporto e a política: «Em desporto não há política, no sentido restrito do vocábulo (...). No dia em que os desportistas se agruparem ou se distinguirem uns dos outros pelo credo político que professam, ter-se-á perdido o desporto.» (*Os Sports*, in *idem, ibidem*: 47).

Durante a década de 1920 só pontualmente, a defendida separação entre o desporto e a política foi interrompida. O futebol pecava neste período pela falta de organização e de efetivos sucessos, pelo que a Ditadura Militar não estaria interessada num relacionamento que não representava, para esta, benefícios visíveis.

¹²Veja-se, a propósito das implicações do Ultimato Inglês, Marques (1974) e Homem (1985).

¹³ Cândido de Oliveira destacou-se enquanto jogador e treinador de futebol – de clubes e de seleção – mas também como dirigente desportivo, jornalista. Foi ainda cofundador, em 1945, do jornal desportivo *A Bola*.

No entanto, em 1928, verificou-se um momento de comunhão nacional com a glorificação aos heróis da seleção de futebol que tinham, com resultados positivos, representado Portugal nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, sublinhado no periódico *Os Sports*: «Corre mundo a fama que nós, portugueses, somos umas pessoas insaciáveis, às turras, (...). Mostrámos em Amesterdão que é falsa essa “blague”» demonstrando «um entendimento perfeito, com uma só vontade e uma só alma» (*Os Sports*, in *idem, ibidem*: 50). A fama referida no jornal *Os Sports* parece aludir, em parte, à ideia defendida pela política oficial do regime de que o Liberalismo e a Primeira República Portuguesa teriam sido um tempo de um certo desgoverno.

No entanto, nesse mesmo ano, e apesar do «capital político-ideológico de reforço da ideologia nacionalista», a ditadura interferiria com o futebol, limitando a sua progressão mas não impedindo a sua crescente popularização, uma vez que o Ministério da Instrução proibiria a sua prática no verão tomando-a por «modalidade invernal que prejudicaria a saúde na época estival» (*idem, ibidem*: 50). Também em 1930 instalou-se um conflito entre a Associação de Futebol de Lisboa (AFL) e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF).¹⁴

Em *O Sport de Lisboa* divergências eram severamente criticadas:

«Porque nos havemos de admirar da indisciplina que se vê nos campos? O pobre do nosso futebol! O futebol está como o deixaram aqueles dirigentes saciados de viajatas (...), está como o abandonou aquela imprensa interesseira, porque ele já não lhe dava margem para ruidosa propaganda e fabulosos lucros; o futebol encontrava-se um cadáver que os abutres abandonaram fartos» (in *idem, ibidem*: 51).

Nesta década, com a progressiva diminuição da conflitualidade no futebol e a sua estabilização institucional, a prática desportiva em Portugal, viria a merecer, lentamente, alguma atenção por parte do regime, favorecendo este processo tanto a sua popularização quanto a sua politização.¹⁵ Por outro lado, o aparecimento da rádio em Portugal (possibilitando o acompanhamento em “direto” da modalidade), a mobilização social criada pela imprensa escrita e o novo quadro competitivo contribuíram para o cada vez maior envolvimento popular na modalidade.

¹⁴ Na génese da discórdia estava a circunstância de a FPF ter inquirido a AFL pelo facto de jogadores desta associação terem reforçado o Vitória FC de Setúbal, numa digressão ao Brasil.

¹⁵ O futebol em Portugal continuava o seu trajeto de popularização, apesar de alguns dissabores desportivos. Um desses momentos menos felizes foi a derrota da seleção nacional com a Espanha em 1934, por 9-0, a qual obrigou os dirigentes a meditar sobre as razões do fraco desempenho: falta de qualidade técnica e tática, lutas bairristas entre seleções regionais, circunscrito aos campeonatos regionais e a um Campeonato de Portugal que se reduzia a jogos eliminatórios – a competição regular surgiria nesse ano –, foram alguns dos motivos apresentados (Pinheiro, 2012: 55).

Exemplo de aproximação foi a distinção política concedida ao Benfica, após a conquista do Campeonato Nacional em 1931, com o Grau de Comendador da Ordem de Cristo pelos «altos serviços prestados ao desporto e à causa da educação física» (Malheiro, in *idem, ibidem*: 51).

No final de 1933, já com Salazar na chefia do governo desde 1932, teria entretanto lugar o I Congresso dos Clubes Desportivos. Uma comissão ficou incumbida de expor as conclusões do Congresso ao chefe de Estado que as acolheu:

«Temos de reagir pela verdade da vida que é o trabalho, (...) e de dar aos portugueses, pela disciplina da cultura física, o segredo de fazer duradoura a sua mocidade, em benefício de Portugal. (...) Eis porque (...) creio tanto no ressurgimento da nossa Pátria pelas virtudes da vossa mocidade (...). E porque a primeira de todas é a construção do Estádio Nacional, regozijemo-nos, porque teremos em breve o Estádio Nacional!» (Salazar, in *idem, ibidem*: 53).

Será nesta nova realidade que o Estado Novo procederá ao enquadramento institucional do desporto. O regime irá integrá-lo nas estruturas organizacionais concebidas pelo Estado Novo (entre 1935 e 1942), integrando a sua vertente social e educativa. Nasceram assim: em 1935, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), enfatizando o papel do desporto e, em particular, da ginástica para os assalariados, numa perspectiva corporativa. Em 1936, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), enquanto espaço de educação física, num contexto militarizado; em 1937, a Mocidade Portuguesa Feminina, promotora do desporto no feminino; e, em 1940, o Instituto Nacional de Educação Física (INEF), com o objetivo de certificar futuros professores da área. Apesar da criação de novas estruturas, durante a década de 1930, o regime manteve um certo distanciamento para com o desporto, e o futebol em particular. O regulamento de educação física dos liceus, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21 110, de 4 de Abril de 1932, deixa transparecer esse distanciamento e desconfiança, ao negar que sejam «aceites os desportos anglo-saxónicos e os jogos atléticos, bem como os desafios e *matches* em geral, especialmente os de *foot-ball*, visto ser nulo ainda o seu papel educativo. E cujos malefícios são óbvios» (Martins, in Kumar, 2004: 238).

Diferente era, todavia, a atuação dos regimes autoritários italiano e alemão que aproveitavam a popularização do desporto para usufruto de dividendos políticos, e conseqüente legitimação dos seus regimes. Durante a década de 30, a “fascização” de uma parte da população francesa, foi sustentada nos triunfos dos atletas e alemães «considerados a prova palpável de como a vontade política podia contribuir para a renovação nacional e o melhoramento da raça» (Arnaud, in Pinheiro, 2012: 56).

Na Alemanha, o desporto foi controlado a partir de 1933, pelo Ministério da Propaganda para «fazer com que o novo regime alemão fosse aceite pela comunidade internacional, antes de se lançar na sua política expansionista» (Quintero, in *idem, ibidem*: 56). O regime alemão procedeu a «uma “fascização” das estruturas futebolísticas e desportivas» (Vassort, in *idem, ibidem*: 57), visível também na organização dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, contribuindo para uma alteração, pela positiva, dos resultados da seleção alemã de futebol (a importância dada às vitórias condicionava, inclusive, a escolha dos adversários, que se pretendiam de nível futebolístico “inferior”). Também a inauguração do Estádio Olímpico de Berlim, em 1936, foi «um dos maiores símbolos arquitectónicos de publicidade política e de glorificação ideológica de um regime», em que, para o regime nazi, o estádio «tinha de ser o maior, o melhor, o bem mais decorado, e o mais imponente de sempre» e a sua estreia possibilitou assistir «ao maior e mais mediatizado desfile político de sempre» (Baptista, 2009: 229).

A década de 1930 marcou também o aparecimento de uma nova competição internacional de seleções, o Campeonato do Mundo de Futebol. A primeira edição realizou-se no Uruguai, em 1930, e contribuiu para que o futebol passasse a «estar ao serviço promocional de uma nação que se revê na sua seleção» e os mundiais seguintes – de Itália, em 1934 e França, em 1938 – consolidarão esse «ponto de vista», sendo que, por exemplo, no caso italiano, Mussolini aproveitaria para propagandear o seu regime, ao atribuir ao «Estádio Flamínio de Roma a designação de Estádio do Partido Fascista» (*idem, ibidem*: 232-233).

O conceito de fascização presente em Arnaud é referido na obra *Football e Politique* (2005) de Patrick Vassort e pressupõe vários parâmetros de análise: “discursivo”, onde o sucesso aparece como imagem representativa; “simbólico”, através de manifestações ideológicas nos estádios, da saudação fascista pelos desportistas, e da escolha de adversários ideologicamente próximos; “institucional”, a partir da criação e/ou instrumentalização de instituições e da criação de novos regulamentos ou quadro legislativo; “estrutural”, com a edificação de estádios de uma arquitetura representativa do fascismo; e “organizacional”, através da organização ou orquestração de eventos desportivos (Pinheiro, 2012: 57).

No caso português, e neste período, os resultados conseguidos pela seleção nacional de futebol não eram favoráveis, pelo que esses mesmos resultados não teriam potencial interesse para serem apropriadas pelo regime. No entanto, o mesmo já não se poderá afirmar no que diz respeito à escolha dos adversários da seleção nos jogos particulares, em que o eixo Madrid-

Roma-Berlim, a par do histórico Lisboa-Paris, dominou as relações internacionais da seleção, entre 1926 e 1939¹⁶ (*idem, ibidem*: 58).

Registe-se ainda a presença da seleção alemã em Lisboa, incluída num périplo ibérico, em 1936, enquanto promoção dos Jogos Olímpicos de Berlim desse mesmo ano. Apesar da derrota da seleção portuguesa (3-1), o «principal fim em vista, o do estreitamento das relações entre Alemanha e Portugal, conseguiu-se plenamente» (Ornelas, in *idem, ibidem*: 59). Dois anos volvidos, Portugal jogaria na Alemanha (1-1) e, cumprindo o protocolo, praticou a saudação nazi.

Assim, na década de 1930, o futebol, e em particular a seleção, terão algum enquadramento propagandístico, não tanto em função dos resultados, mas mais pela aproximação política a países amigos, estreitando as relações bilaterais, destacando-se as encetadas com a Espanha.

Emblemático desse aproveitamento político terá sido o jogo realizado com uma seleção de Espanha franquista, em plena Guerra Civil, em Vigo, em 28 de Novembro de 1937. Este jogo, com vitória portuguesa (2-1), cumpria o papel de fortalecer a amizade com a Espanha de Franco e teve um cariz eminentemente político, procurando legitimar a Espanha nacionalista. Aliás, a FIFA, como que atestando o pendor político do encontro, não reconheceu o jogo, por falta de legitimidade da seleção espanhola. No referido jogo, destacavam-se dois painéis com as imagens de Salazar e Franco, ambos os hinos foram entoados em simultâneo com a saudação fascista, e antes do início do encontro um legionário português bradou, por três vezes, as palavras Salazar, Franco, Espanha e Portugal (Reis e Ornelas, in *idem, ibidem*: 61).

Registem-se ainda dois episódicos momentos de atuação política na própria nomenclatura do futebol. O primeiro aconteceu na sequência da Guerra Civil espanhola, a Censura salazarista determinou o fim do termo “vermelhos” – termo depreciativo associado em Espanha aos republicanos – e a sua substituição por “encarnados” para simbolizar o Benfica. Outro episódio decorreu em 1944 com a realização das Tertúlias da Reta-Pronúncia pela diminuição da profusão de estrangeirismos desportivos e pela defesa da língua portuguesa¹⁷. Em 1938, um outro acontecimento sinaliza alguma cumplicidade entre o futebol e a atividade governativa. Em Outubro desse ano, o jornal *O Século*, assinala os 50 anos da modalidade em Portugal. Do programa alusivo a este cinquentenário, fazia parte o I Congresso Nacional de Futebol. Este

¹⁶ Neste período Portugal realizou 8 encontros com a Espanha, 4 com a Itália e a França, 3 com a Hungria e 2 com a Alemanha, Bélgica e Suíça.

¹⁷ Era comum desde o início do século XX a referência, inclusive na imprensa escrita, a palavras como *Sport* e *Club*, o que refletia «a inexistência de termos para uma modalidade (...) chegada do estrangeiro e a necessidade de uma língua em adaptar-se à acção do *corpus* social em transformação» (Domingues, 2004: 333).

associará o futebol à política, ao contar no evento com a participação do Ministro da Educação, Carneiro Pacheco, do Embaixador da Inglaterra, e de representantes do ministro das Obras Públicas, da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação Comercial. Desta forma, o futebol comemorava o seu passado e o regime reconhecia o seu papel social (*idem, ibidem*: 62). Neste Congresso, Virgílio Fonseca, antigo diretor da Federação Portuguesa de Futebol, afirmaria que os atributos do futebol se adaptam facilmente ao temperamento português pela energia despendida, pelo prazer da disputa e «pela facilidade com que pode ser praticado pelas classes menos favorecidas», o que revela que o futebol está, para os portugueses, «na massa do sangue (...). É pois um desporto que, não tendo nascido em Portugal, se nacionalizou por tal modo que hoje pode considerar-se bem português» (Neves, 2011, vol. 2: 247-248). Estas afirmações permitiam ligar o futebol a uma identidade nacional e ao próprio Estado Novo, numa identificação que «viria a ser consolidada nas décadas seguintes, de tal modo que o Estado Novo é ainda hoje visto como o regime dos 3 F: Fado, Fátima e Futebol» (*idem, ibidem*: 248).

No entanto, até ao início dos anos 40, o Estado Novo não manifestou uma atenção particular ao desporto «deixando-o nas mãos, quase exclusivas, da Mocidade Portuguesa, cuja tutela era mal recebida por clubes, associações regionais e federações desportivas» (Rosário, in Pinheiro, 2012: 55). As estruturas criadas não cumpriam uma função reguladora de todo o desporto nacional. Esse papel caberá à Direção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar DGEFDSE, fundada em 1942. Este organismo foi inserido no Ministério da Educação Nacional (anteriormente Ministério da Instrução Social) e tinha como objetivo «orientar e promover, fora da Mocidade Portuguesa, a educação física do povo português e introduzir disciplina dos desportos» (Decreto-Lei n.º 32 241, de 5 de Setembro de 1942, in Serrado; 2009: 61). Esta lei definia, pela primeira vez, uma política desportiva mesmo «a contragosto dos ideólogos do regime, que só não lograram travá-lo porque social, política e culturalmente tal era cada vez menos possível» (Rosário, in Pinheiro, 2012: 55). Já no seu artigo 7.º é afirmado que a nível disciplinar «a DGEFDSE é suprema a qualquer instituição desportiva, estando acima dos estatutos e das leis emanadas por qualquer clube ou instituição de desporto, e ainda que as decisões da direção-geral “em matéria de disciplina são insuscetíveis de recurso”» (in Serrado, 2009: 62).

Este Decreto-Lei de 1942 acaba por revelar a visão do regime acerca do desporto, o qual deveria ter uma matriz disciplinadora, reservando-se para a DGEFDSE a promoção de uma educação física «... seja no interior das empresas industriais e comerciais (...), seja perto de

clubes, ou para preparação de agentes desportivos. (...) em suma, a função de regular, vigiar, disciplinar, controlar e organizar o desporto nacional» (*idem, ibidem*: 63).

Segundo Pinheiro, a lei que deu origem à DGEFDSE tinha por génese a ideia de que toda a atividade desportiva, logo também o futebol, seria, por princípio, amadora e nessa imutabilidade deveria continuar (Pinheiro, 2012: 54):

«Deseja-se acabar com negócios que arruinam os clubes e diminuem o desporto e os desportistas. A beleza do desporto perde-se quando se converte num modo de vida. Às organizações cabe assegurar aos seus desportistas o (...) pleno rendimento das suas faculdades físicas; mas deve-lhes ser vedado comprá-los e a estes venderem-se. É o que se pretende atingir com o regime de transferências que se instituiu» (Decreto-Lei n.º 32 946, de 5 de Agosto de 1943, in Serrado, 2009: 63).

Também Serrado, ao analisar o referido regulamento antevê uma conceção de um desporto que se pretende que não seja profissional, ressaltando o conceito ideológico amador defendido pelo Estado Novo. Defende que a regulação do desporto por parte da DGEFDSE funcionará como obstáculo ao desenvolvimento do desporto e do futebol, ao condicionar as transferências de jogadores. As exceções relativas a transferências de jogadores seriam os casos de mudança de profissão, de residência, do serviço militar ou incompatibilidade com o meio. Tornava-se, no entanto, relativamente simples contornar tais exigências. Porém, os processos de autorização (através do Ministério da Educação e do diretor da DGEFDSE, em que esta funcionava como órgão centralizador do desporto) enredavam-se em expedientes burocráticos, ofuscando o desenvolvimento do futebol. A própria legislação atinente aos clubes e federações estava condicionada à aprovação da DGEFDSE (*idem, ibidem*: 63-65).

Se o debate sobre a profissionalização do desporto promovido pela imprensa e a criação de um campeonato nacional a partir do final da década de 1930 parecia «reunir as condições para a afirmação do profissionalismo em Portugal, ou melhor, para a sua legalização, já que o profissionalismo encapotado há muito que era alvo de acalorados debates na imprensa» essa regulamentação só se tornaria real em 1960 (Kumar, 2004: 238).

O desporto, durante o Estado Novo tem, a partir de 1942, e apoiado particularmente na MP, a função de «educar, disciplinar, preparar o indivíduo, para o serviço militar e para defender a nação; a função de dotar o cidadão português de competências físicas e mentais para fortalecer a “raça” lusitana ao serviço da pátria» (Serrado, 2009: 66). A Mocidade visaria o «desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto militar»¹⁸ (Leal, in *idem, ibidem*: 67).

¹⁸ Veja-se, sobre a Mocidade Portuguesa, Leal (2004).

Salazar referia-se-lhe como um dínamo de comunhão futura, referindo que «quando esta geração chegar à vida podemos estar tranquilos» (Ferro, in *idem, ibidem*: 67).

Desde 1935 que existe quem teorize, seja na imprensa da época – como sucede com Salazar Carreira – ou na Assembleia Nacional – casos de Luís Pina e de Moura Relvas – sobre a função do desporto e da sua submissão à nação; o desporto ao serviço da “raça” e da pátria que o Estado Novo concretizará (*idem, ibidem*: 65): «Considerando-se que a má orientação da Educação Física e dos desportos é grave de transtornos orgânicos, por vezes irremediáveis, transtornos que beneficiam o depauperamento da raça» (Pina, in *idem, ibidem*: 68).

No caso particular do futebol, pode inferir-se que a sua prática seria vista, nos anos 30 e 40, com desconfiança por parte do regime salazarista. Tal tónica é veiculada na Assembleia Nacional «podemos afastar os rapazes das preocupações do cinema e dos espetáculos de *football*, trazendo-os à prática de exercícios desportivos, com os quais só terão de auferir vantagens, desde que esses jogos sejam orientados por professores de educação física» (Relvas, in *idem, ibidem*: 71). Desta forma, para pelo menos parte do Estado Novo, no que respeita ao futebol, as condutas dos «seus adeptos, as paixões que a fé clubística desencadeava e as multidões que se aglomeravam nos estádios eram mais motivo de apreensão e crítica do que de entusiasmo» (Kumar, 2004: 238).

Na década de 1930, também no campo dos opositores ao regime se podem encontrar declarações contrárias a um desporto profissional, caso de Sílvio Lima, professor da Universidade de Coimbra, para quem o profissionalismo «representa a negação intrínseca e a ruína do próprio desporto; socialmente, um perigo ético. O desporto deve ser sempre um amadorismo» (in Carvalho, 2009: 95).

Em 1948, Salazar Carreira, inspetor dos desportos na DGEFDSE até 1964, refere-se à missão educativa do desporto, integrando-o nos serviços patrióticos:

«de carácter educativo e de carácter vigorizador, que lhe compete desempenhar (...) o desporto não poderá de futuro bastar-se a si próprio, porque passou a servir a nação e ficaram subordinados aos interesses do povo toda a sua actividade e toda a sua preparação...» defendendo a «lealdade,... a disciplina, o respeito pelo adversário e pela lei, o trabalho persistente e o entusiasmo indefectível» (Carreira, in Serrado, 2009: 68-69).

Será neste contexto que Pinheiro defende que a trilogia ideológica do Estado Novo era, neste período, «*Deus, Pátria e Família* e não *Futebol, Fado e Fátima*» (Pinheiro, 2012: 55).

Até à década de 1950, a doutrina desportiva salazarista defenderá o amadorismo e não verá com bons olhos o desporto competitivo e, particularmente, o seu profissionalismo, pois este não se coadunaria com a política de espírito humilde e calmo:

«muitos são pedagogos que têm apreciado o merecimento educativo do desporto, expurgando-o de vícios e deficiências que podem comprometer-lhes a missão, e de entre os quais é mais vulgar ver apontados o profissionalismo e o olimpismo (...). As características combativas do desporto (...) exercem natural excitação sobre os instintos dos homens de compreensão simplista; esse é o grande, o pior mal, esse de fazer desporto sem domínio dos instintos» (Carreira, in Serrado, 2009: 70).

No ano anterior, em 1947, Cândido de Oliveira, após a derrota de Portugal por 10-0 contra a Inglaterra deixa antever a ideia da desconfiança do regime perante o futebol, ao interrogar: «Que fazemos em Portugal para melhorar o futebol? A federação não despende um centavo na propaganda do futebol infantil! Perseguem-se os garotos que na praia ou em qualquer recanto público andam aos pontapés à bola! (...) Proíbem-se os rapazes de jogar à bola antes dos 17 anos!» (in Melo, 2004: 85).

Também no jornal *A Bola* se encontram, ainda na década de 1940, críticas à atuação do Estado Novo para com o futebol. Note-se que dois dos fundadores do periódico, Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis, chegaram a emitir opiniões políticas divergentes do regime, culpando a visão nacionalista associada à seleção nacional, impedindo a importação de «conhecimentos técnico-táticos necessários à evolução do futebol em Portugal (...). As críticas implícitas ao aproveitamento do futebol, sua popularidade e simbolismos, por parte do regime, aconteciam com alguma regularidade nas páginas de “A Bola”, deste período» (Reis, in Coelho, 2001: 106).

A idealização desportiva, defendida pelo Estado Novo, de cariz amador e pouco especializado divergia, no entanto, do modelo seguido por Hitler e Mussolini. Estes tinham-se, desde os anos 30, “apropriado” do desporto e dos seus atletas, preparando-os para os confrontos desportivos internacionais, levando os seus regimes a transformar o futebol num instrumento de propaganda aproveitando o facto de as «vitórias desportivas das equipas nacionais contribuírem para reforçar a imagem de identidade, força e eficácia» (Arnaud, in *idem, ibidem*: 56).

Indiferente às dificuldades impostas pelo regime ao desenvolvimento da modalidade, a partir da década de 1940, torna-se cada vez mais notório o «empolgamento popular pelo futebol expresso em grandes assistências em campos de reduzidas dimensões» (Carvalho, 2004: 91), circunstância que iria originar o arranque da construção dos grandes estádios em Portugal.

1.2.2. A construção dos grandes estádios

O Estádio Nacional

Em 1896, a inauguração do Estádio Olímpico de Atenas, pôs fim ao extenso período de interrupção de construção de grandes espaços de competição e espetáculo para as massas. Vários fatores concorreram para a construção destes espaços, entre os quais o processo de desenvolvimento do desporto moderno que a Inglaterra iniciou «no auge das (im)pulsões industriais capitalistas, a reedição dos jogos olímpicos (...) repleta de boas intenções de união entre os povos, a forte concentração urbana associada ao desenvolvimento económico das cidades no século XIX e o crescente fenómeno da politização (...) da vida quotidiana» (Baptista, 2009: 227).

O próprio poder político facilmente se apercebeu das suas vantagens «na criação de estratégias ideológicas de glorificação e de manipulação humana política que aí poderiam levar a cabo / fazer aparecer / ou simplesmente exhibir» (*idem, ibidem*: 228).

No caso português, o período fértil de construção dos grandes estádios (décadas de 1940-1950) servirá os interesses do Estado Novo para enaltecer a sua obra, mas também aos clubes que, de alguma forma, encontram na política parte do financiamento para a criação das suas infraestruturas. Desta forma, o aproveitamento será mútuo.

A construção de verdadeiros estádios era uma aspiração de alguns clubes, apoiados pela imprensa. Os campos existentes encontravam-se ultrapassados, perante a popularidade alcançada, sem condições de acolher, com dignidade, todos os interessados na modalidade, desde os jogadores ao público.

Com o apoio dos seus sócios, da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e do governo, o Belenenses tornar-se-á o primeiro clube a proceder a uma remodelação radical do seu primitivo estádio (Estádio José Manuel Soares). Foi inaugurado, em 24 de Abril de 1937, e contou com a presença do Presidente da República, bem como dos Ministros da Justiça e da Educação, tendo o Marechal Carmona sido recebido com a saudação fascista por milhares de adeptos (Pinheiro, 2012: 61).

Em 1939, a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) condicionaria, como não poderia deixar de ser, a evolução do futebol português. Nesse período, chegaram a Portugal, aproveitando o posicionamento político neutral de Salazar, jogadores estrangeiros de qualidade, como os argentinos Óscar Tarrio e Horácio Tellechea, e o italo-argentino Alejandro Scopelli,

e, com eles, novas interpretações da modalidade, ajudando a desenvolver o futebol (*idem, ibidem*: 64). Por outro lado, a Guerra determinou a quase completa ausência de jogos internacionais, quer de clubes, quer de seleções.

Saiu reforçada, no entanto, durante o conflito, a relação estabelecida com a Espanha, pois em seis jogos particulares disputados pela seleção nesse intervalo, quatro deles foram-no com a Espanha. A partida mais emblemática seria, porém, a disputada com a França, em solo gaulês, em 28 de janeiro de 1940, já depois do início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939. O jogo ficou também marcado pela angariação de bolas de futebol, ofertadas posteriormente às tropas francesas, patrocinada pela imprensa portuguesa (*idem, ibidem*: 64).

Se estendermos os jogos realizados por Portugal a todo o período da ditadura, verifica-se que continua a ser a Espanha o opositor preferido, com 18 encontros disputados¹⁹ (*idem, ibidem*: 66).

A seleção nacional, na análise do registo de jogos particulares realizados, aparentou preservar a sua autonomia em relação à ação política do regime, apesar de pequenas cedências. Se em situações muito particulares a política retirou alguns dividendos propagandísticos do futebol, a norma de separação entre desporto e política pareceu manter-se na década de 1940.

A primeira grande obra edificada em forma de estádio seria o Estádio Nacional, concluído em Lisboa, em 1944, com uma capacidade para 48.000 pessoas. Iniciado em 1938, seria efetivamente inaugurado naquele ano, quatro anos depois da Exposição do Mundo Português e erigido em plena Segunda Guerra Mundial.

Num período difícil para a Europa e o Mundo, o regime produzia uma imagem de Portugal como um «cantinho do céu», uma «ilha de paz num mundo em guerra, clarividência do seu chefe e das superiores virtudes do regime» (Rosas, in Serrado, 2009: 93). Salazar capitalizava a neutralidade de Portugal, estendida até ao limite do razoável, tornando-se lentamente parcial a favor dos Aliados no período final do conflito, ao antever a vitória destes. Com alguma habilidade política, Salazar jogava a cartada de apoio aos Aliados para preservar um regime autoritário numa futura Europa “democrática”.

Aproveitando a neutralidade no conflito, Portugal apostou na exportação das mais diversas mercadorias, em particular de volfrâmio, matéria-prima empregue na produção de

¹⁹ No entanto, é de registar a presença da França no segundo lugar de partidas disputadas (12), seguindo-se a Inglaterra e o Brasil (9), a Itália (8) e a suíça (7).

armamento²⁰. Os dividendos acumulados através de uma política económica protecionista que resultou numa balança comercial favorável, não foram aplicados para promover o desenvolvimento social e económico da nação, pelo que Portugal era “o Estado rico no país pobre”, o país de “bolsos cheios e estômago vazio” (Franco, in *idem, ibidem*: 93). Parte dessa riqueza serviu, isso sim, para financiar as grandes obras públicas do Estado Novo, como os grandes estádios de futebol.

Efetivamente, as obras “públicas do salazarismo foram agitadas de forma exaustiva como um dos elementos legitimadores do Regime e do seu autoritarismo” (Fagundes, 2004, in *idem, ibidem*: 94). A inauguração do Estádio Nacional ocorreu no Dia da Raça, 10 de Junho de 1944, para onde afluíram uma das maiores multidões humanas de todo o Estado Novo. Através de um cerimonial propagandístico preparado ao pormenor para a inauguração, o Estado Novo seguia a política de espetáculo já utilizada no Mundial de 1934, em Itália, com «o objectivo de mostrar a simbiose entre duas ideologias: a ideologia fascista e a ideologia desportiva (futebolística)» (Vassort, in Pinheiro, 2012: 68).

Prometido por Salazar em 1933, aquando do Congresso dos Clubes Desportivos, o Estádio Nacional, então um dos melhores de toda a Europa, segundo Pinheiro, funcionava como arauto de um regime sério, de confiança, cumpridor das suas promessas, em que a sua construção grandiosa para a época, com as linhas clássicas recuperadas pelas construções fascistas, mostrava o valor da ação e grandeza do regime e do país (*idem, ibidem*: 69). A inauguração do estádio nacional será por isso intensamente abordada na imprensa e, em particular, pelos jornais sob controlo direto do regime (como o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*).

O Secretariado Nacional da Informação (SNI) deu também o seu contributo para o enaltecimento da nação, do seu regime protetor e do seu mentor, como enunciado no próprio dia da inauguração, aludindo ao regozijo e agradecimento dos portugueses ao dia

«histórico na vida do desporto e – mais largamente – no renascimento da vida social (...). Todos os elementos em parada dirigirão, nesse momento, as suas apologéticas saudações aos chefes da nação (...). ... as milhares de pessoas que terão a intensa alegria de participar nesse momento (...) de levantada exaltação patriótica (...) de todo o estádio se elevarão, a plenos pulmões, como uma consagração do país inteiro, as estrofes marciais do hino nacional» (ANTT, SNI, Cx. 5240, in Serrado, 2009: 98).

António Ferro, diretor do SNI e um dos teóricos do regime, veiculará através do *Diário da Manhã* um registo laudatório ao Estado Novo e ao “Portugal Novo”, ao referir que o Estádio Nacional é a demonstração «de que passou, sem deixar saudades, a época das promessas que

²⁰ Veja-se, a propósito da importância do volfrâmio para o Estado Novo, Nunes (2010).

não se cumpriam, que não passavam das palavras, a certeza da lealdade e da seriedade do Regime, a negação da retórica, o juramento de pedra na nossa renascença» (*Diário da Manhã*, in *idem, ibidem*: 98).

Do programa da inauguração, que se estendeu por mais de três horas, faziam parte desfiles e provas organizadas pela MP. Houve também espaço para outros momentos significativos: para a distribuição de milhares de bandeiras de Portugal; para se cantar “A Portuguesa”, pontuada com a saudação fascista, e para a apresentação de vários discursos nacionalistas (Pinheiro, 2012: 68); para a realização de um jogo de futebol que atribuiria a Taça Império e a Taça Estádio, entre o Sporting, campeão nacional, e o Benfica, vencedor da Taça de Portugal; e para Salazar ser incensado com enorme ovação pelo público presente no recinto.

Para Serrado, não foi coincidência o facto de que as primeiras e principais exposições propostas na inauguração tenham sido da competência da MP com cerca de 4.500 atletas e da FNAT com 1.500 atletas. Assim, «a primeira constituía um dos eixos do Estado Novo, onde assentava grande parte da cultura e educação física que deveriam ser seguidas, assim como o futuro do exército, modelo de disciplina, ordem, obediência, hierarquia; na segunda, enquadravam-se mulheres trabalhadoras em pequenas fábricas» (Serrado, 2009: 100). Estas personificavam as «simples operadoras, costureirinhas ou empregadas dos principais estabelecimentos fabris e comerciais, as quais encontram na prática da educação física o melhor passatempo, o mais alegre e saudável divertimento para as suas horas de folga» (*O Século*; in *idem, ibidem*: 100). Segundo este autor, a inauguração do Estádio Nacional representou um dos raros agradecimentos massificados de todo o país e de todo o desporto à nova construção que personificava também a paz conseguida, a prosperidade, e a regeneração de uma “raça”.

No dia seguinte à inauguração vários eram os elogios na imprensa à inauguração, ao regime e a Salazar. A profusão nos jornais de “imagens favoráveis” ao regime não era exclusiva dos periódicos por estes controlados, nem apenas de jornais ditos generalistas, mas também da imprensa especializada em desporto, como o caso de *Os Sports*: «O primeiro desportista de Portugal – Salazar» (Mota, in Pinheiro, 2012: 47).

Segundo Serrado, a maior divergência no discurso da imprensa poderá ser encontrada no enquadramento da inauguração: se os órgãos de comunicação diretamente controlados pelo regime promoviam o culto do chefe e a sua obra e não tanto o cariz desportivo, outros, não diretamente controlados, sublinham a importância do acontecimento para o desporto português (Serrado, 2009: 102).

A inauguração do Estádio Nacional apresentou, desta forma, um grande potencial propagandístico que o Estado Novo não desperdiçaria e que seria amplificado pelos órgãos de comunicação do regime. Em plena Segunda Guerra Mundial, Portugal erigia uma grande infraestrutura, a primeira de âmbito desportivo, que foi louvado pelos agentes desportivos e por boa parte do tecido social. A propósito da inauguração, Coelho (2001: 96) afirmará que «o Estádio Nacional se tornou o local da celebração nacionalista do futebol em Portugal».

O Estádio do Jamor tornou-se a maior representação do regime salazarista no que diz respeito ao desporto, revelando «preocupação com o estado físico do “corpo nacional”, mas também com o estado político do corpo ideológico de cada um. (...) À semelhança do que acontecia noutros países da Europa é também um dispositivo cénico de propaganda política» (Baptista, 2009: 231).

No ano seguinte, durante um jogo entre a seleção de Portugal e de Espanha, o Estádio Nacional «voltaria a ser utilizado como veículo de propaganda política e exaltação nacionalista», tendo sido lançados «panfletos sobre a multidão, com saudações à política salazarista, por ter sabido evitar o envolvimento do país na IIª Guerra Mundial» (Águas e Gomes, 2011, vol. 1: 179). Segundo Neves, o panfleto intitulado «O que nós queremos é futebol!» cumpria ainda o objetivo de minorizar a inabilidade do futebol soviético e, por dedução, dos comunistas (Neves, 2011, vol. 2: 260). Tal era perceptível no teor de algumas observações: «E na Rússia Soviética? Quem é ouviu falar de futebol na Rússia? (...) Ninguém! Aí está um país que (...) deixou roubar aos seus filhos a felicidade e o gosto de viver, em troco de uma miragem de igualdade e de bem-estar social» (Esteves, in *idem, ibidem*: 260).

No entanto, para Serrado, não terá sido o futebol em particular a ser instrumentalizado (o próprio jogo parece ficar apenas em pano de fundo, no que diz respeito ao enquadramento protocolar da inauguração), mas antes a grande construção que sublinhava a legitimidade do regime (Serrado, 2009: 104). O Estádio Nacional marcaria o início de uma fase de construção de novos estádios municipais, a que a inauguração, em 1950, do Estádio 28 de Maio, em Braga, daria continuidade.

Os “outros” grandes estádios

No termo da Segunda Guerra Mundial, e em consequência da vitória dos Aliados, o regime enfrentou a sua primeira grande crise política. Um dos momentos mais significativos relacionou-se com a candidatura do general Norton de Matos, pelo MUD (Movimento de

Unidade Democrática), movimento de oposição ao Estado Novo, às eleições legislativas de 1945, num período em que Salazar tomava algumas medidas pretensamente democratizantes para melhorar a sua imagem internacional, perante a vitória da Europa “democrática”. A nível nacional, o descontentamento grassava na população, devido à carestia de vida.

A partir de 1945, iniciar-se-á em Portugal uma lenta industrialização. Neste período, defensores da industrialização colocarão em causa os «princípios e preconceitos filosófico-económico oficiosos do ruralismo, do Portugal “essencialmente agrícola” e “essencialmente pobre”, para defender não só a viabilidade como a imprescindibilidade da industrialização fazendo o “elogio da riqueza” e do progresso técnico e científico» (Rosas, in Serrado, 2009: 106).

Apesar da lenta industrialização, o crescimento das cidades e da população operária – mais notórios a partir do início da década de 1960²¹), bem como o acompanhamento dos *media*, contribuíram para o aumento da popularidade do futebol. O desporto é, aliás, segundo Eric Dunning «um fenómeno moderno, intimamente relacionado com a urbanização e a industrialização» (Domingues, 2004: 354). Neste contexto, assistir-se-á à construção de vários estádios e alguns dos existentes sofrerão melhoramentos suportados, em parte, por apoios estatais. Começava-se a antever uma relação de interesses entre o futebol e a política, pois as construções de estádios privados contariam sempre com apoios por parte do Estado Novo, sejam financeiros, através da cedência de terrenos, ou de facilidades camarárias. Concomitantemente, a política reconhecia sempre o mérito dos clubes, concedendo-lhes insígnias pelo seu trabalho em proveito do desporto nacional (Pinheiro, 2012: 69-70).

No que diz respeito aos apoios estatais concedidos aos clubes para a construção dos seus estádios, pode questionar-se se o mesmo significou uma efetiva ajuda aos clubes, pois se o regime contribuiu financeiramente «a troco, também, de pesadas cargas fiscais que afligiam todos os clubes», por outro lado, «acabou por prejudicar alguns deles e a evolução do futebol em Portugal através de várias expropriações efetuadas na década de quarenta» (Serrado, 2009: 126).

Em 1945, será inaugurado o Estádio da Tapadinha, pertencente ao Atlético, com capacidade para 25.000 pessoas, que contou com a presença do Presidente da República e ministros da Marinha e da Educação (Pinheiro, 2012: 69). De todos os grandes estádios a serem inaugurado,

²¹ Nos anos 60, nas áreas de Lisboa/Setúbal e Porto/Aveiro/Braga eram visíveis alguns polos industriais e urbanos, que coincidiam «com os espaços onde o mais novo desporto, o futebol, penetra, fazendo-se representar com um maior número de equipas, de onde surgiram as que tinham melhores resultados» (Domingues, 2004: 346).

Salazar apenas marcaria presença no Estádio Nacional, em Lisboa, e no Estádio Municipal de Braga, a inaugurar em 1950.

Mas será efetivamente na década de 1950 que os grandes estádios irão surgir a bom ritmo, contando sempre nas inaugurações com os mais altos representantes da Nação, usualmente o Presidente da República, bem como de ministros. Em 1950, foi inaugurado o Estádio Municipal 28 de Maio (com lotação de 30.000 lugares), em Braga, com o objetivo de desenvolver o desporto e futebol no Minho, e homenagear a cidade de Braga por ter iniciado o golpe militar de 1926 (*idem, ibidem*: 69). A designação de 28 de Maio pretendia enaltecer os méritos da revolução ocorrida 24 anos antes, o triunfo da ordem sobre o caos. Neste caso, a inauguração do estádio não é principal comemoração (ao contrário do Estádio Nacional), mas um prolongamento dos festejos em honra da Revolução, subjugado pelas cerimónias civis e religiosas. Com uma inauguração, em comparação com a do Estádio Nacional, de menor impacto social, a inauguração do Estádio 28 de Maio, em Braga, foi recebida com genuíno interesse pela população e envolvida pelo mesmo discurso e espírito propagandístico do regime, do culto do chefe, da revolução, da Nação e do Estado Novo (Serrado, 2009: 107-113).

A inauguração contou igualmente com a participação da MP e da FNAT, bem como com a realização de uma partida de futebol, entre o FC Porto e o Braga, e entre Benfica e o Sporting. Existem novamente registos do incensamento prestado, na altura, a Salazar: «À saída do município bracarense, uma nuvem de flores cai sobre o automóvel em que seguia o Presidente do Conselho (...) tal o ardor das manifestações e a ânsia que todos têm de se aproximar do chefe de Governo (...). As senhoras batem febrilmente palmas» (*Diário de Notícias*, in *idem, ibidem*: 108).

Serrado associa a emoção dos populares pela presença do Presidente do Conselho também devido ao perfil distante de Salazar e às suas escassas aparições públicas motivada pela aversão à «rua, fêmea impúdica e infiel, vulgar e mutável, a rua apinhada de gente de alma móbil e frívola, capaz de mudar de opinião e de entusiasmos, presa fácil de demagogos que a faziam ora aclamar ora maldizer, perigosa turbamulta cidadina sobre a qual nada de duradouro ou sério se podia edificar» (Medina, in *idem, ibidem*: 109). Este autor refere ainda, no que diz respeito à relação com as massas populares, a existência de uma divergência comparativa em relação aos fascismos alemão e italiano, intuída de diálogos mantidos entre Salazar e António Ferro, onde o primeiro defendia um regime popular «mas não um Governo de massas, influenciado e dirigido por elas» pois os governos «nunca se devem escravizar à opinião das massas, sempre inferior e muito diferente da opinião pública da nação» (Ferro, in *idem, ibidem*: 109).

Independentemente, da relação de Salazar com as massas, é um facto que nos anos 50 serão construídos, também com financiamento público, vários estádios privados que passarão a ser frequentados por essas mesmas massas. Assim, serão inaugurados nesse período, entre outros, os seguintes grandes estádios de cariz clubístico: em 28 de maio de 1952, o estádio das Antas, com 50.000 lugares (pertencente ao FC Porto); em 1 de dezembro de 1954, o estádio da Luz, com 63.000 lugares (Benfica); em 10 de junho de 1956, o Estádio José de Alvalade, com 45.000 lugares (Sporting), e a 23 de setembro, o Estádio do Restelo, com 37.000 lugares (Belenenses) (Pinheiro, 2012: 70).

Propõe-se, em seguida, observar as datas escolhidas pelos clubes para a inauguração dos seus estádios. Relativamente às datas escolhidas para as inaugurações do Estádio Nacional – no dia da “raça”, de Portugal – e do Estádio 28 de Maio – como tributo à revolução que permitiu a posterior instauração do Estado Novo –, surgem como naturais, em função da realidade política em que se inserem. Porém, Serrado atenta na particularidade de, para além dos citados estádios públicos, os estádios de “três dos quatro grandes”, à exceção do edificado no Restelo, terem sido inaugurados em datas de grande simbolismo e de «algum peso político-ideológico». Este autor colige, assim, o pensamento de que as datas escolhidas para seis dos estádios, contando com o Estádio Universitário, a 27 de maio de 1956, não resultarem de mera coincidência e interrogando-se sobre se o regime terá ingerência nas datas escolhidas pelos clubes. Para este historiador, os fatores poderão, em alguns casos, ter sido circunstanciais, defendendo algumas diferenças. Desta forma, no caso do Benfica, a data de 1 de dezembro explica-se pela história do próprio clube. Em 1907, este clube “sobreviveu” a um êxodo de jogadores seus para o Sporting, e nesse mesmo dia, em 1916, foi inaugurada a primeira sede do Benfica. A situação do Sporting será diferente, pela presença na sua direção de elementos afetos ao regime, tendo a inauguração “uma conotação nacionalista e de culto à “raça” portuguesa. Apesar de ambos os clubes terem sido os proponentes das datas. Este autor vê, no caso do FC Porto, uma intervenção política mais direta, relacionada com o facto de o presidente do clube, Hurgel Horta, ser deputado na Assembleia Nacional (Serrado, 2009: 114).

Serrado, após analisar o enquadramento de edificação dos grandes estádios privados, nomeadamente os das Antas, da Luz, de Alvalade e do Restelo, e lembrando que Salazar não compareceu em nenhuma dessas inaugurações, que contaram no entanto com a presença do Presidente da República, defende que, a nível político e ideológico, a construção dos estádios não obedeceu, exceção feita à contribuição estatal para o levantamento dos recintos, a uma particular ligação com o regime. Tal contributo surge com alguma regularidade no *Diário da*

Manhã, periódico associado ao regime «aspecto esse que tinha, inclusive, alguma razão de ser porque o Governo presta um auxílio significativo para o levantamento dos estádios privados» (*idem, ibidem*: 118).

O apoio financeiro por parte do regime para a construção dos estádios, embora avultado, seria manifestamente insuficiente, se atendermos aos custos totais de edificação.²² Desta forma, a maior parte do investimento foi obtido através da mobilização dos sócios chamados a contribuir. Neste ponto, Serrado produz um exercício da relação entre a cultura de cada clube e os apoios financeiros da sociedade civil angariados pelos mesmos. No comparativo, observa que o Sporting é quem arrecada «menos donativos em termos de quantidade, mas é aquele que maiores quantias consegue (cerca de 7.700 contos), contrapondo com os cerca de 6.000 do Benfica (...). O FC Porto, por sua vez, teve uma ajuda fundamentalmente, regional e distrital (...) era já na altura o “grande orgulho” do Norte» (*idem, ibidem*: 128). Assim, conclui que o Benfica revelava maior empatia popular pois foi quem mais donativos recebeu, e que o Sporting teria sócios mais abastados, ou teria conseguido com mais sucesso cativar os mesmos para a sua coleta. Num exercício de análise, após enquadrar historicamente a construção dos grandes estádios em Portugal, o autor remata a sua observação afirmando que tanto o futebol, enquanto principal beneficiado com a construção dos estádios, como as restantes modalidades desportivas, não foram apropriados pelo Estado Novo como propaganda ao regime, com a exceção do Estádio Nacional e do Estádio 28 de Maio. Desta forma, colocando incertezas relativamente à politização do estádio do Sporting, afirma que os recintos do Benfica, FC Porto e Belenenses

«não comportam nenhuma carga política e ideológica do salazarismo e do culto ao mesmo, o que nos faz concluir que não há um plano concreto de usufruto do futebol, dos clubes, e dos estádios dos mesmos por parte de Salazar. Há sim um discurso político-ideológico desenvolvido em todos os grandes momentos de edificação de obras do Estado Novo de modo a enaltecer a Revolução Nacional, a «raça», o corporativismo, o culto da nação, etc., e o Estádio Nacional e o Estádio 28 de Maio fizeram parte das obras do Regime onde se inseria um natural discurso propagandístico do mesmo» (*idem, ibidem*: 133).

Em conclusão, defende que, relativamente às inaugurações do Estádio Nacional e do Estádio Municipal 28 de Maio, a narrativa propagandística de defesa do regime e de culto do chefe e da nação enquadrava-se num «plano de construções levadas a cabo pelo Estado Novo para materializar um Regime e uma concepção de nação. Não era o futebol que estava a ser

²² O Governo contribuiu com 3.000 contos para o FC Porto (custo total das Antas: 11.000 contos) e Belenenses (Restelo: 16.000 contos) e 2.100 contos para o Sporting (Alvalade: 16.000 contos). Sem dados sobre o apoio recebido pelo Benfica (Luz: 12.000 contos) (Serrado, 2009: 118-125).

politicizado, não eram os estádios, *strictu sensu*, eram, sim, todas as obras construídas pelo Estado Novo» (*idem, ibidem*: 192). Não se deixará, no entanto, de se reconhecer pontos de proximidade entre a «Publicidade Política» enquanto «processo natural de construção / mediatização da memória. A Arquitectura, o estado material que a perpetua. E o Desporto, o pretexto de alteração do corpo humano que a vai experimentar» (Baptista, 2009: 241)

Não se afigurando, pela relação densa entre o futebol e a política, simples compreender a intensidade do aproveitamento, concede-se porém que a política salazarista passava a reconhecer o papel social do futebol, aproveitando este último para se estruturar e popularizar ainda mais, com a construção de estádios grandiosos, a exemplo dos regimes fascistas italiano e alemão dos anos 30. Aproveitando o dinamismo empreendedor o futebol dotava-se de infraestruturas essenciais para a sua popularização e crescimento desportivo e social (Pinheiro, 2012: 70).

A aproximação entre a política e o futebol é habitualmente associada a regimes autoritários de que é exemplo o Estado Novo. Porém, outros regimes também colocaram o desporto como fator de investimento político. Recorde-se, por exemplo, o caso da França democrática que, em função das parcas estruturas desportivas nos anos 20, promoverá também uma política de betão até à década de 1950²³ (de 20 estádios de lotação superior a 20.000 pessoas no ano de 1920, aumentará o seu número para 130, no ano de 1954) (*idem, ibidem*: 70).

No entanto, em 1946 e já depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a própria FIFA, parece querer realçar a necessidade da separação entre a política e o futebol. No Congresso da FIFA realizado nesse ano, a Jugoslávia apresentou uma proposta para que Portugal fosse afastado da associação (como penalização pela manutenção de um regime autoritário). Os membros da associação negam o pedido, afastando-se da política. Esse comportamento também é sublinhado pela escolha de regimes do tipo fascista para a organização de Mundiais de Futebol, como a Itália, em 1934, e a Argentina, em 1978 (*idem, ibidem*: 67).

Seria no entanto na década de 1950 que o futebol aumentaria sobremaneira a sua popularidade mundial (para a qual os *media*, e a televisão em particular, colaboraram em grande parte)²⁴, superando, em muitas situações, a própria visibilidade concedida à política, detida pelos seus agentes até à década antecedente (*idem, ibidem*: 70).

²³ De 20 estádios de lotação superior a 20.000 pessoas no ano de 1920, aumentará o seu número para 130, no ano de 1954 (Pinheiro, 2012:70).

²⁴ O Mundial de Futebol da Suécia, em 1954, teve, pela primeira vez, acompanhamento televisivo. Este meio audiovisual viria a ter, futuramente, uma contribuição determinante para a popularização do futebol.

1.2.3. O profissionalismo

Apesar da resistência do governo, a década de 1950, marcará uma alteração devido à pujança social do futebol e ao seu acompanhamento ao vivo e através da comunicação social, que tenderá, através de uma dinâmica imparável que o Estado Novo não conseguirá sustentar, a tornar-se profissional.

Porém, com a regulação do desporto profissional apenas a ocorrer em 1960, o decénio anterior revelou uma ambiguidade entre um futebol tecnicamente muito próximo da profissionalização, mas que à luz da lei só tinha existência enquanto desporto amador. O Estado Novo condescendia, assim, perante o profissionalismo, mas sem criar estatutos para o seu enquadramento. Deste modo, na década de 1950, o futebol profissional continuou por regulamentar, a modalidade estava interdita a menores de 18 anos – até ao ano de 1958 –, não existiam estatutos para o jogador profissional, as transferências dependiam da DGEFDSE, os contratos celebrados entre clubes e jogadores eram considerados juridicamente nulos. No entanto, na prática, vários jogadores recebiam como profissionais (Serrado, 2009: 74-77). Outro exemplo desta relação ambígua entre amadorismo e profissionalismo verifica-se com a transferência do jogador «José Maria Pedroto, em 1952, do Belenenses para o Porto: a mais elevada transferência de sempre, 500 contos, 150 para o jogador e 350 para o clube de origem» (Carvalho, 2009: 91)

Cândido de Oliveira foi um dos mais destacados defensores da profissionalização da modalidade, tendo veiculado muitas vezes a sua opinião através do jornal desportivo *A Bola*. Foi também, ao mesmo tempo, crítico da ambiguidade que se vivia:

«Proíbe-se o profissionalismo e – acarinha-se o falso amadorismo, consentindo-se oficialmente salários e prémios aos jogadores, para que eles recebam como profissionais e se treinem como amadores. Reage-se violentamente contra a ideia de introduzir no nosso futebol as teorias, as técnicas, as táticas estrangeiras mais progressivas e pretende-se um futebol... à portuguesa!!!» (Melo, 2004: 85).

Em 1951, o Sporting, toma a dianteira e cria o “Estatuto do Jogador do Sporting Clube de Portugal”. Já em 1954, o Benfica, contribuirá para a futura profissionalização do futebol com a contratação do treinador brasileiro Otto Glória. Este aplicará medidas profissionais que sustentarão, nos anos 60, os sucessos internacionais do clube, sob o comando do húngaro Bella Gutmann (Serrado, 2009: 78-79).

Neste período, apesar de o futebol em Portugal ainda se encontrar nos primórdios da profissionalização, as despesas começavam a tornar-se significativas. Assim, os dirigentes desportivos tornavam-se os principais patrocinadores financeiros dos clubes pelo que gozavam de enorme notoriedade pública. Desta forma, atingem a presidência dos clubes «figuras eminentes da sociedade» que aproveitavam a visibilidade do cargo para «se promoverem, ao mesmo tempo que surgiam como benfeitores desinteressados» (Coelho e Pinheiro, 2004: 372).

Em 1960, a realidade – o profissionalismo oculto do futebol, o fenómeno de massas e os apelos da imprensa desportiva – forçou o regime a reconhecer e instituir o profissionalismo no futebol (também no ciclismo e pugilismo) em Portugal. Assim, a Lei 2 104, de 30 de Maio de 1960 «promulga as bases para a classificação dos praticantes do desporto como amadores, não amadores e profissionais» (Martins, in Serrado, 2009: 79).

A exigência do profissionalismo no futebol e a popularidade e importância atribuída ao fenómeno e «tendo em conta os efeitos no desporto do processo de democratização funcional, a tendência é para se reconhecer os desportistas como representantes de determinadas identidades sociais e coletivas, o que implicou alterações no seu estatuto, passando, em muitos casos, de amadores a profissionais» (Elias e Dunning, in Coelho, 2001: 110).

A defesa da profissionalização era estimulada também por parte da própria imprensa. Se numa fase embrionária do futebol em Portugal, a imprensa lutara pela criação de uma competição nacional e pela profissionalização dos jogadores, mais com o objetivo de tornar autónomo o campo desportivo e não tanto pelos benefícios económicos que daí resultassem para aquela, com o acompanhamento desportivo por parte da televisão, a relação já não será tão desinteressada (Kumar, 2004: 233).

Desta forma, começava a estreitar-se ainda mais uma relação entre o futebol e os *media*, mas não apenas numa «relação de exploração em que o campo dos *media* e os interesses a ele associados dominem totalmente o campo do futebol profissional. Os agentes do campo desportivo retiram inúmeros proveitos» dessa mesma relação, pelo que neste período esta não se torna «necessariamente parasitária», mas antes de proveitos comuns (*idem, ibidem*: 233).

No entanto, mesmo após a regulamentação do profissionalismo continuaram a ouvir-se algumas críticas a essa mesma profissionalização, quer por elementos próximos do regime, quer por parte de setores vários da sociedade. Persistia a valorização ética do amadorismo em detrimento do profissionalismo, em que a prática do desporto tem como objetivo «beneficiar diretamente os que a exercem e indiretamente a nação, na medida em que a existência de uma

população saudável de corpo e espírito é de grande importância para o progresso geral» (Martins, in Serrado, 2009: 80).

As críticas ao profissionalismo reportavam também aos valores monetários envolvidos:

«Os altos proventos adquiridos por certos astros (...) apontam-se como estimulantes de sinal negativo. Pior ainda é a desumanização pela compra e venda de jogadores. (...) O negócio das transferências é passível de censura e reprovação. O facto identifica-se com o procedimento de uma empresa industrial que vendesse como mercadoria os seus próprios operários especializados» (Castro, in *idem, ibidem*: 73).

E condenavam ainda a perda da simplicidade dos intervenientes: «Outro aspecto que merece uma nota má é o vedetismo. Está fora de toda a ética social, e representa uma ação que a higiene mental condena, o incenso desperdiçado sobre os jogadores, fazendo-os subir as escadas da glória sem ter em conta o seu carácter transitório e débil» (Castro, in *idem, ibidem*: 74).

Para o Estado Novo, o futebol profissionalizado abandona o conceito de desporto enquanto exercício para corpo e mente, pois desaparecida «a pureza do Desporto, e portanto a sua essência, é lícito perguntar se a atividade decorrente de exercícios físicos apresentados como espetáculos de multidões deve continuar a ser vigiada pelo Ministério da Educação Nacional» (Valente, in *idem, ibidem*: 80).

O posicionamento de desconfiança do Estado Novo em relação ao futebol e à sua profissionalização, leva Serrado a contestar a ideia genericamente concebida de que o regime salazarista foi um defensor do futebol a que a sua inclusão nos três “efes” do regime alude – Futebol, Fado e Fátima. Isto, apesar de assentir que o regime teria beneficiado desse empolgamento das massas, que as distrairia da política, favorecendo a permanência da sua autoridade. No entanto, considera que as fontes existentes demonstram que o Estado Novo condenava o futebol enquanto espetáculo e não o seu fomento. Assim, o serviço reservado para o desporto e para o espetáculo tinham diferentes objetivos:

«o primeiro devia educar, disciplinar, o outro devia entreter, mas sempre dentro dos cânones morais instituídos politicamente. Isto faz-nos concluir que o desporto enquanto forma de entretenimento não foi utilizado pelo Regime para distrair e para entreter, embora possa, naturalmente, ter contribuído para fazê-lo de forma indirecta. Inclusive (...) o desporto de massas assumia no Regime um carácter de entretenimento condenável, imoral e repreensível» (*idem, ibidem*: 81).

Desta forma, a vertente legislativa em Portugal percorreu, na generalidade, o caminho do percurso político no que à profissionalização do desporto diz respeito. Inicialmente verificou-se uma fase de alheamento «até princípios do século XX», seguiu-se uma fase de rejeição que se evidencia «com a publicação do Decreto n.º 21 110, de 4 de Abril de 1932, que aprovou o

regulamento dos liceus», continuou com o simples reconhecimento do desporto, mas com um cariz intervencionista «através do Decreto-Lei n.º 32 241, de 5 de Setembro de 1942 que instituiu a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar» e da sua regulamentação «através do Decreto n.º 32.946, de 3 de Agosto de 1943» até à aceitação, limitada, do desporto profissional, em que a «Lei n.º 2 104 de 30 de Maio, que perdurou até 1990, reconheceu o desporto profissional admitindo a existência de praticantes profissionais e não amadores nas modalidades de futebol, ciclismo e pugilismo» (Carvalho, 2009: 97-98).

Num exercício de síntese, pode afirmar-se que o Estado Novo «enamorado-se dos benefícios higienistas e terapêuticos da educação física e da ginástica, para de seguida os aceitar e promover, mas não na versão profissional» (*idem, ibidem*: 100), enquanto lhe foi possível, ou seja, até 1960, mas, mesmo depois da sua regulamentação, nunca foi, por parte do regime, consensualmente aceite.

1.2.4. Futebol e política colonial

No que diz respeito à política colonial portuguesa, é possível encontrar alguns pontos de encontro entre esta e o futebol. Desta forma, os clubes mais representativos da metrópole foram chamados a encetar digressões «pelas colónias africanas, o que permitia reforçar a ideia propagandística da “unidade da nação”» (Pinheiro, 2012: 71). Nuno Domingos afirma que análises mais «recentes sobre Moçambique, Angola e São Tomé reconhecem a existência de indícios de instrumentalização, sobretudo a partir de meados da década de cinquenta, mas continua a faltar um desenho mais claro desta política» (Domingos, 2011, vol. 2: 71).

Se a digressão da Associação Académica de Coimbra, em 1938, marcou o início das viagens africanas dos clubes da metrópole, foi na transição para a década de 1950 que as digressões por terras africanas se tornaram mais comuns, com as digressões do FC Porto, Benfica, Sporting, Atlético, CUF e Marítimo (Pinheiro, 2012: 71). O primeiro jogo da seleção portuguesa com uma congénere africana, a África do Sul, teria lugar, em Lisboa, em novembro de 1953, a qual Portugal venceria por 3-1 (Melo, 2004: 334).

A partir da década de 1950, a matriz colonizadora torna-se mais consistente em Angola e Moçambique. O estímulo à migração de metropolitanos para estas províncias favorecerá o crescimento urbano que, conjuntamente com o desenvolvimento dos meios de transporte, criou as condições para a emergência de competições de futebol de abrangência provincial, surgindo

em grande número de filiais de clubes metropolitanos, em particular do Benfica, Sporting, FC Porto (Serra, 2010: 654).

No final dos anos 50, «procurando aplicar no futebol o princípio da integração das colónias no todo nacional» os contatos tornar-se-ão ainda mais frequentes com a inclusão de clubes da Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique, na Taça de Portugal – passo inaugural para uma Taça Império que não se chegou a iniciar -, através de jogos disputados, numa primeira fase, apenas em Lisboa (*idem, ibidem*: 653). Mais tarde, e depois de as associações de Angola e Moçambique se recusarem a jogar na metrópole, em protesto contra os avultados custos da viagem e contra a realização das duas eliminatórias em Lisboa, serão os clubes portugueses a realizar o trajeto contrário²⁵ (*idem, ibidem*: 655).

No entanto, ao mesmo tempo que o futebol colonial se desenvolvia, o regime investigava as associações desportivas, com o objetivo de evitar qualquer potencial revolta política, como aconteceu em Moçambique, em que «alguns clubes foram suspensos por se suspeitar de infiltrações que atentavam contra a situação» (Domingos, 2011, vol. 2: 67).

As colónias ultramarinas representavam, ao mesmo tempo, um alargado campo de recrutamento de jogadores para a metrópole, para os seus clubes e para a seleção nacional. A seleção portuguesa de futebol acolheu, pela primeira vez, um jogador de origem africana, Martinho de Oliveira, em 1928, mas só a partir de 1937, com o angolano Guilherme Espírito Santo «é que se tornou habitual ver jogadores negros com a camisola das quinas. A Política Ultramarina encontrava assim no Futebol um aliado para reforçar a coesão nacional» (Pinheiro, 2012: 72). Já a saída dos melhores jogadores africanos para os clubes da metrópole, não era particularmente bem vista pois «a situação de amadorismo dos jogadores permite que abandonem as coletividades de origem sem que estas sejam compensadas financeiramente», levando que o a lei sobre o regime de transferências seja, posteriormente, alargado às colónias (Serra, 2010: 655).

No que respeita às infraestruturas para a prática do futebol nas províncias, estas eram ainda escassas. Se no início da década de 1960, existia em Luanda apenas o Estádio Municipal, melhorado em 1947, neste decénio outros estádios serão levantados em Angola (*idem, ibidem*: 656). Será, no entanto, em território moçambicano que será inaugurado, em 1968, um estádio de proporções próximas dos grandes estádios erigidos na metrópole (tinha cerca de 32.000

²⁵ Em 1969, o Benfica joga em Luanda contra o Atlético Sport Aviação (ASA), sob uma assistência de 15.000 espetadores, originando uma receita de 720 contos, a maior registada em Angola. Nesse ano, também o Porto, o Belenenses e o Vitória de Setúbal efetuam jogos em Angola (Serra, 2010: 655).

lugares sentados). O Clube Ferroviário de Moçambique (CFM) receberá uma oferta de terrenos, após uma portaria de 1961, que servirá para, «com o apoio financeiro dos Caminhos de Ferro e das entidades governamentais» implantar, a 30 de junho de 1968, o Estádio Salazar, «escolhido pela Assembleia-Geral do CFM, em homenagem ao promotor da defesa armada da integridade nacional» e o nome do ditador será «também atribuído a competições de clubes nas capitais angolana e moçambicana» (*idem, ibidem: 656*).

A inauguração do Estádio Salazar foi elevado a uma «dimensão nacional, contando com a presença do ministro do Ultramar, Silva Cunha» (*idem, ibidem: 656*) e da mesma constou um jogo de futebol entre as seleções de Portugal e do Brasil.

A melhoria organizacional do futebol em Angola e Moçambique e a criação de campeonatos provinciais permitiu «aproximar diferentes populações, sem que estas renunciem à sua entidade própria» e veio ao encontro da tentativa do regime promover «a integração plena das colónias no “espaço português”, retirando argumentos aos movimentos separatistas. O futebol poderia ser também um símbolo dessa unidade nacional e da superação das divisões sociais e raciais, recebendo vários apoios das autoridades provinciais» (*idem, ibidem: 659*).

O futebol aumentava a sua popularidade nas colónias devido, ainda, às delegações clubísticas coloniais dos mais representativos clubes da metrópole para onde se transferiam os principais jogadores africanos. Também os *media*, «sobretudo pelo efeito de disseminação da rádio, contribuíram para colocar o futebol metropolitano no centro da cultura popular moçambicana. Isto significa que (...) a identificação individual e colectiva com os principais esteios da narrativa metropolitana se transformou num recurso interracial importante» (Domingos, 2012: 131).

1.2.5. Futebol e combate político

Se, à partida, analisar o futebol como instrumento de propaganda do regime e/ou de confrontação desse mesmo regime se revela uma tarefa árdua em função das suas próprias cambiantes, Serrado é afirmativo ao defender que o futebol não operou como privilegiado veículo de propaganda do Estado Novo e, no geral, também não foi usado pela sua oposição, pois era «extremamente difícil as organizações não institucionalizadas controlarem algo tão incontroável como o futebol. Todavia (...), o jogo chegou a funcionar (...) como um grande contrapoder, o que reforça a ideia de que o salazarismo não controlava a modalidade nem era o regime dos três “efês”» (Serrado, 2009: 171).

No entanto, é possível intuir que a relação entre futebol e política move-se em duplo sentido. E no que respeita ao aproveitamento político do futebol, apesar de se questionar a sua intensidade, este também pode ser de duplo sentido: em benefício do poder, e enquanto ferramenta de contrapoder utilizada pela oposição. Se até agora, a abordagem introdutória do projeto tem privilegiado a relação política futebol/poder, concentraremos seguidamente a atenção na relação futebol/contrapoder. Verificam-se em Portugal, desde a década de 1930, situações que, de forma isolada ou integrada em movimentos sociais mais vastos, revelam a utilização do futebol – consciente ou inconscientemente – como veículo de difusão de mensagens contra o poder instituído, espelhando alguma oposição política.

A 30 de janeiro de 1938, em Lisboa, um jogo entre Portugal e a Espanha, marcaria um desses momentos de contestação. No prólogo do jogo, os jogadores portugueses saudaram a assistência com a saudação fascista, tradição em partidas com a Espanha. Porém, os jogadores Mariano Amaro e José Simões fecharam o punho e Artur Quaresma não esboçou qualquer movimento boicotando o rito, devido a divergências com a FPF. A Censura foi célere a emudecer a imprensa tentando «adulterar o momento, publicando fotografias retocadas de forma a parecer que os punhos cerrados afinal estavam abertos, como foi o caso da revista *Stadium*» (Pinheiro: 2012; 63).

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), designação que em 1945 viria a ser alterada para Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), deteve os três jogadores mas o caso foi inconsequente «já que a Polícia política não quis medir forças com a popularidade do futebol, além de que o Belenenses, clube onde os três atuavam, contava com pessoas bem colocadas e afetas ao regime» (*idem, ibidem*: 63).

Segundo Pinheiro, a maioria dos presidentes seria apoiante do regime, mas no que diz respeito a outros agentes da modalidade como treinadores e jogadores, existiria uma maior cisão entre apoiantes, caso de António Roquete, guarda-redes do Casa-Pia nos anos 20, «que viria a ser agente da PIDE» e detratores do Estado Novo como Cândido de Oliveira. Este chegou a ser detido em 1942, quando ocupava o cargo de selecionador nacional «acusado de colaborar com os serviços secretos ingleses. Era conhecida a sua antipatia pelo regime salazarista, mas soubera separar as águas do futebol das da Política» (Pinheiro, 2012: 64).

No final da década de 1940, o regime enfrentava uma oposição política particularmente ativa. Em 1949, o General Norton de Matos apresentava-se às eleições presidenciais contra o candidato da situação, o Marechal Óscar Carmona. Apesar de não ter concretizado o processo

eleitoral – desistiria entretanto por falta de condições de equidade política –, a sua candidatura, proporcionaria mais um “encontro imediato” entre o futebol e a política, ao escolher um campo de futebol (9 de janeiro) para discursar aos seus apoiantes. A reunião ocorreu na cidade do Porto, recinto do Salgueiros «perante milhares de apoiantes (...). O salazarismo não deixou passar em claro a afronta do Salgueiros, em permitir o comício de um opositor: o clube não recebeu mais apoios económicos e foi decretada a proibição da cedência de campos de futebol para futuras campanhas políticas da oposição» (*idem, Ibidem*: 64).

Depois da crise de 1949, a oposição ao Estado Novo manter-se-á “adormecida” até 1958. Neste ano, uma segunda candidatura oposicionista à presidência da República, na pessoa do General Humberto Delgado²⁶, fará verdadeiramente abanar os alicerces estado-novistas. Apesar de derrotado – são conhecidos atropelos ao processo eleitoral –, colheu uma grande aprovação popular e conseguiu afrontar o regime e o próprio Salazar, como ficou bem expresso na sua célebre resposta à questão sobre que faria, em relação a Salazar, caso fosse eleito Presidente: “obviamente, demito-o!”. A candidatura de Humberto Delgado traria, assim, graves efeitos para o poder instituído, e acabaria de ser um prelúdio do que seria a década de 1960, o período *horribilis* do Estado Novo. As crises sociais e políticas tornaram-se mais cíclicas e intensas.

Durante os anos 60, o regime seria surpreendido por vários momentos de contestação. As manifestações sucediam-se e o chefe de Estado encontrava-se cada vez mais envelhecido, pelo que as peças do xadrez político começavam a mover-se tendo em vista a futura sucessão de Salazar. Por outro lado, no quadro externo, Portugal era vetado ao isolamento por prosseguir com a sua política colonial e guerra daí resultante. O edifício salazarista começava a ceder.

O início da Guerra Colonial, em 1961, provocaria mais fissuras nos alicerces do regime, quer pelo conflito em si, quer pela pressão interna – por todos os custos humanos e financeiros que acarreta, para além da discutível legitimidade dos territórios –, quer externa, pois Portugal estava também, neste período, “orgulhosamente só” na política colonial, pois a generalidade da Europa tinha já abdicado das suas possessões coloniais. Também no interior do regime começavam a surgir algumas divergências ideológicas, entre a continuidade, sem cedências, da política conservadora do Estado Novo, e a evolução para uma maior abertura interna e internacional.

²⁶ Veja-se, sobre o país nas vésperas das eleições de 1958, Rosas (1989).

Seria Marcelo Caetano²⁷, após estar confirmada a incapacidade física de Salazar a unir, sem sucesso, as duas posições, com a sua “evolução na continuidade”. Chegado ao poder no final de 1968 e auto-legitimado pelo ato eleitoral condicionado de outubro de 1969, Marcelo Caetano «ao proclamar a defesa da ordem pública e da integridade do ultramar, satisfazia as exigências dos guardiães do Regime. Ao afirmar que não queria “ver os Portugueses divididos entre si como inimigos”, deixava pairar uma sugestão de abertura liberalizante», pretendendo «levar a cabo um projecto de reformas modernizantes, neutralizando ao mesmo tempo uma oposição de direita e uma oposição de esquerda» (Reis, in Serrado, 2009: 175).

Todavia a crispação social continuava em Portugal. Assim, e após um contexto de descontentamento generalizado durante toda a década de 1960, surge no ocaso desse período, um novo foco de instabilidade para o regime: a crise estudantil de 1969, com origem em Coimbra²⁸. Os estudantes, num processo que se ampliará a outras áreas da sociedade, cativarão o futebol para as suas reivindicações de oposição política e alcançarão, na final da Taça de Portugal, em 22 de junho de 1969, que contou com a presença da Académica, o momento mais transcendente (*idem, ibidem*: 177).

A contestação iniciou-se na época desportiva de 1968/69, nos jogos da Académica, através de manifestações por parte da assistência e dos atletas do clube que surgiam em campo com fumos negros no braço, respeitando o luto académico determinado pela Assembleia Magna da Universidade. Entretanto a FPF «solidária com o Regime e tentando evitar represálias sobre o Futebol, ainda tentou mitigar o problema, proibindo o uso de braçadeiras negras. Mas os academistas contornaram a proibição, colocando uma lista branca de luto sobre o emblema das camisolas» (Pinheiro, 2012: 78).

A crise estudantil de 1969 reagiria contra uma perspectiva conservadora e «politizada que se vivia no mundo académico, o qual servia apenas para preparar os futuros quadros dirigentes do Regime, num ensino medíocre, estagnado, onde não se apostava na investigação e no progresso científico», pelo que os estudantes lutavam genericamente pela «democratização do ensino, pelo fim da guerra colonial, pelo desenvolvimento científico da Universidade» (Serrado, 2009: 176).

O detonador da crise estudantil foi o facto de o presidente da Direção-Geral da Académica, Alberto Martins, ter sido impedido de discursar na inauguração oficial do Edifício das

²⁷ Veja-se, sobre a “primavera marcelista” de Caetano, Ventura (2004).

²⁸ Veja-se sobre a crise estudantil de 1969, entre outros, Bebiano (2003), Bebiano e Estanque (2007) e Cardina (2008).

Matemáticas, presidida pelo Presidente da República Américo Tomás, a 17 de abril de 1969. Aquele pretendia abordar «os problemas que afligiam a juventude, a Universidade e o país» (Martins, in *idem, ibidem*: 177).

Será neste contexto que os jogadores da Académica, também eles estudantes, irão igualmente utilizar o futebol para manifestarem a sua solidariedade com a luta estudantil. No primeiro dos dois jogos da eliminatória, contra o Sporting, de acesso à final da Taça de Portugal, a Académica apresentar-se-ia no relvado de Alvalade equipada de branco, sublinhando o luto académico, por contraste à cor oficial do equipamento (preto), e braçadeiras pretas. Perante este cenário, a FPF viu-se obrigada a emitir uma declaração à imprensa:

«Solicita-se às associações que recordem aos clubes seus filiados que (...) se devem apresentar em campo envergando os seus jogadores o seu equipamento usual (...) é vedado aos restantes jogadores (que não ao capitão de equipa) apresentarem-se com braçadeiras de qualquer tipo ou tamanho» (Cruzeiro, in *idem, ibidem*: 180).

No segundo jogo, disputado em Coimbra, a Académica trajaria com o oficial equipamento preto, mas com a aplicação de uma faixa branca na insígnia da camisola, representando o luto, sem ferir as novas imposições. O jogo permitiu disseminar o propósito da contestação académica através da distribuição de comunicados à assistência: «panfletos esvoaçaram por cima da mesma, cartazes eram afixados e rapidamente arrancados pela polícia, assim como outro tipo de propaganda e publicidade originais» (*idem, ibidem*: 181).

O apuramento da Académica para a final da Taça de Portugal onde teria como adversário o Benfica, desassossejou os governantes, pois a luta dos estudantes encontraria um palco com visibilidade nacional. A visibilidade tornar-se-ia exponencialmente maior devido à tradicional transmissão da partida pela RTP.

Ciente desta realidade, a repressão do regime incidiu «sobre o futebol, impedindo a transmissão televisiva do jogo e reforçando a pressão da censura sobre os *media*, em especial sobre os jornais desportivos, em cujos corpos redatoriais existiam simpatizantes da causa estudantil» (Pinheiro, 2012: 78). Apesar dos esforços do regime para silenciar a revolta, a «manifestação não podia – não pôde – o Governo cancelá-la. Grandiosa, fluente, solidária, ela veio a rebentar, irreprimível, no sumptuoso cenário do Jamor» (Cruzeiro, in Serrado, 2009: 183).

Da tradição fazia também parte a entrega da Taça de Portugal ao clube vencedor pelas mãos do Presidente da República. No entanto, Américo Tomás, bem como José Hermano Saraiva, enquanto ministro da Educação, abdicaram da presença, tendo a Taça sido entregue pela

Direção-Geral dos Desportos. As autoridades perceberam que a comparência de figuras proeminentes do regime poderia incendiar ainda mais o ambiente, já de si efervescente.

Apesar de todos os estratagemas do governo, a presença na final foi bem aproveitada pelo movimento estudantil para passar uma mensagem que talvez se tornasse ainda mais ensurdecadora se a “bola” tivesse ajudado – a Académica seria derrotada por 2-1. A própria entrada dos jogadores da Académica no relvado voltou a sublinhar a solidariedade para com a revolta dos estudantes, apresentando as capas caídas e braçadeiras brancas sobre o equipamento preto em sinal de luto académico.

A maioria da imprensa vendeu a ideia de que a “festa da Taça” se tinha processado com toda a normalidade, mas em alguns periódicos, que de alguma forma escaparam a um crivo apertado da Censura, são narrados pormenores que ultrapassam o terreno de jogo:

«Ao principiar o jogo, a claque dos estudantes (...) juntamente com grandes bandeiras da Académica, todas elas com sinal de luto, exibiram vários cartazes (...): “A Académica está de luto”, “Universidade Livre”, “Viva a liberdade”, etc. Nas duas cabeceiras, começaram (...) alguns indivíduos a discursar, falando de liberdade e de mais ensino e menos polícia. (...) A certa altura, porém, foram detidos, discretamente, dois dos improvisados oradores, que não puseram objeção» (*Diário Popular*, in *idem*, *ibidem*: 189).

«À margem do jogo foi o grande jogo de 50.000 entusiastas. Dísticos havia muitos. Depois começaram a ser menos. Palavras que iam para além do jogo. Era outra taça.» (*Diário de Lisboa*, in *idem*, *ibidem*: 186).

A fúria das autoridades haveria de se repercutir ulteriormente na esfera estudantil, através da violência, cessação de subsídios e incorporação de alguns destes no exército. Estes condicionamentos reduziriam a chama opositora, sem contudo, a dominar por completo. Aquele movimento estudantil revelou-se «“apenas um” começo de uma forma nova de fazer política de oposição nos derradeiros anos do Estado Novo» (Duarte, in *idem*, *ibidem*: 188).

O futebol foi, desta forma, um veículo de propaganda oposicionista para transpor a sua mensagem para os estudantes e para a população em geral. Por outro lado, ampliou a escala nacional uma luta que, de outra forma, teria mais dificuldades em ultrapassar o âmbito regional.²⁹ A final da Taça de Portugal tornar-se-ia para o regime, um jogo de futebol com bem mais do que “noventa longos minutos”, que terão servido como instrumento de divulgação de «uma luta até horizontes sociais nunca antes atingidos, em ofensiva permanente que fazia

²⁹ A nível internacional também se encontram exemplos da utilização do futebol como veículo de contestação ao regime instituído, como aconteceu no Mundial da Argentina de 1978, país numa ditadura militar. Segundo Pablo Alabarces, o Mundial «proporcionou aos argentinos opositores ao regime a oportunidade de voltar a ocupar o espaço público em multidão, e também teria fornecido um tempo e espaço de resistência para protestos junto à massa de anónimos que se reunia em torno do futebol» (Soares, 2009: 377).

encurrular o Presidente da República em casa e obrigá-lo a contentar-se com o relato radiofónico do desafio» (Cruzeiro, in Pinheiro, 2012: 79).

No que diz respeito à instrumentalização política do futebol, Serrado defende a tese de que o «futebol não foi um objeto de poder, antes pelo contrário. Foi “instrumentalizado” pelas manifestações de 1969 para “atacar” o Regime, para reivindicar e fazer chegar às massas aquilo que os manifestantes pretendiam», sentenciando que se o futebol não foi «manipulado de forma consciente e sistemática, a modalidade acabou por ser, mais do que um instrumento político, um eficaz veículo de propaganda da oposição» (Serrado, 2009: 196).

O futebol, para além de servir em determinado momento os interesses estudantis, também foi utilizado como confrontação política pela classe trabalhadora, no início da década de 1970. A Companhia União Fabril (CUF) do Barreiro, à volta da qual gravitavam milhares de trabalhadores, foi um dos casos que encontrou no futebol uma forma de afrontar o regime. Enquanto Grupo Desportivo, a CUF, participou consecutivamente em vários campeonatos nacionais da primeira divisão de futebol, entre 1954 e 1976, cumprindo ao mesmo tempo um papel «de importante instrumento de propaganda» (Domingues, 2004: 347). Os encontros disputados no seu estádio gozavam de uma assistência de milhares de espetadores, particularmente trabalhadores e respetivas famílias, tornando-se «momentos de protesto contra o patrão e as políticas do Estado, assumindo-se, muitas vezes, como forma de contestação colectiva» (*idem, ibidem*: 351). Desta forma, durante o tempo de jogo, «muitos trabalhadores, inconformados com a repressão do poder político e a falta de liberdade de expressão, aproveitavam o calor do jogo para fazerem todo o género de insultos contra o patronato e o regime ditatorial» (Pinheiro, 2012: 79). Para solucionar o problema, o governo de Marcelo Caetano proibiria a exclamação de clamores durante os encontros disputados na CUF. A bizarra regra seria fiscalizada pela Guarda Republicana que ficava de armas «em punho de frente para a assistência. A Polícia repressiva, à base da intimidação pelas armas, silenciava também as bancadas dos adeptos de futebol» (*idem, ibidem*: 79).

1.2.6. Os *media* e a popularização do futebol

O futebol e a sua dinâmica competitiva foram potenciados, desde a sua criação, pela comunicação social, a qual retiraria também dividendos da sua ligação à modalidade. Em Portugal, a ligação entre futebol e *media* é desde logo significativa na medida em que a centralidade da modalidade no conjunto do desporto português «não será alheia à sua

divulgação mediática» (Kumar, 2004: 231). Até ao final dos anos 20, a imprensa tornou-se um importante aliado na difusão e popularização da modalidade. Concorreu para «divulgar a modalidade contribuindo para o debate sobre as estruturas competitivas» e chegou a «organizar torneios que foram experiências iniciais prévias à criação de um campeonato nacional» (*idem, ibidem*: 237). No entanto, alguma imprensa ainda insistia no papel do futebol como instrumento de «socialização e controlo das classes trabalhadoras»³⁰, em que o desporto não era visto tanto como espetáculo ou competição mas como um utensílio que permitia melhorar «as capacidades físicas e morais da nação. Tratava-se de generalizar às populações as lógicas inerentes ao universo militar, aquilo a que Foucault apelidou de produção dos corpos dóceis» (*idem, ibidem*: 235).

Se a imprensa ainda apresentava sobre o desporto uma visão eclética³¹era, no entanto, o futebol, divulgado através das publicações de cariz desportivo, a modalidade que mais se desenvolvia no país. Esta imprensa ganharia maior estabilidade nos anos 30 e cimentar-se-ia após a Segunda Guerra Mundial. O futebol ampliar-se-ia para além dos meios aristocráticos e a sua prática tornar-se-ia democrática e competitiva (*idem, ibidem*: 235).

A implementação do Estado Novo, em 1933, traria instrumentos de controlo como a censura que atuaria também sobre a imprensa. No entanto, e excetuando casos pontuais, a imprensa desportiva, tida como especializada «não foi prioridade para os censores. Os jornalistas (...) procuravam defender-se desta interferência reafirmando a neutralidade política do desporto. A pretensa distância entre em relação ao campo político dispensou, a partir de 1945, as notícias e relatos desportivos da censura prévia», apesar de se observarem ainda situações posteriores de multas e suspensões de publicações (Domingos e Kumar, 2011, vol. 1: 222). Domingos e Kumar associam, porém, e seguindo o defendido por Manuel Villaverde Cabral, a putativa maior liberdade concedida à imprensa desportiva «não no sentido de uma abertura democrática, mas como uma incapacidade do próprio Estado e, no caso particular, dos serviços de censura, em exercerem uma vigilância efectiva sobre todo o espaço publicado» (*idem, ibidem*: 223).

Já na segunda metade da década de 1940, a imprensa desportiva alcança uma maior estabilidade e, entre outros, são fundados dois jornais que se mantêm em funcionamento na

³⁰ No *Tiro e Sport*, uma publicação aristocrática, defendia-se um desporto amador para as classes dominantes e um desporto como fator de higiene e disciplina para as classes trabalhadoras, criticando-se a democratização do jogo e suas consequências na disciplina social (Kumar, 2004: 235).

³¹ A imprensa generalista abordava mais os desportos das classes ociosas como o ténis e o tiro e a imprensa próxima do Estado e da matriz militar destacava os desportos tidos por educativos, como a ginástica (*idem, ibidem*: 236).

atualidade: *A Bola*, em 1945, e o *Record*, em 1949, para além do *Mundo Desportivo*, em 1945. Segundo Kumar, estes novos periódicos iniciaram a sua atividade com abordagens diferentes. Assim, enquanto *A Bola* procurou seguir um critério editorial mais pedagógico e reflexivo sobre o desporto, o *Mundo Desportivo* demonstraria algumas preocupações eugenistas, e o *Record* destacar-se-ia pela grande centralidade concedida ao fenómeno-futebol (Kumar, 2004: 239).

Na imprensa da época discutia-se sobre os benefícios e os malefícios da profissionalização do futebol, o desfasamento entre a regulamentação e a prática, «o interesse popular que o jogo já mobilizava e a necessidade de educar e informar esse público», bem como a «definição de modelos legislativos e competitivos que permitissem a transição de um desporto oficialmente amador para outro profissional» (Kumar, 2004: 239).

Neste período, a imprensa generalista começou a alargar o espaço dedicado ao futebol, agora com uma crónica menos sintética e a ocupar nas primeiras páginas acontecimentos que já não cingiam apenas à seleção portuguesa de futebol (*idem, ibidem*: 240). A partir desta época, observa-se uma «tensão entre a subalternidade noticiosa do desporto, na base de uma hierarquia mediática dominada pela “política”, e o reconhecimento do seu poder de comunicação com o público» determinando, para o futuro, «a história da presença mediática do desporto» (Domingos e Kumar, 2011: 239).

Esta relação entre a política e o desporto tornar-se-á visível mais tarde, já na década de 1960, em que a análise efetuada às vitórias internacionais do futebol português «revela indícios de aproveitamento político, em especial uma espécie de “luso-tropicalismo banal” defensor da razão de um império colonial» que sofria com uma guerra iniciada em 1961 (*idem, ibidem*: 256).

Assim, a imprensa, área em que, só durante a década de 1920, surgiram 166 novas publicações desportivas (Pinheiro, 2011: 451), a rádio, nos anos 30, e depois a televisão, nos anos 50, «o grande meio de comunicação de massas, o transformador de práticas culturais e de lazer» (Domingos, 2004: 38) contribuíram para a popularização do futebol em Portugal.

A rádio, apesar de não ter desempenhado o papel precursor da imprensa, possibilitou que as emoções de um jogo de futebol passassem a ser vividas em direto, a partir de múltiplas regiões³², inaugurando «relacionamento imediato e emotivo dos adeptos com o jogo» pois a transmissão em tempo real contribuiria para «um dos segredos do jogo competitivo: a incerteza

³² Em 5 de maio de 1935, um encontro radiofónico entre Portugal e Espanha (3-3) foi transmitido para Portugal, Espanha e Brasil (Pinheiro, 2012: 56).

do resultado» (Kumar, 2004: 241). Deste modo, os relatos radiofónicos permitiram que o futebol ganhasse mais adeptos, popularizando a modalidade «de uma forma até então inimaginável» (Pinheiro, 2012: 56). No entanto, e à semelhança do que irá suceder com a televisão, os dirigentes desportivos mostraram alguma desconfiança em relação à rádio. Exemplificativo foi que após a narração em direto de um Benfica e Sporting em 1938, o relator Ayalla Botto seria, nas semanas seguintes, «proibido, por alguns clubes, de entrar nos respectivos estádios. Argumentava-se que os relatos reduziriam as receitas de bilheteira. Os clubes rapidamente iriam rever a sua posição» (Kumar, 2004: 241).

A partir de 1966, a Emissora Nacional, inaugurada em 4 de agosto de 1935, iniciou o acompanhamento de todos os jogos da Primeira Divisão, em que «as transmissões saltavam (...) de estádio para estádio, numa volta a Portugal em futebol que se repetia domingo após domingo (...). A rádio foi o primeiro meio a “imediatizar” o futebol e a conferir-lhe uma coloração essencialmente emotiva» (*idem, ibidem*: 243). O relato radiofónico contribuiu, assim, num país com elevada taxa de analfabetismo, «decisivamente para consolidar o processo de apropriação popular do futebol» (Domingos e Kumar, 2011: 234).

Se a rádio permitiu eliminar, através da narração em direto, a diferença temporal, a televisão eliminou cumulativamente a diferença temporal e espacial (Rodrigues e Neves, 2004: 174). Desta forma, o aparecimento da televisão permitiu que o futebol se tornasse num espetáculo global pelo que esteve «no centro de uma mudança social decisiva na experiência do tempo e do espaço» (*idem, ibidem*: 174). Também a televisão foi inicialmente olhada com apreensão por parte dos dirigentes desportivos, mais uma vez receosos do afastamento dos adeptos dos estádios. Como no caso da rádio, as resistências seriam mais tarde ultrapassadas³³.

A televisão iniciou a sua aproximação ao futebol através de eventos pontuais e relevantes como as fases finais de Campeonatos do Mundo e da Europa e as Olimpíadas, até começar a oferecer resumos de jogos em diferido e depois em direto³⁴ (Kumar, 2004: 245).

Se o desporto foi adquirindo o seu espaço na grelha televisiva da RTP, visível «na consolidação das suas percentagens no contexto da programação geral: em 1961, 6,05% da programação total (...), 9, 32% em 1968», a televisão também reproduziu o domínio alcançado «pelo futebol nos outros meios de comunicação social. Neste aspecto, parece claro

³³ Registe-se, no entanto, que ainda em 1966 um jogo entre o Sporting e o Benfica seria transmitido em diferido pela RTP para não colocar em causa a receita de bilheteira (Kumar, 2004: 245).

³⁴ Em março de 1958 foi transmitido pela televisão o primeiro jogo de futebol em Portugal que opôs as seleções militares de Portugal e dos Estados Unidos da América (Coelho e Pinheiro, 2004: 414).

que a televisão pública não foi um meio dominado pela prédica oficial sobre a prática desportiva», já que, em 1965, no conjunto das emissões dedicadas ao desporto, o futebol ocupava lugar de destaque e o seu «domínio estendia-se aos 49,5% ... sobretudo pelos programas semanais dedicados» à modalidade (Domingos e Kumar, 2011: 249).

Na década de 1960 o futebol conquistará definitivamente o seu espaço na televisão portuguesa, começando por transmitir alguns dos principais jogos internacionais do futebol português, como foi o caso das finais europeias disputadas por Benfica e Sporting, e a participação da seleção nacional de futebol na fase final do Mundial de 1966. A presença da televisão era comum em acontecimentos específicos como a final da Taça de Portugal ou como uma competição europeia. Estas competições, e o Mundial de 1966 em particular, eram acompanhadas por uma grande número de portugueses, em suas casas ou nos locais públicos, e davam a «entender o poder de mobilização da televisão e a difusão que o futebol pode atingir a nível nacional (...). Marcas e revendedores de televisores aproveitam (...) para incentivar à compra de mais receptores, encarando os jogos como um espectáculo televisivo por excelência» (Serra, 2010: 467).

A televisão serviu também para, através da instrução dos jornalistas, o exercício de uma função pedagógica de explicação de todo o enquadramento de um jogo de futebol (Rodrigues e Neves, 2004: 177), em que segundo Tomlinson e Sugden, «o jornalista era então tratado como um “agente moral”. Essa primeira fase de expansão televisiva foi certamente condição» para a fase seguinte «de espetacularização do jogo» (*idem, ibidem*: 177).

Os jogos em que participava a seleção nacional rapidamente se tornaram apetecíveis para a RTP, que começou por transmitir em diferido, a partir de 1960, alguns jogos disputados no estrangeiro, e a partir de 1963 também jogos disputados em Portugal e em direto. Porém, seria o acompanhamento televisivo dos encontros da seleção nacional no Mundial de 1966 a sublinhar o sucesso das transmissões televisivas de futebol (Serra, 2010: 468). O costume das multidões acompanharem as incidências dos jogos da seleção «com as concentrações perante os painéis noticiosos dos jornais e depois junto de altifalantes que emitiam os relatos radiofónicos continuaria (...) diante de cafés ou lojas de electrodomésticos» (*idem, ibidem*: 468).

Se na primeira fase do Mundial de 1966, o espaço noticioso da RTP concedia escassa atenção à competição, a classificação de Portugal para a fase colocaria a seleção em destaque, inclusive

com honras de abertura do *Telejornal*, após o insucesso com a Inglaterra nas meias-finais³⁵ e a vitória com a União Soviética no jogo de atribuição do terceiro lugar, e ainda a chegada da seleção a Lisboa (*idem, ibidem*: 468).

Nos anos 60, a RTP não concedeu grande espaço na sua programação ao futebol, excluindo as fases finais de competições internacionais que envolviam jogadores portugueses como o Mundial de 1966, «quando o editorial do *Telejornal* associa o comportamento da selecção à ética desportiva defendida pelo regime» (*idem, ibidem*: 472) e os próprios clubes também se mostravam renitentes em relação aos direitos televisivos, eventualmente concorrentes à venda de ingressos para os jogos. Apesar de tudo, as transmissões dos «jogos da seleção e dos clubes serviria para unir (ainda mais) as várias regiões e estratos sociais do país em torno do futebol e das suas estrelas» (*idem, ibidem*: 472).

³⁵ Em referência à derrota, o editor José Mensurado, autor de várias comunicações de apoio ao regime escreveria: «11 homens demonstraram que a luta desportiva obedece a uma ética que se rege pelo respeito pelo adversário; (...) um grupo se bateu afincadamente até ao último minuto no desejo legítimo de provar que pode ser melhor» (Serra, 2010: 468-469).

1.3. “Seleção” na imprensa do Estado Novo

A imprensa detém um papel importante para a representação política da Nação. Aquela funciona como um veículo de reprodução sistemática do já mencionado “nacionalismo banal” (Billig, 1995). O futebol, nomeadamente na sua vertente de seleções em jogos internacionais e enquanto uma das áreas de análise da imprensa, gera, muitas vezes, um unanimismo que, consciente ou inconscientemente, sublinha o a exaltação exacerbada da Nação.

Numa perspetiva, sumária, de enquadramento da supremacia contemporânea da nação e a ideologia nacionalista, Billig refere que «todas as sociedades que possuem exércitos possuem a crença de que algumas crenças são mais valiosas do que a própria vida. Apenas aquilo que é tão valorizado varia» (Billig, in Coelho, 2001: 25). Desta forma, a nação e a identidade dos seus membros, torna-se incontestável e hegemónica. Segundo Gellner, o «nacionalismo é a crença de que o Estado nacional, identificado com uma cultura nacional e comprometido com a sua protecção, é a unidade política natural» (Gellner, in *idem, ibidem*: 26). Assim, a ideologia nacionalista reproduz as nações e é um «processo geral de reprodução significações e ideias» (Fiske; in *idem, ibidem*: 26) que dominam determinado período de uma dada sociedade. As nações são atualmente “hegemónicas” e diariamente reproduzidas sob a forma de um «nacionalismo banal» revelando ao mesmo tempo uma matriz ideológica. A própria reverência à bandeira nacional é instituída socialmente, mas não deixa de refletir uma forma de nacionalismo. Assim, a reprodução dos estados-nação, defende Billig, baseia-se na relação entre «memória e esquecimento, imaginação e repetição» (*idem, ibidem*: 28). A fidelidade ao Estado aparece, segundo Boaventura Sousa Santos, acima de qualquer outra, provocando uma «globalização das múltiplas identidades na identidade global do Estado» (Santos, in *idem, ibidem*: 28).

Na sua obra *Portugal: A Equipa de Todos Nós* (2001), Coelho pergunta: como domina, sobrevive, e se reproduz a nação? Segundo ele, para Benedict Anderson, as nações são comunidades imaginadas: «A nação é uma comunidade politicamente imaginada (...) porque os membros, mesmo de uma nação mais pequena, nunca chegarão a conhecer a maior parte dos seus concidadãos, encontrá-los, ou mesmo ouvir falar deles, muito embora em cada uma das suas mentes permaneça a imagem da sua “comunhão”» (Anderson, in *idem, ibidem*: 29).

Já para Stuart Hall, a criação de uma identidade baseia-se na forma como nos representamos a nós próprios através da história, da linguagem e da cultura. Durante um jogo de futebol «os acessórios com os símbolos nacionais ou clubísticos que demonstram uma pertença podem ser

pensados como uma linguagem, como uma prática de representação simbólica que dá significado e expressão à ideia de pertença a uma cultura nacional ou de identificação de uma cultura local» (Hall, in *idem, ibidem*: 30-31). Elementos como a bandeira, o hino, a história oficial, entre outros, encarnam a nação. Desta forma, a realidade é “socialmente construída”, em que os significados variam em função do contexto social. Para Coelho também o discurso (que fornece uma linguagem) é relevante para a perspectiva construcionista (*idem, ibidem*: 32). O discurso é «a forma expressa como os seres humanos se veem e se compreendem a si próprios em cada cultura, é a forma como é produzido o conhecimento acerca do social, do indivíduo, dos significados partilhados em determinado período histórico» (Burr, in *idem, ibidem*: 32).

Já Michel Foucault deu ênfase à relação «entre poder e conhecimento. O conhecimento ligado ao poder não só assume a autoridade da verdade como tem a capacidade de se tornar verdade. Impõe condutas, práticas e regulações sociais» (Foucault, in *idem, ibidem*: 32). Em consequência, os discursos tornam-se verdades momentâneas que serão apropriadas pelos interesses do poder. Assim, «o nacionalismo e a identidade nacional, como formas de produção e conhecimento sobre o social, implicando relações de poder e dominação, sempre contextualizadas sócio-historicamente, são parte fundamental da vida social na modernidade» (*idem, ibidem*: 32). Coelho, na sua «abordagem discursiva do conhecimento e dos processos e práticas sociais» foca-se nos «efeitos e consequências da representação e da sua política» e avalia a «forma como o conhecimento produzido no âmbito de determinado discurso se relaciona com o “poder”, regula condutas, inventa ou constrói identidades ou subjectividades» (*idem, ibidem*: 32).

A identidade é gerada através de discursos enquadrados na nacionalidade, na religião, na diferença sexual, na classe, na faixa etária, pelo que é a sociedade que germina a identidade da pessoa. A «identidade nacional» esbateu outras identidades presentes no espaço nacional, das regionais às étnicas e outras. No entanto, a «identidade nacional, longe de ser um laço primordial, é uma produção do Estado-Nação moderno, que trouxe uma transformação ideológica do senso comum. Longe de ser um critério objectivo, é imaginado e construído no quotidiano. Resulta de um processo de imaginação de uma comunidade» (*idem, ibidem*: 34).

Ao analisar os discursos e a representação da nação, Coelho escolheu, como área de estudo, o futebol, como campo que considera privilegiado. Observa que, em particular, os jogos internacionais geram uma comunhão de emoções enquadradas no coletivo comum, a nação. Entende, aliás, que futebol e Estado-nação são “filhos” do mesmo século XIX. E que, sendo coevos, o Estado-nação tem dominado, frequentemente, o futebol. Esta dominação é visível em

exemplos radicais como o caso da “Guerra do Futebol”³⁶ ou «no aproveitamento do futebol pela propaganda das ditaduras italiana, brasileira, argentina ou portuguesa. Basta-nos saber que todos aqueles a quem o futebol diz algo são um pouco mais nacionalistas quando a seleção nacional de futebol se encontra em competição» (*idem, ibidem*: 36).

O futebol acaba, mesmo que inconscientemente, por potenciar o patriotismo. Consegue, aliás, gerar muitas vezes união entre nações com vários focos de divisão interna³⁷. Como refere Neves existem dois problemas que devem ser avaliados, a «relação – instrumental ou não – entre futebol, nacionalismo e questões sociais (como a religião ou a política)» e a «relação entre as práticas de jogo (estilos de jogo) e as eventuais lógicas nacionais que explicarão essas mesmas práticas» (Neves, 2004a: 57).

O futebol tem atualmente uma visibilidade intensa e universal. Com incontáveis praticantes e muitos mais seguidores por todo o mundo (pelos campos, pelos jornais, pela rádio, pela televisão) define, muitas vezes, o caminho a seguir pela indústria do entretenimento. Existe assim uma relação entre futebol (hoje um património cultural universal) e a vida social, em que o primeiro é a representação do segundo (Coelho, 2001: 37).

Dois dimensões distintas auxiliam a explicação para a popularidade e centralidade do futebol: a emotividade intrínseca que o jogo gera nos seus apoiantes, o «descontrolo controlado das emoções» (Norbert, in *idem, ibidem*: 37); e o dramatismo associado ao futebol (e à própria sociedade contemporânea): tónicas como a sorte, a competição, a especialização de tarefas, a felicidade/infelicidade, a putativa meritocracia, estão presentes. (*idem, ibidem*: 37). O futebol acaba por funcionar, segundo Bromberger, como uma peleja simbólica entre duas diferentes comunidades. Assim, o jogo «pode ser visto como uma das mais profundas matrizes simbólicas do nosso tempo. (...) Aliás, a condição de centralidade social e cultural do futebol leva-me a concordar que pode ser aplicado ao futebol o conceito de “facto social total” que Marcel Mauss definiu como “fenómeno que em certos casos mobilizam a totalidade das sociedades e das suas instituições”» (Bromberger, in *idem, ibidem*: 38).

A própria organização do futebol, com campeonatos que vão desde a realidade local até à mundial propiciam as identidades coletivas, em que «cada jogo, nomeadamente, naqueles em

³⁶ Em junho de 1969, disputou-se uma eliminatória de qualificação para o Campeonato do Mundo do Futebol de 1970, entre as Honduras e El Salvador. A eliminação das Honduras foi utilizado como pretexto para que «os camponeses salvadorenses em território hondurenho fossem expulsos por milícias armadas» (Baptista, 2009: 234), o que originou uma guerra de quatro dias entre os dois países.

³⁷ Pode, porém, também provocar o fenómeno inverso, como a rivalidade existente desde a década de 1960, em Espanha, entre Real Madrid, Barcelona e Atlético de Bilbao.

que as várias oposições identitárias são mais claras, constitui-se uma forma ritualizada de guerra, com fanfarras militares, hinos, bandeiras, faixas, protagonizadas por adeptos que se autodenominam brigadas, legiões, comandos, *etc.* Esta é a sua função “celebratória” (Bromberger, in *idem, ibidem*: 38).

Desta forma, o futebol cumpre o papel de «mediador do nosso instinto natural de guerra ou simplesmente o instrumento simulador de guerra entre dois grupos rivais que competem estrategicamente num campo de batalha definido, com as melhores “armas”» pela vitória e dominação do oponente (Baptista, 2009: 234).

O futebol (re)produz uma determinada identidade nacional, ou seja, existe uma relação entre identidade nacional e futebol. Segundo Coelho, o futebol, “desporto nacional” atinge todos os grupos sociais e manifesta as virtudes da nação, pelo que «num “mundo de nações”, uma forma de cultura global que possibilite a competição, desportiva, também, entre nações torna-se extremamente atractiva para desenvolvimento e produção de discursos identitários baseados nas ideias de vitória e derrota, superioridade, heroísmo, drama, *etc.*». No entanto, e apesar de o futebol adquirir um papel relevante no processo de nacionalização das massas, o autor considera que as ciências sociais têm descurado o seu estudo. Assim, «o futebol, no seu universo aparentemente próprio, é um espaço de reprodução da sociedade mais ampla, em que são simbolizados a maior parte dos valores, crenças e relações sociais da modernidade» (Coelho, 2001: 39-40).

Nas sociedades contemporâneas, parte da experiência cultural é projetada pelos *media*, com efeitos na reprodução ideológica das identidades. «Os discursos dos *media* não só influenciam as atitudes, os valores, os comportamentos das audiências, mas constroem também o *self* de uma forma normalizadora e normativa» (Seidman, in *idem, ibidem*: 41), sendo que «a nação e o futebol (...) são exemplos importantes desta “produção” de representações e imagens pelos *media*» (*idem, ibidem*: 41). Assim, segundo John Hargreaves, o «sentimento de unidade conferido pela sensação de pertença à nação, sobrepondo-se às lealdades de classe, de etnia, de género, é, talvez, o verdadeiro *lynchpin* de um sistema hegemónico, e os *media* são, possivelmente, a mais importante instituição reprodutora da unidade nacional, hoje» (Hargreaves, in *idem, ibidem*: 43).

Em cada época, os discursos reclamam o estatuto de verdade, pelo que se torna «crucial a noção do contexto discursivo (...), ou seja, a estrutura conceptual geral em que as palavras e afirmações podem ser interpretadas, em que o significado é atribuído» (*idem, ibidem*: 44-45).

Como afirma Thompson, os *media* transmitem formas culturais mas também as transformam. Assim, os *media* são apenas uma versão dos acontecimentos e os textos são sustentados por um contexto social, pelo que se deve analisar tanto o contexto de produção como a interpretação dos discursos (in *idem, ibidem*: 45-46).

Para Domingos, antes do aparecimento da televisão em Portugal, os «clubes foram as células a partir das quais o futebol se tornou num desporto popular» mas o «grande trabalho de divulgação foi, porém, obra da imprensa e da rádio» destacando, no caso da imprensa, o jornal *A Bola* como «um dos eixos fundamentais deste trabalho» (Domingos, 2004: 31).

Efetivamente, a partir de 1945, assiste-se a uma fase de ampliação mediática do fenómeno desportivo que «traduzindo o seu espaço numa cultura popular urbana em expansão e muito ligada à penetração dos meios de comunicação social nos hábitos quotidianos das populações e nas suas formas de lazer» justifica «com cada vez maior frequência, chamadas às primeiras páginas dos jornais» (Domingos e Kumar, 2011: 239).

A leitura diária dos acontecimentos desportivos nas páginas dos jornais permite uma «supressão da distância» e a «comunhão que é todos vivermos (n)a mesma página. (...) As imagens, os textos e as representações de *A Bola*» dão um contributo «para a forma da comunidade que imaginamos – construindo um país em lugar de um bairro ou um continente – e para os conteúdos dessa comunidade» favorecendo representações de uma «lógica nacionalista e sumariadas na ideia de Portugal» (Neves, 2004a: 62).

Coelho, ao analisar a seleção nacional em *A Bola* desde o ano 1945 a 2000, refere que os *media* portugueses (jornais desportivos diários) apresentam dois metadiscursos: a defesa da nação como objetivo superior nos encontros internacionais e homogeneização daquilo que é “português” no próprio jogo: dos jogadores ao público. No centro dos «metadiscursos, e como seu objeto privilegiado, encontramos a seleção portuguesa de futebol, espécie de “símbolo máximo” da entidade omnipresente nos discursos da imprensa em questão: O “futebol português”» (Coelho, 2001: 89).

No caso do jornal *A Bola*, este transmitiu, ao longo do tempo, as suas representações da nação – da dimensão nacional e da relação com o mundo – segundo as suas interpretações dos acontecimentos, não sendo apenas transmissões puras. Desta forma, *A Bola* promoveu, através do desporto, construções culturais e ideológicas com dimensão nacional de identidade (*idem, ibidem*: 89).

Os *media* tornam a seleção nacional de futebol como agente unificador da identidade não só da nação, como também das identidades específicas do futebol, «é a equipa de todos nós. Por ela, entrelaçam-se as bandeiras dos clubes, com ela unem-se os gritos de incitamento, só ela consegue o milagre de reunir claques desavindas, dirigentes incompatibilizados, jogadores de clubes diferentes» (*Jornal de Notícias*; in *idem, ibidem*: 92).

Assim, a seleção, pela sua relevância simbólica e cultural, torna-se um abastado campo de pesquisa, em virtude de a sua existência abarcar o período desde a «I República até à instauração e afirmação do regime democrático, passando pelo Estado Novo, num *continuum* que ultrapassa a vida das estruturas políticas e culturais, constituindo-se sempre como uma instituição “central” a sociedade portuguesa» (*idem, ibidem*: 92).

A seleção realizou o seu primeiro jogo de futebol contra a sua congénere espanhola, em 1921, tendo obtido uma derrota. Na abordagem posterior do jogo, os jornais da época destacariam a desorganização e a dificuldade em convocar jogadores, especialmente do norte, que se sentiam desconsiderados pela “seleção de Lisboa”.

Após quatro derrotas em igual número de anos com a Espanha, a seleção (que granjeou sempre, nesse período, o apoio popular) obteve a sua primeira vitória, contra a Itália, em Lisboa. A vitória seria destacada pela imprensa: «Do onze de Portugal fala o resultado. Venceu! Arrancou na competição de ontem o seu primeiro triunfo em lutas internacionais, dando-nos uma exibição a que emprestou muito de vontade e de energia, num misto que traduziu bem a velha alma portuguesa» (*Jornal de Notícias*, in *idem, ibidem*: 93).

No final da década de 1920 os bons resultados da seleção nos Jogos Olímpicos de Amesterdão – sem continuidade nos anos seguintes – contribuíram para a emancipação do futebol em Portugal e para fazer esquecer, segundo a imprensa, as cíclicas querelas que se viviam nessa década em Portugal, na passagem da República para a Ditadura Militar (*idem, ibidem*: 94). Apesar da inconstância dos resultados, na transição para a década de 1930, a seleção nacional de futebol encontrava-se em lugar de destaque na imprensa, tonando-se no «denominador comum a todos os desportistas portugueses» (Domingos e Kumar, 2011: 231).

Na década de 1930 manteve-se o amadorismo no futebol, o que associado à instabilidade social que o país atravessava, influenciou, negativamente, a evolução da seleção nacional. Assim, os resultados a nível funcional e desportivo foram medíocres, no último caso, averbando 10 derrotas nesse período.

Em 1934, Portugal disputará a qualificação com a Espanha para o II Campeonato do Mundo. Para o acompanhamento do encontro, o *Jornal de Notícias* colocaria, pela primeira vez, aparelhos para a retransmissão radiofónica junto às sedes distritais do jornal. Portugal acabará derrotado (9-0) «para desgraça e humilhação de uma nação» (*Jornal de Notícias*, in Coelho, 2001: 94). A copiosa derrota terá, segundo a imprensa, contribuído para a criação do Campeonato da Liga, em 1934/35, na tentativa das autoridades desportivas desenvolverem o futebol (*idem, ibidem*: 95).

Em 1937, Portugal realizará em Vigo um jogo contra a Espanha que teve como principal objetivo o reconhecimento, por parte de Portugal, do regime franquista. O *Diário de Notícias* dará o seu contributo nacionalista, pela alusão adorativa aos ditadores e à participação das massas. No ano seguinte, em 1938, Portugal oscilará entre uma vitória inesperada com a Hungria (4-0), narrada pela imprensa com um discurso de humildade e uma derrota com a Suíça (*idem, ibidem*: 95).

Numa década de 1940 em que, na sequência da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o número de jogos internacionais foi diminuto, pelo que o destaque em Portugal foi a inauguração do Estádio Nacional, a 10 de junho de 1944, no dia de Portugal e da “raça”. A inauguração, presidida por Óscar Carmona e por Oliveira Salazar, revelou uma «cerimónia que foi uma grande afirmação nacional de optimismo, disciplina e beleza» a quem os portugueses agradeceram «Obrigado pelos séculos fora» (*Jornal de Notícias*, in *idem, ibidem*: 96).

Como referido anteriormente, esta inauguração merecerá por parte da imprensa (em particular daquela em que o Estado Novo exercia uma dominação mais direta, como o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*) um grande destaque, antes, durante e após a inauguração. «A partir de 2 de Junho de 1944, parece que toda a Europa não vive em permanente e intenso conflito militar, devido à importância e centralidade que dão ao acontecimento da inauguração do estádio» (Serrado, 2009: 95).

No entanto, também periódicos menos próximos do regime como o jornal *O Século*, entravam nos panegíricos à nação: «Então como se um choque tivesse electrizado todos – todos se levantaram (...) ao mesmo tempo que três bandas militares executavam *A Portuguesa*. O som era tão extraordinário que não parecia uma salva de palmas – dir-se-ia um trovão, o mais singular e o mais espantoso trovão, formado pelo choque de 120.000 mãos e pelo clamor de 60.000 almas» (*O Século*, in *idem, ibidem*: 104).

O acontecimento foi, desta forma, montado enquanto “espetacularização política” visando a sublimação de valores do Estado Novo, particularmente, o nacionalismo, o corporativismo, e o culto do chefe, visível no discurso de um desportista: «Senhor presidente da República: (...) Sem vós, sem a continuidade da Revolução não teria sido possível o nosso ressurgimento, (...) a construção do Estádio Nacional. Salazar! Devemos-te a esperança! Devemos-te a paz! Devemos-te o presente! (...) Devemos-te o futuro! Em nome de todos nós! (...) Bem hajaz, Salazar, por teres cumprido a tua promessa! Obrigado pelos séculos fora! Obrigado para sempre!» (*Diário de Notícias*, in *idem, ibidem*: 101).

No ano seguinte à inauguração do Estádio Nacional, é fundado o jornal *A Bola*, periódico especializado em desporto. Desde a sua criação, *A Bola*, empregou na narrativa dos jogos da seleção nacional um discurso positivo de relação com a nação, onde os símbolos nacionais sinalizam a relevância da «pertença e identidade nacional de cada um, e todas as oportunidades para as celebrar e elogiar parecem ser aproveitadas. (...) O posicionamento claro e a parcialidade óbvia dos jornalistas quando escrevem sobre a seleção nacional de futebol permite perceber a afirmação e celebração da identidade e pertença coletiva que se partilha com o leitor» (Coelho, 2001: 102).

Desta forma, os elogios aos sucessos de Portugal evocam a identidade e pertença nacional favorece o metadiscurso de unidade nacional. Através de frases como “o grupo de todos nós”, *A Bola* sublinha a «ideia de existência de uma espécie de “alma” portuguesa, que é materializada na seleção» e, em 1945, uma passagem do jornal ilustra bem esta ideia: «O “onze nacional” que vai defender a nossa bandeira será digno representante da tradicional alma portuguesa» (*idem, ibidem*: 103).

A comprovar o aumento de popularidade do futebol, estão os cerca de 80.000 espetadores que assistiram no Estádio Nacional, em dois anos consecutivos (1946 e 1947), a dois jogos entre Portugal e a seleção espanhola. Do primeiro jogo resultaria um empate (1-1) e do segundo a primeira vitória contra a Espanha (4-1), depois de dezasseis encontros disputados entre ambas as seleções (*idem, ibidem*: 102).

No ano de 1947, no entanto, a seleção portuguesa iria do “céu ao inferno”. Depois da primeira vitória contra a Espanha, Portugal atingiria também a primeira vitória fora do território nacional, na Irlanda. Porém, nesse mesmo mês de maio, Portugal sofreria a mais copiosa derrota desde a sua criação até à atualidade, ao perder (10-0) com a Inglaterra, com uma assistência de 70.000 pessoas, entre as quais se incluía «o Estado-maior do governo salazarista» (*idem,*

ibidem: 102). É possível que esta derrota tenha contribuído para que o regime se tornasse ainda mais desconfiado em relação a uma possível aproximação ao futebol, pois pela volatilidade dos resultados da seleção e pelos seus efémeros sucessos, a colagem pressuporia elevado risco.

Até 1945, à data da fundação de *A Bola*, a seleção espanhola era o parceiro predileto da seleção portuguesa para a realização de jogos internacionais. É, desta forma natural, que *A Bola*, para além de uma caracterização comum, a de latinos, utilize outras que permitam destacar a identidade portuguesa, em contraponto com a espanhola, no confronto entre ambas. «O FADO BATEU AS CASTELHANAS depois de ter dado um ‘compasso’ de partido... (...) E neste choque leonino havia, por assim dizer, dois estilos musicais em confronto» (Olímpio, in *idem*, *ibidem*: 104).

Se o jogo tivesse por oponente um selecionado de outras latitudes, a latinidade poderia ser mais salientada (pela positiva se em caso de vitória). Foi o que aconteceu após a vitória sobre a Irlanda. «Os dois golos de Portugal resultaram de dois “tiros” fortes, rápidos e espetaculares de Jesus Correia e Araújo como nós, latinos, muito apreciamos» (Oliveira, in *idem*, *ibidem*: 104). *A Bola* tende, desta forma, a representar uma pertença com características físicas e mentais comuns, ou seja um «jeito rácico dos portugueses» (*idem*, *ibidem*: 105).

Esta apropriação de um estilo de jogo nacional é comum por parte da comunicação social. No entanto, por vezes, as próprias ciências sociais padecem, segundo Neves, da mesma interpretação, pelo que são merecedoras da sua crítica, pois quando analisam: «primeiramente a ideia da nação como fator explicativo do jogo (...) tal compreende-se à luz da incapacidade e da indisponibilidade das análises científicas em apreenderem expressões que não recorram aos seus códigos», pelo que «a representação científica, remete, por vezes, a sua ignorância, mistificando-a, para a designação da “paixão do jogo”, “paixão do povo”. A paixão é, assim, a tese que não é tese» (Neves, 2004b: 135).

Surpreendentemente também no campo comunista surgiram referências ao “estilo de jogo português”. Serve de exemplo o pensamento do militante comunista Piteira Santos que, em 1939, assinava no jornal *O Diabo* um texto sobre a necessidade de se criar um estilo do «football português» e não um «estilo típico, com características raciais, locais, tradicionais» (Santos, in Neves, 2011, vol. 2: 253). Desta forma, os comunistas, parecendo compreender a criação de um «património cultural nacional», ambicionavam a «definição de um estilo português de jogar futebol», bem como «apurar uma terminologia desportiva em língua portuguesa» e a «nacionalização cultural do futebolista» (*idem*, *ibidem*: 257).

Se o pensamento previamente sugestionado de que o futebol serviu de suporte ao Estado Novo «parece conduzir facilmente ao pressuposto de que a modalidade constituiu um terreno inóspito para a cultura política antifascista» (*idem, ibidem*: 248), a opinião de Piteira Santos parece indiciar o contrário. Assim, para Neves, também existe em Portugal, nomeadamente no antifascismo comunista, uma relação entre desporto e comunismo, em que o «desporto foi objeto de um entendimento político por parte dos comunistas, que nele encontraram características potenciadoras da sua ideia de militância, valorizando a destreza física contra uma concepção intelectualizada da política» pelo que os «intelectuais e dirigentes do Partido Comunista Português (PCP), ou deles simpatizantes, procuram fomentar a identidade nacional portuguesa através de do desporto em geral e do futebol em particular»³⁸ (*idem, ibidem*: 249).

De volta à análise do comportamento desportivo da seleção nacional, na década de 1950, esta continuou a acumular insucessos desportivos, pelo que o Estado Novo não tinha matéria para fazer qualquer tipo de aproveitamento da modalidade.

No que diz respeito ao discurso utilizado pelos periódicos sobre a seleção neste período, é possível encontrar uma divergência entre os jornais generalistas e *A Bola*. Se no primeiro caso, como insucesso apareciam expressões cáusticas para adjetivar o comportamento menos conseguido da seleção, no caso de *A Bola*, promovia-se particularmente o espírito desportivo universal (Coelho, 2001: 106). «O desporto é fundamentalmente universalista. Não há fronteiras em desporto... O reconhecimento da nossa inferioridade no futebol nada tem a ver com os ‘ismos’ políticos... Somos inferiores em futebol aos melhores – eis tudo (...) Nem devem dobrar os sinos em sinal de luto nacional, que a honra, o prestígio e a glória, do País não estão suspensos do bico das botas dos nossos futebolistas – nem são decididos nos rectângulos de futebol!» (Oliveira, in *idem, ibidem*: 106).

Do mesmo modo que, por vezes, *A Bola* tentava refutar a ideia de que estavam nos pés dos jogadores da seleção os desígnios do país, por muitas outras vezes, não deixava de assentir que a seleção representava a nação, pelo que tal representação devia ser realizada com dignidade. *A Bola*, ao ter consciência da popularidade do futebol via como natural o «triângulo povo-futebol-nação» (*idem, ibidem*: 107). «É que estes grandes acontecimentos não são obra de architectos, nem fruto de empreendimentos construtivos!! Saem do coração, da popularidade do jogo e da gloriosa incerteza que arrasta multidões» (Reis, in *idem, ibidem*: 107).

³⁸ Veja-se, sobre a relação entre o desporto, o comunismo e nacionalismo em Portugal, Neves (2008).

Poder-se-á encontrar nestes textos uma crítica implícita à propaganda do Estado Novo, apesar de, neste período, apenas o hóquei em patins apresentar um possível «potencial nacionalista, em termos de vitórias alcançadas e de posição de topo no quadro das nações» (*idem, ibidem*: 107). Esta modalidade tinha, no entanto, uma implantação residual a nível mundial.

O discurso utilizado pela imprensa não é, de qualquer das formas, autónomo dos desfechos que o acompanham, pois os «resultados desportivos da equipa nacional e a sua correspondente posição e valor relativo no quadro da competição futebolística internacional sempre influenciaram determinantemente qualquer discurso da imprensa (*idem, ibidem*: 107).

A década de 1950 cessará com uma conjugação de insucessos desportivos nos jogos da seleção nacional, inclusive com sete derrotas consecutivas entre 1957 e 1959, e a década posterior iniciará no mesmo registo. A exceção seriam as vitórias internacionais de clubes, iniciadas pelo Benfica em 1961. A década seguinte marcaria, no entanto para Coelho (2001: 109), uma mudança de discurso no jornal *A Bola* relativamente à seleção nacional de futebol, inicialmente sem grandes fervores patrióticos até ao uso de uma narrativa mais marcadamente nacionalista nos anos 60.

Para a mudança editorial no sentido da «afirmação de um nacionalismo aberto» (*idem, ibidem*: 108) terá contribuído a situação política nacional e os bons resultados alcançados pela seleção, e também pelos clubes, na década de 1960, permitindo, nesse período e pela primeira vez, ganho efetivo na apropriação política dos resultados.

A imprensa como qualquer outro meio de comunicação social reflete para a sociedade a sua interpretação da realidade, não sendo imune ao tempo histórico em que está inserida. Assim, «as representações de identidade nacional no futebol (...) são reproduzidas e amplificadas principalmente pelos meios de comunicação social, e privilegiam a diferenciação externa perante os outros povos e nações e a homogeneização interna (a identificação entre todos os portugueses, independentemente da classe, diferença sexual, *etc.*), impondo diversos tipos e formas de classificação e hierarquização» (*idem, ibidem*: 201).

Desta forma, a imprensa, ou, de um modo mais geral, a comunicação social, perpetuam a representação da nação de forma similar. Sejam «discursos políticos ou dos *media*, os processos, práticas, atores, e elementos desta política de identidade nacional concorrem, habitualmente, para os objetivos dos Estados nacionais na produção da “ideologia da nação”, podendo afirmar-se que se trata de uma forma de hegemonia», sendo que, para Bauman, «o

nacionalismo é um programa de unificação e um postulado de hegemonia» (in *idem, ibidem*: 202).

O futebol, em particular aquele que é alvo de mediatização, torna-se um meio eficaz de produzir uma forma dissimulada de exaltação da Nação, casando a emoção do jogo com o sentimento nacional. Para Coelho, o “nacionalismo banal” e periódico da comunicação social revela uma determinada forma de olhar o “mundo” sem no apercebermos da presença ideológica subjacente, tornando-se, segundo Billig, «uma forma de vida em que “nós” somos constantemente convidados a relaxar, em casa, nas fronteiras da pátria. Esta forma de vida é a identidade nacional, continuamente renovada pelas suas perigosas potencialidades tão patrioticamente inofensivas» (in *idem, ibidem*: 204).

O futebol, visto como um espaço autónomo e livre de qualquer conotação política dentro da perspetiva do desporto universalista, possibilita, de forma dissimulada, a produção de um discurso representativo da nação com utilidade ideológica. Desta forma, é importante verificar o potencial político encoberto no futebol para «compreender o poder discursivo dos jornais desportivos e da sua produção sobre a dimensão nacional da identidade. O facto de neles se “ondular” constantemente a bandeira nacional, se naturalizar e essencializar a pertença nacional (...) e ao mesmo tempo se recusar qualquer tipo de “contaminação” política ou ideológica aponta claramente nesse sentido» (*idem, ibidem*: 204).

É possível constatar também que nos *media* portugueses se assiste a uma “eternalização” de retóricas da identidade nacional e que indicam a manutenção da Nação como ordem social dominante. Na vivência das grandes competições internacionais, como no caso do Mundial de Futebol de 1966, a pátria é materializada como primordial pela opinião pública e publicada (*idem, ibidem*: 206-211).

Assim, mesmo que um jogo de futebol seja apenas um «nacionalismo de 90 minutos» (Jarvie, in *idem, ibidem*: 211), o futebol favorece, consciente ou inconscientemente, a comemoração patriótica e promove a identidade nacional, e os *media* amplificam essa realidade através dos seus discursos. Esta dinâmica acaba por contribuir para a relação existente entre os *media*, a exaltação da Nação e o futebol.

Por outro lado, se a comunicação social se torna veículo fundamental da ideia de identidade nacional, também a presença do árbitro enquanto «regulação nacional» e da autoridade policial e a frequente comparência de figuras políticas – «princípio da representação» –, a reforçam (Neves, 2004a: 63-64). Tal «naturalização da ordem do Estado, igualmente premente na

bandeira nacional dos vários estádios (...), essa socialização da soberania, tende a conferir uma dimensão ritual nacional a qualquer jogo de futebol» (*idem, ibidem*: 64). Neste contexto, talvez o grande poder do nacionalismo esteja no seu cariz banal. «Nos jornais, nos discursos políticos e nas obras literárias e outras, através das palavras e dos pronomes, signos e objetos, mapas e bandeiras, nas escolas e nos estádios de futebol, a nação é o contexto e o espaço de referência, de enquadramento. Rotineira e quotidianamente, o país é transformado em “casa” e os concidadãos em família vasta – o “nós”» (Coelho, 2001: 212).

Será, no entanto, importante partir de um axioma prévio: o “nacionalismo banal” que é apresentado nos *media* durante o acompanhamento dos eventos desportivos não será, necessariamente, consequência «de um projecto cultural ou político de cariz nacionalista», pois na imprensa, «parece ser o interesse e a afeição pela competição desportiva que se revestem nas imagens nacionalistas, em que o nacionalismo se constitui como um paradigma prévio relativamente ao qual não se imagina alternativa» (Neves, 2004a: 95). Por outro lado, os *media*, sem afrontarem a política vigente e servindo como seu privilegiado interlocutor, também se moviam «num quadro governado por interesses comerciais, que exploravam as mundividências nacionais dos seus consumidores (...). O “nacionalismo banal” resultava também, desta forma, de uma estratégia de mercado, independente das instrumentalizações políticas» (Domingos, 2011, vol. 2: 71-72).

Uma última referência para sublinhar a ideia de que o desporto e o futebol, neste caso através da imprensa, especializada ou generalista, contribuem para o entendimento de determinada sociedade e da sua realidade histórica. Deste modo, na investigação social, a criação cultural não deve ser marginalizada em função dos atores e dos meios envolvidos na mesma.

«Não pode, portanto, ser dividida arbitrariamente entre intelectual e comum, séria e lúdica, desportiva e política (...). A subvalorização do futebol (...) pelas elites intelectuais e científicas, vistos como dimensões menos “sérias” e “importantes” das sociedades e das culturas, conduziu a que o seu papel nos processos simbólicos e ideológicos da reprodução de identidades e subjectividades fosse esquecido» (Coelho, 2001: 216).

Assim, o futebol, enquanto campo de análise, permite, examinar o discurso de reprodução da nação concebido pelos críticos do futebol e veiculado nos *media*. Neste contexto, o discurso da «identidade nacional» presente na imprensa periódica inclui-se numa representação mais alargada, fruto da «apropriação e reprodução de retóricas de narrativas e mitos nacionais/nacionalistas, construídos fundamentalmente por elites intelectuais e políticas, mas não só. (...) os jornalistas e comentadores desportivos podem ser vistos como uma espécie de

mediadores culturais, também eles afinal uma elite cultural, pelo menos no que diz respeito à (re)produção de imagens e mitos sobre Portugal» (*idem, ibidem*: 218).

1.4. Futebol como representação política na imprensa

É possível reconhecer a existência de semelhanças entre a estrutura e funcionamento do fenómeno político e desportivo, em que tanto o futebol como a política se relacionam com símbolos, rituais e mitos, pelo que «eles são profundamente semelhantes. O seu funcionamento é idêntico, a sua lógica é fundamentalmente a mesma e o seu discurso rege-se pela mesma gramática» pelo que, como o futebol, também «a política é um jogo» (Costa, 2009: 328-329). Neste contexto, o futebol servirá uma determinada representação política no Estado Novo, particularmente nos anos 60, e esta também foi visível na imprensa.

A década de 1960 representou para o futebol português a sua completa autonomização, com a aceitação, por parte do regime, da sua profissionalização em 1960 – Lei 2 104, de 30 de Maio – e da sua afirmação internacional, com o reconhecimento associado aos resultados positivos ao nível de clubes e de seleções. Foi a primeira década de ouro do futebol português. Este período seria, assim, fértil em sucessos desportivos que, por consequência, permitiriam, em determinadas situações, o aproveitamento político dos mesmos.

No entanto, segundo Pinheiro (2012: 72) se, nos anos 50, a fase da construção dos grandes estádios poderia já estimular a instrumentalização do futebol pelo Estado Novo como manobra de distração dos problemas sociais, tal “fascização” não foi particularmente visível. Para a ausência da instrumentalização da modalidade, entre outros motivos, poderá também ter contribuído o facto de a seleção nacional de futebol – como instrumento potenciador de valores nacionais – não ter obtido nos anos 50 resultados satisfatórios.

Nas décadas de 1950 e 1960 existia, porém, uma seleção que era mais politizada – a Seleção Militar (Pinheiro, 2012: 72). Durante os difíceis anos 60, com várias perturbações sociais, esta seleção era também popular: «há coisas que entretêm bem mais os entusiasmos populares como, por exemplo, os bons resultados de uma seleção militar» (Melo, 2004: 158). A Seleção Militar tinha como competição mais visível a participação no Torneio Internacional Militar de Futebol que, sob a égide do *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), se disputava entre países pertencentes à NATO. Nestes torneios, as seleções deveriam ser «compostas apenas por jogadores que estavam a cumprir o serviço militar, mas o Estado Novo contornava as regras reforçando a equipa com jogadores da Seleção Nacional civil.» (Pinheiro, 2012: 73). Neste período, e por mais de uma vez, o serviço militar afastou alguns dos nossos “internacionais” da selecção principal de Portugal» (Melo, 2004: 158).

Em 1958, Portugal obteve a primeira vitória nesta competição, da qual resultou a exaltação pública do feito alcançado. Esta era, no entanto, uma competição em que o interesse político sujeitava o desportivo – em função da requisição de jogadores do campeonato nacional, o campeonato nacional chegava a ser suspenso –, pelo «que o Futebol civil encarasse com maus olhos o Futebol militar, retirando importância às suas vitórias, mais políticas do que futebolísticas» (Pinheiro; 2012: 73).

Assim, e se excluirmos uma vitória do Benfica na Taça Latina, em 1950, competição sem particular relevo, e a vitória da Seleção Militar, em 1958, num enquadramento muito específico, o futebol inicia a década de 1960 sem qualquer projeção internacional.

A criação de infraestruturas de apoio ao futebol e a profissionalização do futebol, em 1960, com três décadas de atraso em relação a vários países, terão contribuído para uma mudança positiva na modalidade. Isto apesar de o Estado Novo, mesmo legislando sobre a profissionalização do futebol, ter tentado, sem sucesso, compatibilizar o futebol profissional enquanto espetáculo com a educação física do corpo e da mente. Em 1964 Henrique Reis Pinto, defendia que se o futebol «transcende em muito o âmbito quer educativo, quer espectacular. (...) há que promover uma profunda revisão na sua orgânica actual para salvaguardar os valores que o definem como um meio de educação física de massas, uma vez que é indiscutível a sua extraordinária força e simpatia popular» (Pinto, in Serrado, 2009: 83)

O Estado Novo pretendia, desta forma, usar o seu poder social como veículo de educação social, replicando uma atuação de retidão pois, como afirmou Mário Martins Castro, não «convém desperdiçar a potência de um movimento social tão denso como este, no que ele possa concorrer para o aperfeiçoamento colectivo. As forças de aculturação são passíveis de várias achegas que é preciso mobilizar» (Castro, in *idem, ibidem*: 84).

O profissionalismo flanqueou a chegada de treinadores estrangeiros a Portugal, com novos métodos de treino e modelos de jogo, e estes contribuíram também para um salto qualitativo do futebol em Portugal. Assim, com o aumento da popularidade e a «regulamentação do profissionalismo (1960) e da admissão governamental à prática futebolista aos atletas com menos de 18 anos (1958), em seis anos (1962-68), os praticantes federados de todos os desportos passe de cerca de 11.000 para 30.000, sendo a esmagadora maioria futebolistas» (*idem, ibidem*: 76).

No entanto, a profissionalização do futebol, embora elogiada pelos agentes da modalidade ainda tinha, segundo estes um longo caminho a percorrer. Para o seleccionador nacional, José

Maria Antunes, em 1962, «O futebol português não progrediu aquilo que se poderia esperar. O grande momento de progresso foi quando os nossos quatro primeiros clubes profissionalizam as suas equipas. (...) Era de esperar que o surto do progresso continuasse (...). Mas não. (...) enfim, temos o Benfica (...) dos bicampeões europeus, mas o resto... é muito pouco» (Melo, 2004: 151).

1.4.1. Torneio Internacional de Juniores -1961

Um dos primeiros sinais de mudança em relação ao futebol português surgirá em abril de 1961. Nesse mês, Portugal acolheu e venceu o Torneio Internacional de Juniores, considerado um Campeonato da Europa de Juniores. Este torneio foi «tido como um dos maiores eventos desportivos até aí organizados entre nós» (Melo, 2004: 141). A vitória foi conseguida através de um trajeto irrepreensível, com um empate e três vitórias. Iniciava-se o primeiro período fulgente do futebol português.

Porém, se o feito alcançado pela seleção poderia ter sido aproveitado politicamente para louvar os jovens portugueses, para Serrado tal não aconteceu, realçando que os periódicos associados ao regime, como *Diário da Manhã*, ou não destacaram o feito ou chegaram mesmo a criticar a postura da seleção. Tais críticas são observáveis nas crónicas realizadas pelo *Diário de Notícias* após vitórias alcançadas pela seleção durante a competição. Na análise à vitória sobre a Inglaterra (4-1) é referido que os «futebolistas juniores portugueses estão, efectivamente, eivados de uma ideia de vedetismo que se reflecte no rendimento da equipa»; após o triunfo contra a Espanha nas meias-finais (4-1), o julgamento voltou a não ser muito favorável, destacando-se que o desfecho da partida penalizou gravemente «os espanhóis, que, de um modo geral jogaram melhor futebol... No grupo espanhol, prevaleceu a ideia colectiva de associação de esforços, de entendimento, enquanto a equipa lusitana se baseou na acção individual (...). Desejar-se-ia ver, na equipa nacional, mais persistente conjugação de esforços, mais desinteresse pessoal em benefício do todo»; e, mesmo depois de se sagrarem campeões europeus, ao vencerem a Polónia na final (4-0), os jovens portugueses não estiveram imunes a alguma reprovação, devido a «alguns deslizes, nascidos, sobretudo, da tendência de uns tantos elementos para o individualismo, em sacrifício do espírito colectivo» (*Diário de Notícias*, in Serrado, 2009: 138-139).

No entanto, e sem se afastar das críticas elencadas pelos periódicos generalistas, o jornal *A Bola* destaca algumas virtudes da seleção que soube «enfrentar o adversário, as

responsabilidades da final, e cortejemos o seu comportamento com o adversário, chegando ao fim com credenciais bastante aplaudidas.» (in *idem, ibidem*: 140).

Não deixa de ser paradoxal que num momento em que a seleção de Portugal celebra a sua primeira conquista internacional, a seleção seja alvo de várias críticas e, não tanto, de louvores. Este acontecimento «não é, em rigorosamente nada, alvo de enaltecimento da “raça”, do desporto nacional ou da nação portuguesa, antes pelo contrário, colocam a nu todo o ponto de vista de um Regime que queria uma sociedade corporativa, humilde e que não usasse desporto para benefício das pessoas ou para exaltar características pessoais e individuais» (*idem, ibidem*: 140).

1.4.2. A politização até 1966 e o discurso de *A Bola*

Ainda no ano de 1961, em 31 de maio, o Benfica conquista a primeira Taça dos Clubes Campeões Europeus, o que se repetiria no ano seguinte, contra o Barcelona. Esta vitória do Benfica representaria uma mudança de resultados desportivos no futebol português, com a sua primeira grande vitória de expressão internacional, e o regime aproveitará o acontecimento. Após a final disputada em Berna, na Suíça, milhares de adeptos acolheram os jogadores do Benfica no seu regresso a Lisboa. A proeza atingiu «proporções gigantescas, nas quais todo o país entrou e apoteose, inclusive em Luanda e Lourenço Marques» (Serrado, 2009: 141).

A política aliou-se ao momento, com os jogadores a serem recebidos, e agraciados com a Medalha de Mérito Desportivo, com honras de Estado, pelo Presidente da República, Américo Tomás, e pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

Ao homenagear o futebol, o governo sublinhou a especificidade de o clube ter alinhado apenas com jogadores de nacionalidade portuguesa, qual «representação nacional, em que estavam presentes diversos elementos vindos das colónias africanas. Este argumento servia também para responder às permanentes acusações de existência de preconceitos raciais na metrópole e à pressão da comunidade internacional que pretendia a independência das possessões ultramarinas» (Pinheiro, 2012: 74).

Assim, com uma conquista clubística, o Estado Novo reunia diversas vitórias políticas, internas e externas. Desta forma, o carácter totalmente português da equipa do Benfica composta por jogadores da metrópole e de outros originários das colónias africanas permitiria, simultaneamente, exaltar dos valores da Nação e a pretensa unidade colonial do Império, e

responder às acusações de preconceitos raciais na Metrópole e à comunidade internacional – que pretendia que Portugal concedesse a independência às suas colónias –, ao acentuar a ideia de uma nação multirracial e a “especificidade do carácter português”.

O enquadramento político que envolveu a vitória internacional tornou-se, desta forma, apetecível para o Estado Novo. As potencialidades da vitória eram perceptíveis, nomeadamente nos textos do *Diário de Notícias*: «preferam os produtos nacionais» e «não sou do Benfica mas sou português» ou do *Diário da Manhã* «SLB campeão da Europa só com produtos nacionais» e «pode afirmar-se que meia Lisboa foi esperar a equipa do Benfica. A manifestação sobrepôs-se à manifestação clubista» (in Serrado, 2009: 141).

No ano seguinte, em 1962, o Benfica repetiria o feito com nova conquista da prova, desta vez contra o Real Madrid. «E mais uma vez, quando o Futebol tinha sucesso, a Política aproveitava-se» (Pinheiro, 2012: 74). A segunda vitória internacional do Benfica foi pretexto para nova receção triunfal aos jogadores e novos encómios reverberados na imprensa:

«A bandeira do futebol português e a bandeira do Benfica, flutuam, neste momento, no mastro mais alto da Europa. E ao lado dessa bandeira ainda outra – a de Portugal – porque o acontecimento que na ocasião se festeja não é apenas desportivo e clubista, mas também nacional (...) gente de todas idades (...) empunhando as bandeiras nacional e do Benfica irmanadas... quis associar-se à receção aos pundonorosos jogadores do Benfica que (...) conquistaram a Taça (...), frente ao Real Madrid, essa equipa de gigantes que, como tantas outras, não resistiu (...) à alegria e calma disciplinada dos onze valiosos jogadores do Sport Lisboa e Benfica» (*Diário de Notícias*, in Serrado, 2009: 143).

Num protocolo em tudo semelhante ao do ano anterior, os jogadores do Benfica voltariam a ser homenageados pelas autoridades.

Entre as conquistas do Benfica e do Sporting, a seleção nacional portuguesa venceu, em 1963, num particular em Lisboa, a seleção brasileira, campeã do mundo em 1962. Tal vitória seria «considerada como o mais importante resultado de sempre da seleção nacional», pelo que, neste período de «contestação académica ao regime salazarista, o futebol, a seleção e o Benfica (...) voltavam a ser os grandes aliados do Estado Novo» (Melo, 2004: 154).

Mais tarde, em 1964, com a vitória do Sporting na final da Taça das Taças contra o MTK de Budapeste por 1-0 e, em 1966, com a brilhante participação da seleção nacional, o regime voltaria a fazer do futebol uma ode à política. No entanto, a «Guerra Colonial trazia consigo as primeiras baixas e Portugal ia-se distraíndo com as proezas do Sporting (...) e da sua seleção nacional» (Melo, 2004: 154)

Destacava-se, nos eventos relacionados com o futebol, a presença do Presidente da República, Américo Tomás. Cabia-lhe a inauguração dos estádios, a entrega da Taça de Portugal, a receção de representantes dos clubes, e a representação política da nação nos jogos desportivos mais relevantes (Pinheiro, 2012: 74).

No entanto, Serrado defende que «não há, através das vitórias do Benfica, qualquer politização do fenómeno, não há qualquer enaltecimento do Estado Novo, não há qualquer glorificação de qualquer jogador em particular, não há sequer aproveitamento do fenómeno pelo regime» (Serrado, 2009: 145). Este autor contesta, desta forma, a afirmação de Rui Dias de que o Estado Novo se agarrou com «unhas e dentes ao produto vencedor que foi o Benfica europeu e ao génio que o rebocou, o inesquecível Eusébio da Silva Ferreira», e a afirmação de Luís Sobral sobre os êxitos do Benfica e da seleção que «eram cantados nos jornais da época como feitos da “raça portuguesa” e as receções aos “heróis” constituíam actos de verdadeira propaganda». Para sustentar as suas afirmações, Serrado refere não ser visível na imprensa conotada com o Estado Novo «a afirmação de “feitos da raça portuguesa” no que concerne às conquistas do Benfica, nem se vislumbra nenhum discurso da parte do Estado no enaltecimento do “génio” português ou das características intrínsecas ao “ser português”». Para este historiador, a imprensa revela um discurso elogioso para com a «nação e do desporto nacional, mas naquilo que consideramos ser um discurso perfeitamente lógico e natural de um estado e de um país perante uma enorme vitória do desporto nacional. (...) sem o claro intuito de querer enaltecer através das vitórias o Estado ou o seu chefe» (*idem, ibidem*: 144).

Também Pinheiro aflora o “interesse nacional” hipoteticamente atribuído a Eusébio para atestar, a partir dos anos 60, uma alteração da postura do Estado Novo em relação aos clubes, agora com intervenção mais direta. É nesse contexto que recorda o episódio do impedimento da saída de Eusébio para o futebol italiano. Relembrando porém que, após o Mundial de 1966, Eusébio já seria autorizado a transferir-se para Itália, só não o fazendo por motivos alheios³⁹ (Pinheiro, 2012: 77).

Porém, Serrado desconstrói a “classificação” de Eusébio como “património nacional”, explicando a recusa da transferência para o futebol italiano, em 1962, pelo simples facto de ter de cumprir o serviço militar. Para este autor quem foi impedido de se transferir foi o “Eusébio militar” já que, para o Estado Novo, não faria sentido «dispensar um jogador de futebol do serviço militar para se poder transferir para um clube estrangeiro. (...) Que Eusébio tenha sido

³⁹ Após o Mundial de 1966 a Federação Italiana de Futebol proibiria a inscrição de jogadores estrangeiros, em virtude dos resultados negativos averbados pela Itália no Mundial.

impedido de sair de Portugal por ser o símbolo de Portugal e do regime, exemplo da “raça” portuguesa pela sua simbólica ultramarina de país multirracial, parece-nos uma construção popular do acontecimento e um erro de análise do mesmo» (Serrado, 2009: 154).

Note-se que se é no fascismo que se torna mais evidente o aproveitamento do futebol enquanto nacionalismo cultural e económico como sucedeu no suposto “caso Eusébio”, «também entre os comunistas é possível encontrar sinais de resistência à mobilidade transnacional do futebolista e da relativa hostilidade ao “futebolista estrangeiro”», visível nas páginas do *Avante!*, em 1956, onde no jornal se argumentava não estar contra o contacto com o futebol internacional, mas que o mesmo deviam ocorrer «preferencialmente através de partidas entre seleções e equipas de diferentes países e não através da livre circulação de futebolistas», fomentando um «internacionalismo entre nações, mais do que um internacionalismo que atravessasse nações» (Neves, 2011, vol. 2: 257-258). Também no Brasil e na Argentina se conhecem exemplos similares ao português, nomeadamente através dos respetivos selecionadores nacionais, ambos comunistas. No Brasil, João Saldanha, selecionador entre 1969-70, defendeu o estilo brasileiro do futebol-arte, e na Argentina, César Menotti defendeu o estilo de jogo argentino. Este último, durante a preparação para o Campeonato do Mundo da Argentina de 1978, chegou a solicitar ao governo ditatorial «que aquele legislasse no sentido de impossibilitar a saída para o estrangeiro de um leque de futebolistas argentinos que Menotti declarava património nacional» (*idem, ibidem*: 257-258).

Serrado menciona, por seu lado, que no caso português o regime salazarista não teve uma relação particular com o futebol, ou que a existir, seria mínima. Este autor invoca a personalidade de Salazar para atestar as suas afirmações, aludindo à aversão do ditador às massas «e o futebol, de facto, motivava a maior concentração de pessoas em terras portuguesas. Pelas suas características intelectuais, de homem de gabinete, ascético, apologista de um ruralismo passadista contra o mundo industrial do presente e do futuro (...) o futebol, enquanto desporto de massas, urbano, de excitação e exaltação, sempre lhe deve ter provocado profunda desconfiança e indiferença» (Serrado, 2009: 146).

Independentemente da proximidade de Salazar com o futebol, Pinheiro encontra no putativo “interesse da nação” atribuído pela política ao futebol, um ponto de interesse para os próprios clubes, permitindo-lhes manter, com ordenados baixos, os seus melhores jogadores e destaca, ainda, a ampliação do poder de alguns clubes nos anos 60, com destaque para o Benfica pelos seus sucessos internacionais, «que alguns clubes dispunham de autorização para realizar

assembleias-gerais e eleições totalmente livres e democráticas, algo interdito em qualquer outro ramo de atividade social» (Pinheiro, 2012: 77).

Já para Serrado apenas é aceite a politização, no que diz respeito aos sucessos do Benfica e, particularmente, da seleção nacional de 1966, relativa à «ideia multirracial de Portugal uno, do Minho a Timor. (...) utilizada pelo Estado Novo para legitimar as suas possessões em África», o que é visível no *Diário de Notícias*: «o facto de a equipa portuguesa ser constituída unicamente por jogadores da metrópole e das províncias ultramarinas. Dera-se até a circunstância de os três golos (em 1961 contra o Barcelona) serem naturais do ultramar – um de Moçambique e dois de Angola, um de raça branca e dois de raça negra. A solidariedade portuguesa esteve, pois, bem patente aos olhos do mundo» (in Serrado, 2009: 148).

Para Pinheiro, durante a década de 1960 e em função da realidade política, terá existido uma aproximação entre o futebol e a política ultramarina, pois «a questão colonial torna-se a preocupação quase exclusiva da política externa portuguesa» (Teixeira, in Pinheiro, 2012: 76). Neste período, a comunidade internacional criticava com impetuosidade a irredutibilidade de Salazar em aceitar o diálogo, com o objetivo de Portugal proceder à descolonização em África, já depois de em 1961, os territórios de Goa, Damão e Diu, terem sido ocupados pela União Indiana. Salazar fará um esforço por acentuar «a ausência de “qualquer discriminação racial” nas colónias e o papel integrador destas» (Pinto, in *idem, ibidem*: 76) e por sublinhar, o discurso da “especificidade portuguesa”, respaldado no “lusu-tropicalismo”, de Gilberto Freire (*idem, ibidem*: 76).

Assim, e independentemente de, segundo Serrado (2009 e 2012), Salazar e o regime serem avessos às massas que o futebol manifestamente agregava, o Estado Novo reconheceria algumas virtudes da modalidade enquanto discurso político de unidade, uma tónica que aparecerá de forma vincada no Mundial de Inglaterra de 1966. Efetivamente, a década dourada de 1960 continuará com a participação da seleção nacional no Mundial de Futebol de 1966. Analise-se por momentos, a alteração do discurso agora mais patriótico do jornal *A Bola*, no que diz respeito à seleção, a partir de fins dos anos 50. Coincidentemente ou talvez não, a década de 1960 será a primeira em que os resultados globais da seleção atingem uma percentagem positiva de vitórias (Sousa, in Coelho, 2001: 98).

Se, desde o seu aparecimento em 1945 até ao fim da década de 1950, o jornal *A Bola* manteve uma postura de separação entre a política e o desporto, no final dessa mesma década, o seu discurso torna-se mais nacionalista (*idem, ibidem*: 108). Tal sucede, apesar da narrativa editorial

continuar, em 1961, a pugnar pela separação entre os dois campos: «Não somos de misturar o futebol com política. Pelo contrário. Insistimos constantemente num separatismo absoluto, de grande significado humano e altamente honroso por isso para o fenómeno desportivo, profundamente universalista» (in Pinheiro, 2012: 47).

Um dos exemplos deste novo discurso de *A Bola* surge no final de 1957, a propósito de um encontro entre Portugal e a Itália, que mereceu uma troca de acusações entre a imprensa de ambos os países. *A Bola* sublinharia que a Itália apresentaria um misto de jogadores italianos, e de outros naturalizados de origem argentina e uruguaia, e os italianos retorquiram afirmando que os jogadores das colónias portuguesas não eram portugueses (Coelho, 2001: 109). O periódico *A Bola* contra-atacava, dizendo que «Portugal levou a Milão onze atletas nascidos e criados em terra portuguesa, filhos de pais portugueses, servidores, se for preciso, do exército português, falando português, sentindo em português. A Itália apresentou um conjunto em que havia italianos e oriundos. Oriundos pagos a peso de ouro» (in *idem, ibidem*: 109).

Algumas das razões para a derivação do discurso de *A Bola* poderão estar relacionadas com a renovação do corpo editorial, uma vez que jornalistas fundadores como Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis, acérrimos defensores do comedimento político na relação nação-futebol, morreram respetivamente em 1958 e 1961, e com a cada vez maior popularidade do futebol e a concretização do seu profissionalismo, a que acresce, de forma determinante, a realidade política do país: a eclosão da Guerra Colonial, em 1961, e o conseqüente isolamento internacional de Portugal (*idem, ibidem*: 110). Neste período existia um conflito colonial latente com «o golpe militar falhado de Botelho Moniz (...). A denúncia internacional das repressões violentas impostas pelas tropas portuguesas às populações civis de Angola e a carta aberta de Amílcar Cabral (...) a Salazar, reclamando a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde» (Melo, 2004: 147).

Não é assim de estranhar que a difícil realidade política vivida em Portugal, tenha influenciado os discursos da imprensa sobre o futebol, nomeadamente para validar a propriedade das possessões coloniais africanas. O texto de *A Bola* sobre o jogo que Portugal disputou, em Londres, contra a Inglaterra, em 1961, reflete essa ideia: «achamos notável o caso desta seleção nacional (...). Dos seus 11 componentes, 10 (!) são de fora do continente lusitano (...) este caso ajuda a compreender toda a história de um povo que (...) teve de se atirar aos mistérios dos mares sem fim e realizar, quase à força, segundo um evidente fatalismo geográfico, a epopeia sem par dos descobrimentos» (Coelho, 2001: 111). A presença esmagadora na seleção portuguesa de jogadores de origem colonial no jogo de Wembley seria

também foco de análise, de cariz mais político, na imprensa inglesa (Melo, 2004: 147). O discurso reproduzido, em Portugal, reverberava uma particular orientação política, em função da realidade portuguesa, validando a história portuguesa e a sua matriz imperial.

Segundo Coelho, na década de 1960, seja ou não por motivos políticos, a representação de Portugal através da seleção adquire, em *A Bola*, relevância e dramatismo, numa narrativa panegírica nas vitórias, mas também de crítica feroz nas derrotas, invocando falta de patriotismo, mediocridade e despreocupação com o prestígio internacional, como em 1961:

«a selecção de Portugal batida no Luxemburgo em termos que a última edição do “France Football” classifica de humilhante para o futebol português. (...) Cabe às pessoas esclarecidas reduzir às devidas proporções e projecção das grandes vitórias e das grandes derrotas na história do país. Perder e ganhar em futebol apenas podem ser interpretados como êxitos ou desaires do próprio futebol. Mas claro, ninguém gosta de perder. Por isso, quando se perde, gosta-se de perder... lutando... (...) Para o quadro ser completo, foi um que não nasceu em Portugal que mais se bateu» (*A Bola*, in Coelho, 2001: 112).

Coelho conclui que a seleção nacional ganha a primazia de figurar, no periódico, como a «suprema» causa do futebol português, devendo os clubes submeterem-se aos seus interesses: «Lembro-me dessas horas de saudade, ao anúncio de jogo internacional, com a expectativa em redor do que Ricardo Ornelas lapidarmente definiu como “a equipa de todos nós”. Era enternecedor ver o carinho que rodeava a seleção (...). Suspendiam-se torneios (...) na certeza inabalável de que a seleção estava antes de tudo (...). Hoje subestima-se o que deveria estar em primeiro lugar: a seleção, a nossa equipa» (*A Bola*, in *idem, ibidem*: 112).

No discurso dos anos 60 de *A Bola*, a seleção nacional de futebol começa a emergir como um fenómeno que a todos convoca, a todos compromete, enquanto patriotas. A equação futebol/nação terá como resultado o patriotismo, através da representação do país pelo futebol. A lealdade à nação torna-se uma obrigação moral e transversal a toda a sociedade, desde os jogadores aos adeptos (*idem, ibidem*: 113). Assim, havendo «um futebol internacional a nível de países, importa que cada entusiasta, desde o espectador até ao jogador, seja aí bom cidadão» (*A Bola*, in *idem, ibidem*: 114).

A representação invocada terá no Mundial de 1966 o seu momento de maior intensidade.

1.4.3. O II Congresso Nacional de Futebol – 1964

Já na década de 1960, outro acontecimento permite auxiliar na radiografia sobre o futebol no Estado Novo: o II Congresso Nacional de Futebol, ocorrido em 1964. Este Congresso decorreu

depois da aceitação da profissionalização do futebol pelo Estado Novo, em 1960, e de alguns sucessos internacionais dos clubes portugueses, casos do Benfica e do Sporting. Um Congresso que contou com a presença do Presidente da República, Américo Tomás (Pinheiro, 2012: 75).

O Congresso de 1964 atestará o conflito latente entre as autoridades do futebol e as autoridades políticas, e entre a vontade de desenvolver o futebol profissional – a valorização social e cultural dos seus agentes – e o menosprezo a que este era votado pelo regime, em detrimento da educação física e do amadorismo.

Foram diversas as críticas ao comportamento das autoridades políticas em relação ao futebol, como as de Eduardo Lima Basto referidas no Congresso, nomeadamente, sobre a falta de investimento em infraestruturas desportivas:

«Não podemos evitar um sentimento de inveja, ao percorrer países estrangeiros, vermos os inúmeros campos de desporto, campos de futebol ligados aos quatro e aos seis juntos, para a mocidade livremente se entregar aos exercícios físicos, predominantemente a este terrível e benéfico futebol. (...) Que diferença isso faz no nosso país, onde vão diminuindo os campos de jogos, hoje quase limitados a alguns clubes, daqueles chamados grandes na sua projeção, grandes na sua obra, mas também grandes nas suas dívidas e nas suas preocupações» (Basto, in Serrado, 2009: 162).

Lima Basto incide também a sua reprovação na falta de auxílio, por parte do regime, aos clubes desportivos, afirmando, inclusive que os sucessos destes não deveriam ser apenas alvo de agraciamento público:

«Não será de aceitar a obra dos clubes desportivos que, durante anos, voluntariamente, se dedicaram ao esforço, ao trabalho de organização e de educação dos milhares de jovens, gastando o que tinham e o que não tinham com uma única finalidade, altruísta, generosa... Não será ocasião de os proteger, reconhecer os seus serviços? Não basta condecorá-los. Alguns foram oficialmente considerados instituições de utilidade pública. Para quê? Para não se reconhecer, de facto, essa utilidade?» (Basto, in *idem*, *Ibidem*: 162).

Aparece neste registo uma reprovação à postura das autoridades perante o futebol e os clubes, que são entregues a si mesmos, sobrando-lhes, de serviço público, mais a designação do que o apoio efetivo do Estado.

E conclui a sua observação com o elogio ao contributo dos clubes para perpetuar a grandeza do país:

«Se os clubes conseguiram... fazer uma obra humana... se conseguiram vencer... e indo mais além, dando ao País a glória, a fama dos feitos desportivos, dando a conhecer ao mundo que neste cantinho da Europa ainda existem bravos que se podem bater com os melhores, que podem seros melhores dos

melhores, foram considerados esses clubes como grandes... Por isso os clubes precisam de assistência, de ajuda, de proteção» (Basto, in *idem, ibidem*: 162).

O regime ter-se-á deste modo ajustado à profissionalização, tendo-a impedido pelo máximo período que lhe foi possível. Assim, a profissionalização do futebol em Portugal representou, para os governantes, o seu afastamento da pureza do desporto. Desta forma, «Sob o ponto de vista do Estado Novo, era impensável considerar uma modalidade profissional um desporto. (...) havia a necessidade de valorizar o “desporto puro” em relação ao desporto profissional, sendo este moral e oficialmente secundarizado pelas autoridades políticas» (*idem, ibidem*: 165).

Os sucessos clubísticos conseguidos após a profissionalização são considerados, mas não tidos como o fim último. Destaque para um exemplo saído da Assembleia Nacional do mesmo ano de 1964, por Délio Santarém: «Não contesto que as equipas de profissionais nos têm brindado com excelentes exibições. Não contesto que muitos dos triunfos internacionais que ultimamente nos alegram são fruto desse esforço. Não contesto sequer que certos elementos profissionais atingiram uma perfeição técnica, uma correção de estilos e até de atitudes morais... O que contesto – e isso faço-o com força – é que esteja aí a essência do desporto» (Santarém, in *idem, ibidem*: 165).

Assim, e para Serrado, se o Estado Novo não aproveitou o futebol para distrair o povo, também não o fez para glorificar a pátria ou a “raça”, pois até à década de 1960, o futebol português não obteve resultados passíveis de exaltação da nação. E o regime também não se comprometeu com o desenvolvimento da modalidade (*idem, ibidem*: 166).

1.4.4. A seleção nacional e a Nação no Mundial de 1966

Fixemo-nos no Mundial de 1966, em que o trajeto da seleção nacional permitiu a Portugal atingir, pela primeira vez (e única até 1984), a fase final de uma grande competição internacional (se excetuarmos a participação nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, em 1928, para os quais não existiu fase de qualificação).

A presença na fase final da prova disputada em Inglaterra seria, «sobretudo, o triunfo de uma mentalidade nova e de um profissionalismo resistente, personificado na figura do selecionador Manuel de Luz Afonso e do técnico Otto Glória, (...) um dos grandes responsáveis pelo fim do amadorismo» (Melo, 2004: 164). Com o sucesso desportivo da qualificação de Portugal, devidamente mediatizada pela televisão com o ulterior acompanhamento da fase final, a massificação do futebol em Portugal atingiu o auge.

Os órgãos de comunicação social contribuíram, neste período, para unir a nação em volta da seleção, gerando euforia por todo o país e permitindo o acompanhamento direto dos jogos. Durante a competição, a tiragem dos jornais desportivos cresceu e chegou a atingir os 200 mil exemplares diários (Pinheiro, 2012: 75). Este periódico invocará, aliás, o passado histórico da nação para o desiderato a cumprir em Inglaterra: «Mas, louvado Deus!, havia uma História a repetir, um Destino a impor-se. Como os Onze de Inglaterra, dos tempos do Rei da Boa-Memória, os moços de Portugal tinham atravessado a Mancha para salvar a ideia desportiva» (Olímpio, in Coelho, 2001: 127).

A própria imprensa europeia, nomeadamente a desportiva, como os italianos *Gazzetta dello Sport* e a revista *Goal*, o espanhol *Marca*, ou os franceses *L'Équipe* e *France Football*, «dedicavam a Portugal (e a Eusébio), “Ballon d’Or” do *France Football*, páginas e páginas, salientando os seus méritos e as suas ambições de transformar numa das surpresas do Campeonato do Mundo de Inglaterra» (Melo, 2004: 165).

Neste contexto, do êxito alcançado pelo futebol resultavam «implicações políticas, já que para o Estado Novo representava o sucesso das políticas desportivas, sendo o exemplo de um Portugal moderno, competitivo e internacional», pelo que, enquanto durou o Mundial de 1966, «a Guerra Colonial, o flagelo da emigração, a crise económica ou o atraso estrutural em relação à média europeia eram problemas secundarizados pelo Futebol, principal tema de conversa na esfera pública e privada» (Pinheiro, 2009: 75). As vitórias teriam a faculdade de relativizar as dificuldades reais da população. E os triunfos foram, desde os jogos de preparação para o Mundial até à própria competição, inúmeras⁴⁰

Para Coelho (2001: 120) *A Bola* tem, desde a sua criação, uma ideia unificadora dos portugueses, mas essa ideia será sublimada no Mundial de 1966. Mesmo antes da competição, o periódico inflama nos portugueses a certeza da unidade nacional na epopeia da seleção a iniciar em Inglaterra. Vários são os exemplos da cativação da unidade nacional em *A Bola*, antes do início da competição:

«Não, não havia ali jogadores de vários clubes, nem adeptos de vários clubes, mas sim e apenas jogadores e adeptos de um só clube – O CLUBE DE PORTUGAL. (...) para grande honra e grande glória desse grande clube» (Santos, in Coelho, 2004: 120).

⁴⁰ Entre junho e julho, Portugal averbou nove vitórias consecutivas, apenas interrompidas no jogo das meias-finais com a Inglaterra).

«A camaradagem é o segredo: O CLUBE PORTUGAL NÃO CONHECE OUTROS CLUBES. (...) o tal “Clube Portugal” na expressão que lançámos nas colunas de “A Bola” e vemos agora, com natural satisfação, ser utilizado como um slogan» (Santos, in *idem, ibidem*: 120).

Coelho observa em *A Bola* um metadiscorso de unidade nacional, com uma homogeneidade e coincidência de interesses dos portugueses, criando uma comunidade nacional acima de quaisquer diferenças. Em *A Bola*, a retórica é completada através de uma simbologia que representa a «unidade/pertença», como a criação do «Magriço» para identificar a seleção. O jornal constrói, desta forma, uma ideia de «casa-pátria» com «especificidades físicas e culturais» consideradas «tipicamente portuguesas», definindo uma «pertença identitária única». Será esta retórica da construção de unidade e da reprodução da nação «na escala dos sentimentos e vivências do quotidiano, que promove a empatia e a identificação entre os indivíduos» (*idem, ibidem*: 121).

A representação pelo jornal *A Bola*, da «casa-pátria» passaria também pela concetualização de um conjunto de hábitos e costumes únicos, a «família lusitana», que marca a diferença em relação aos “outros” e adota «um discurso de orgulho nacionalista», contrapondo a singularidade nacional em relação aos costumes estrangeiros (*idem, ibidem*: 122).

Por outro lado e, ainda antes do início da competição, *A Bola*, assume o papel de congregar o “mundo português” e de defender a posição internacional de Portugal, conjugando um discurso de unidade nacional e imperial, em que os portugueses «já começaram a viver intensamente a “gloriosa aventura” do futebol português (...). Onde quer que estejam, nas terras frias da Escandinávia ou nas plagas ardentes de África, da América, da Ásia e da Oceânia, eles acompanharão em espírito os seus compatriotas que, como o lendário Magriço, vieram bater-se por sua dama (a “Taça Jules Rimet”)» (Pinhão, in *idem, ibidem*: 124).

A estreia da seleção portuguesa no Mundial teve por opositor a Hungria e foi relatada, apesar da vitória, de forma comedida pelo *Diário de Notícias*: «a equipa portuguesa ganhou o desafio por 3-1, mas, repetimos, houve uma certa dose de felicidade nesta vitória», tónica que se manteve no segundo jogo, depois da vitória (3-0) contra a Bulgária «A exibição da equipa portuguesa não pairou alto, mas foi bastante para justificar o triunfo» (in Serrado, 2009: 149).

Em contraponto com a sobriedade da narrativa do *Diário de Notícias*, o jornal *A Bola* promove, após as duas primeiras vitórias portuguesas, o «estilo nacional de futebol», com «influências geográficas e culturais... portuguesas», numa «retórica da proximidade cultural e histórica a África e ao Atlântico» (Coelho, 2001: 124), um estilo português que casava características europeias, latinas e africanas. Assim, o estilo do futebol português posicionar-

se-ia: «entre os ‘intuitivos’ do futebol, não, abertamente, ao jeito do Brasil e seus pares sul-americanos, mas digamos, até por implicação da nossa realidade extracontinental, que nos permite a utilização do negro e do mestiço da África Portuguesa, uma estranha maneira “euro-latina-africana”, que nos classifique como os europeus menos europeus do velho continente» (Serpa, in *idem, ibidem*: 124).

A narrativa construída, pelo *Diário de Notícias*, depois da vitória sobre o Brasil, na terceira partida, deixava antever a importância concedida ao jogo pela população portuguesa:

«Lisboa interrompeu a sua vida (...), a televisão fosse ela pública ou privada, cheia de gente que, em certos casos, jamais assistira a um encontro de futebol, mas que se via subitamente apaixonada pelo trepidante espectáculo (...), nas ruas, um monte de gente queria dizer um automóvel oculto pela curiosidade e fervor de uma pequena multidão escutando o receptor daquele veículo sintonizado com Liverpool. (...) Vivia-se enfim o Portugal-Brasil. A hora mais intensa e mais alegre de toda a história do futebol português» (in Serrado, 2009: 149).

E o comportamento da população, após o fim da contenda, reforça a visibilidade e o interesse que o jogo despertou na mesma: «uns milhões de portugueses não podiam conter a tremenda emoção que lhes tomara as almas (...). No Porto, conhecido o resultado do encontro (...), elevado número de pessoas, empunhando bandeiras nacionais, veio para as ruas da Baixa manifestando o seu regozijo» (*Diário de Notícias*, in *idem, ibidem*: 149).

Após três vitórias em três jogos, a seleção portuguesa criava as condições para a derivação do discurso do Portugal humilde para o aparecimento de um «delírio nacionalista» e de um discurso do «Grande Portugal» (Coelho, 2001: 124) que começava a estar presente nas páginas de *A Bola*: «PARA ONDE VAIS PORTUGALZINHO? (...) Aquele “Joaquim português”, modesto, simples, apagado que (...) apenas com o valor da sua “raça” e do seu talento, desfizera, em 90 minutos, sonho de 80 milhões de pessoas. (...) É esse o perigo que corre Portugal tendo passado do provincianismo meridional, modesto e acanhado, que veio a Inglaterra» (Santos, in Coelho, 2001: 125).

Posteriormente, Portugal derrotaria a Coreia do Norte (5-3). Mais uma vez, *A Bola* plasmava, a ideia da união do «Grande Portugal», afirmando que «aí temos nas meias-finais a briosa e sensacional selecção lusitana, a grande coqueluche do momento em todo o mundo português» (Santos, in *idem, ibidem*: 126).

O trajeto vitorioso da seleção seria interrompido pela Inglaterra no encontro das meias-finais, sofrendo uma derrota por 2-1. Arredada da final, conquistada pela Inglaterra, a seleção portuguesa disputaria o jogo de atribuição do terceiro lugar, no qual venceria a URSS por 3-1.

Ao longo do Mundial de 1966 também a imprensa internacional utilizou um discurso de valorização da seleção portuguesa e dos seus executantes. Após a vitória de Portugal sobre o Brasil, os textos panegíricos surgiam nos periódicos ingleses *The Guardian* «Portugal é uma equipa forte e resoluto, que está prestes a alcançar o dia da sua glória. (...) Simões, Torres e Eusébio são os três mosqueteiros dos tempos modernos. Nunca vimos um jogador com um remate como Eusébio, nem que cubra o terreno como Coluna» e *Daily Sketch* «Vicente é o defesa mais fino do futebol mundial desde 1954 (...). Eusébio estava a desafiar Pelé para o título de melhor jogador do Mundo. Ontem à noite, roubou-lhe o título», ou no jornal espanhol *Marca*, através de António Valencia «O futebol português conheceu a sua hora mais gloriosa, confirmando assim a indiscutível qualidade que desde há anos exhibe pelos campos do Mundo. Que Tejo abaixo siga a admiração espanhola, a legítima inveja espanhola por esta façanha que está longe das nossas forças futebolísticas» (Melo, 2004: 171-174).

Os elogios da imprensa internacional a Portugal e, em particular a Eusébio, sucederam-se com a vitória contra a Coreia do Norte. Casos dos britânicos Alan Hoby no *Sunday Express* «Os coreanos esqueceram uma coisa: um demónio de cor de ébano com jogo no coração e poder explosivo nas botas – Eusébio – o mais espectacular jogador da Taça do Mundo e que agora supera Pelé. (...). Ele é magia negra, génio puro e instintivo. (...) tornou-se a personagem n.º 1 do torneio de 1966» e Ston Liversedge no *The People*, para além de destacar pela positiva vários jogadores portugueses (Simões, Jaime Graça, Coluna, José Augusto e Torres), afirma que «Portugal é uma equipa incisiva. (...) Eusébio é irresistível como uma catarata» (*idem, ibidem*: 175-176).

E mesmo depois da derrota nas meias-finais contra a anfitriã Inglaterra não se fizeram diminuir as referências elogiosas a Portugal e a um português singular. No *Daily Sketch*, Laurie Pignon afirmava: «Estes orgulhosos príncipes de Portugal, que trouxeram para esta ilha a marca própria da magia do seu futebol, morreram como cavaleiros, guerreiros lutando até ao último instante»; já no diário francês *Le Monde*, Joseph-Marie Fipippi referia que seria «necessário dizer obrigado a Eusébio. (...) As exibições de Eusébio talvez tenham um significado simbólico: nesta época da “Marcha da Paz” e da “Marcha contra o Medo” não é apenas com os pés que se defende a humanidade» (*idem, ibidem*: 177-178).

Os bons resultados desportivos alcançados pela seleção de futebol no Mundial de 1966 e elogiados na imprensa nacional e internacional, permitiram agregar a população, em redor de uma tónica nacionalista. Os órgãos de comunicação social possibilitavam acompanhar com proximidade os sucessos obtidos, com a imprensa a possuir um papel importante, com os seus

louvores à grandeza de Portugal, através do seu discurso de união do «Grande Portugal» (Coelho, 2001: 124).

Não surpreende, desta forma, que o regresso da seleção a Portugal tenha despoletado uma euforia patriótica por parte da população: «De facto, a Praça Marquês de Pombal era, às seis horas, um verdadeiro mar de gente, uma sinfonia de vozes ao sol da tarde... bandeiras nacionais tremulavam em milhares de mãos» escreve o *Diário de Notícias* que utiliza expressões como «apoteose final» e «na hora mais alta do futebol português» para descrever o momento e conclui:

«já eram milhares de pessoas (...) foi ontem que a equipa nacional teve a maior e máxima consagração: a do povo de Lisboa... ardendo no se entusiasmo de milhões de portugueses por todo o território e espalhados pelo mundo, e a do chefe do Estado, que ao condecorar os jogadores traduziu a simpatia e o agradecimento do país por quem, através do mais popular dos desportos, exaltou as virtudes da raça lusa e fez aplaudir e respeitar o nome de Portugal» (in Serrado, 2009: 151).

Também no jornal *A Bola* surgem referências à receção da comitiva portuguesa presente no Mundial de Inglaterra. Se, por um lado, sublinham o contributo da seleção para o engrandecimento de Portugal «Assim como o futebol, através da seleção nacional, soube honrar e prestigiar a Nação, pelo seu brilhantismo competitivo no Campeonato do Mundo», por outro, salientam o reconhecimento da população e das autoridades nacionais pelo futebol português, seja através do acolhimento popular à seleção, seja: «pelo apreço e reconhecimento oficiais e pessoais dos Chefes de estado e de Governo, que se dignaram condecorar e receber os nossos valorosos futebolistas (...) testemunha e simbolizam o apreço, a gratidão, e o louvor da Nação pela magnífica proeza do futebol português no Campeonato do Mundo» (*A Bola*, in Coelho, 2001: 127).

Devido às vitórias no Mundial de 1966, «o Portugal Político homenageou a Seleção como nunca o tinha feito antes» (Pinheiro, 2009: 76). A seleção seria recebida pelo Presidente da República, Américo Tomás, com o discurso de que o «Campeonato do Mundo passa, mas fica o vosso esforço e o desportivismo que fizeram com que Portugal fosse falado e da melhor maneira durante esses dias em que subestes honrar o vosso país» (Serrado, 2009: 151). O séquito foi também recebido pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Este, sublinhando a defesa dos valores morais afirmaria que «o interesse fundamental não era ganhar o campeonato, embora, se tal título fosse conquistado, melhor seria, quer para o desporto, quer para o próprio país. Interessava, sim, que se jogasse bem, com desportivismo, e isso a equipa afirmou-o com a maior exuberância» (*Diário da Manhã*, in *idem, ibidem*: 152).

A análise do jornal *A Bola*, logo após o Mundial de 1966, permite, segundo Coelho, antever a síntese de um discurso simultaneamente patriótico e imperial, do “Portugal, do Minho a Timor”, da “raça” portuguesa: «O futebol português, com a ‘unidade rácica’ de um país pluricontinental e plurirracial, será, na Europa, a expressão acabada da conciliação do praticante dos trópicos, com a sua habilidade congénita, com o praticante europeu, mais inteligente metódico, de modo a termos como resultado uma simbiose» (Santos, in Coelho, 2001: 126). Vítor Santos concluiu este texto de *A Bola*, relacionando os bons resultados alcançados pela seleção nacional com a especificidade da “raça portuguesa”: «Foi através desta fórmula mágica que se pôde forjar um conjunto que (...) conseguiu através da destreza e do temperamento dos seus componentes jogar e lutar como os melhores».

A perspetiva imperial é também confirmada, no final da competição, pela narrativa de Silva Resende, em *A Bola*, referindo-se às “lágrimas portuguesas” de Eusébio, célebres após a derrota com a Inglaterra, para contrariar um jornalista inglês que afirmara que, sendo moçambicano, Eusébio não deveria jogar por Portugal, bem como pela forma como, em Moçambique, se festejavam as vitórias portuguesas (*idem, ibidem*: 126).

Desta forma, a notável campanha da seleção no Mundial de 1966, bem como os sucessos clubísticos do Benfica presente, nos anos 60, em cinco finais da Taça dos Clubes Campeões Europeus, tendo vencido duas, e do Sporting, vencedor da Taça das Taças em 1964, «serviram na perfeição ao discurso político, profundamente nacionalista, do Estado Novo» (Pinheiro, 2012: 77).

No entanto, segundo Serrado, apesar da exaltação da “raça” lusitana, não existe um discurso consciente de politização da seleção no Mundial de 1966, mas apenas a presença de um expetável orgulho nacional. Assim como está ausente, em seu entender, a glorificação do Estado Novo e do seu chefe, não se observando a sua colagem ao futebol nem o enaltecimento de Eusébio (consagrado como o melhor marcador da competição) como representação do carácter multirracial da nação (Serrado, 2009: 152). A comprovar a sua enunciação cita o *Diário da Manhã*, jornal do regime: «É fictício dizer-se: Pelé perdeu o ceptro e Eusébio será o melhor jogador mundial! (...) Julgamos por isso pouco desportivo e até ilógico estarmos a afirmar que Eusébio é o melhor jogador do mundo, porque a declaração tem um fundo pouco firme, é demasiado subjectiva» (in *idem, ibidem*: 153). Este autor contraria, assim, a tese de João Malheiro que afirmara que Eusébio «foi hipocritamente aproveitado, para Portugal se insinuar grande», defendendo antes a sua deificação por mérito próprio e não por iniciativa de Salazar, o qual também não «se serviu do Mundial de 66 para o fazer» (*idem, ibidem*: 153).

Já para Coelho, a cobertura concedida pelo jornal *A Bola* no Mundial de 1966 às vitórias da seleção revelou, como discurso predominante, a «legitimação de um Portugal colonial e imperial, nomeadamente pela relevância atribuída à composição e estilo de jogo da equipa nacional, dominada por jogadores oriundos dos então territórios africanos sob soberania portuguesa» (Coelho, 2001: 128). Um estilo de jogo que é gerado pelo jornalista, logo manipulável, em função da realidade histórica em que este se encontra. Assim, se nos anos cinquenta surge o estilo português, para diferenciação do estilo espanhol – ambos latinos – nos anos 60, o estilo português será «euro-afro-latino», devido ao enquadramento colonial. E nos anos 70, com a perda das colónias, desaparecerá também a vertente “afro” do estilo português (*idem, ibidem*: 139).

Desta forma, o corpo redatorial do periódico não conseguiu e/ou não quis distanciar-se da realidade, de Guerra Colonial e condenação internacional do país, vivida por Portugal. O comentário final de Silva Resende, em *A Bola*, após o final da competição, e depois de criticar implicitamente os obstáculos com que se depara o futebol – «Ora o futebol provou que pode render, em optimismo, coragem e fé (...) e um prestígio e respeito (...) e que o parco investimento que nele se faça, quanto mais não seja em desimpedir-lhe o caminho por onde seguramente tomará, se resolve em compensações tão apreciáveis que não consentem hoje a menor hesitação» (*A Bola*, in *idem, ibidem*: 128) – parece comprovar esta interpretação, ao invocar a importância do futebol para promover o país e o Império:

«A selecção nacional de futebol, devido ao excelente padrão de jogo e ao desportivismo exemplar com que se houve, constitui o cartaz mais expressivamente popular e aliciante da nossa portugalidade. Milhões de pessoas, de países rivais, contemplaram como os séculos das pirâmides egípcias ao exército napoleónico, esses rapazes de várias raças, com o baptismo português, que exibiam a tenacidade e aventura dos que os procederam e descobriram mundos. Portugal entrou, pelo virtuosismo de Eusébios e Colunas, em lares que lhes seriam defesos (...) todos concorram para o progresso dessa apaixonante modalidade, que, de Lisboa a Timor, acrescentou um grau novo ao orgulho de se ser português» (Resende, in *idem, ibidem*: 128).

Ainda assim, para Serrado, num período de Guerra Colonial em que Portugal se encontrava pressionado internamente e isolado internacionalmente, o Mundial não foi politizado com tanta intensidade como a que é comumente aceite. No entanto, este historiador reconhece que a participação da seleção no Mundial, e com menor intensidade as vitórias internacionais do Benfica, contribuíram para legitimar a Guerra Colonial e o Império. A matriz multirracial da seleção nacional no campeonato do mundo concorreria para dar uma imagem de Portugal em que «negros e brancos convivem e têm as mesmas oportunidades. Portugal do Minho a Timor,

uno e corporativo. Neste ponto, a seleção nacional foi, de facto, perante uma comunidade internacional hostil para com a guerra colonial portuguesa, uma demonstração da unidade racial portuguesa e da unidade do império, assim como uma legitimação do mesmo» (Serrado, 2009: 155).

A seleção nacional de futebol, bem como os clubes portugueses, ao ser pontuada com vários jogadores de destaque oriundos das colónias africanas – o mesmo acontecendo com os clubes portugueses – irá proporcionar ao futebol assomar como retórica propagandística do regime, por coincidir com o conflito colonial.

O Estado Novo promoveu também encenações de apoio ao regime, a partir do continente africano. Exemplo dessa realidade foi o caso, já depois do Mundial, da inauguração em Lourenço Marques, do Estádio Salazar, a 30 de junho de 1968, da qual constou um jogo de futebol entre os selecionados portugueses e brasileiros (Pinheiro, 2012: 76). Esta seria a única presença da seleção nacional de futebol numa província africana.

1.4.5. A seleção após 1966

O trajeto do futebol português, depois do Mundial de 1966, não manteve o padrão atingido em Inglaterra. Assim, o final da década de 1960 e a de 1970, revelam nova ausência de conquistas internacionais de clubes e de apuramentos da seleção nacional para as grandes competições internacionais, os Campeonatos da Europa e do Mundo). A exceção seria apenas a presença na final da Minicopa do Brasil, em 1972, uma competição a que Portugal aceitou por convite e na qual atingiu a final (perdida para o Brasil).

Segundo *A Bola* o sucesso de Portugal no Mundial de 1966 deveu-se a um casamento feliz entre talento inato, trabalho e organização (Coelho, 2001: 135). Mas após 1966, e até finais dos anos 70 a feliz conjugação voltará a desaparecer: «Toca o velho disco – jogar, dominar e... perder. Fomos “melhores em tudo” salvo em marcar e evitar golos» ou «FALTARAM NOVENTA POR CENTO - ...faltam muitas vezes os noventa por cento de trabalho, que se exigem para cumprir bem uma tarefa» (Olímpio, in *idem, ibidem*: 135).

Segundo Coelho, ao analisar as narrativas do *jornal A Bola* durante e após o Mundial de Inglaterra, será possível verificar uma retórica extremada de nacionalismo consoante o resultado alcançado: o orgulho nacional pela vitória alcançada «nacionalismo positivo» e a crítica feroz pela derrota averbada «nacionalismo negativo» sendo que, no último caso,

transparecem os «dois metadiscursos fundamentais do discurso nacionalista (...), aqui na sua vertente negativa: a falta de união à volta da representação nacional e a não assunção suprema de tal representação.» (*idem, ibidem*: 130).

Para *A Bola*, a seleção, o seu prestígio, e a representação nacional são as preocupações dominantes: «Clubites capazes de afectarem a representação nacional com orgulhosas prioridades de clã em paralelo com um interesse ou orgulho geral, que não é muito da nossa vocação actual» (Santos, in *idem, ibidem*: 131).

A ausência de grandes triunfos internacionais do futebol português, no final da década de 1960 e durante o decénio seguinte, conduzirá também ao afastamento do regime em relação à modalidade. Durante este período, a ação política apenas se fará notar através da presença nos grandes jogos⁴¹ e da pontual atribuição, ao movimento associativo, de medalhas de mérito desportivo (Pinheiro, 2012: 80).

Como referido, a exceção aos resultados negativos averbados pela seleção após 1966 e até ao fim do regime, foi a participação na Minicopa do Brasil, em 1972.

O Torneio da Independência do Brasil – Minicopa – servia o propósito de comemorar os 150 anos desse mesmo acontecimento, servindo também de lançamento da candidatura do brasileiro João Havelange⁴², tido como mentor da competição, à presidência da FIFA. Numa competição de futebol de proporções consideráveis – vinte seleções tinham aceite o convite – Portugal averbaria resultados desportivos assinaláveis, atingindo mesmo a final.⁴³ Durante a competição, algumas das vitórias alcançadas pela seleção foram bastante valorizadas pela imprensa. Foi o caso da primeira vitória contra a Argentina, após seis jogos: «PORTUGAL – IMPRESSIONANTE DE CLASSE E FORÇA “ESMAGOU” OS ARGENTINOS» (*Diário Popular*, in Coelho e Pinheiro, 2004: 163). Esta vitória seria elevada a «...uma das mais brilhantes da história da seleção nacional. É bem possível» (Melo, 2004: 201). A própria imprensa brasileira fez eco do desiderato português, de que é exemplo a crónica de Nélson Rodrigues do jornal *O Globo*: «Portugal mostrou que as suas condições técnicas são muito melhores do que a Argentina. Eu diria que Portugal vive o grande momento da sua história

⁴¹ O primeiro jogo disputado em Portugal (após a participação no Mundial de 1966) de apuramento para o Campeonato da Europa de 1968 (derrota por 2-1 com a Suécia) contou com a presença de «Américo Tomás e quatro ministros» (Serra, 2010: 572).

⁴² Havelange seria eleito, depois de defender a globalização e a prática do futebol a todo o mundo, bem como uma mais favorável rentabilização da modalidade (Coelho e Pinheiro, 2004: 158).

⁴³ No percurso até à final Portugal obteve os seguintes resultados na primeira fase: vitórias contra o Equador (3-0), o Irão (3-0), Chile (4-1), República da Irlanda (2-1) e a Argentina (3-1); na segunda fase: vitória contra a Argentina (3-0), empate com o Uruguai (1-1) e vitória com a URSS (1-0) (Melo, 2004: 338).

futebolística. (...)), não deixando porém de saudar o contributo do Brasil para esse sucesso que vem desde o Mundial de 1966, referindo que o «admirável no futebol luso é a influência brasileira. Não à dúvida nem sofisma. As nossas características, Otto Glória as levou para Portugal. Já em 66 os lusos deram uma alta demonstração do desenvolvimento» (in *idem, ibidem*: 203).

No último jogo da competição, Portugal seria derrotado (1-0) na final pelo anfitrião Brasil. Este jogo seria transmitido para Portugal pela RTP. Esperava-se «que fossem batidos todos os recordes de audiência de sempre no nosso país. À hora do jogo, as ruas das principais cidades estavam desertas» (Coelho e Pinheiro, 2004: 166). Apesar da derrota, a imprensa portuguesa reconheceu à seleção uma participação honrosa «A SELECÇÃO DE PORTUGAL FEZ TREMER O MARACANÃ E MERECE A “DIVISÃO” DA TAÇA» afirmava o *Diário Popular* e uma vitória moral: «TAÇA PARA LÁ, GLÓRIA PARA CÁ» escrevia *A Bola* (in *idem, ibidem*: 169). No entanto, o prestígio alcançado pela seleção nacional após o segundo lugar alcançado na Minicopa seria efêmero.

Logo após a queda do regime em 25 de Abril de 1974, o jornal *A Bola*, parece retomar a separação entre a política e o desporto, na lógica de que “o desporto pertence aos desportistas”, (Coelho, 2001: 132), como escreve Carlos Pinhão no final desse ano após o empate da seleção (0-0) em Inglaterra:

«FOI PORTUGAL QUE ESTEVE EM WEMBLEY? Voltamos ao “tudo está bem quando o futebol está bem”? O que interessa ao futebol interessa ao país? (...) é agora a Imprensa desportiva que tem de pôr água na fervura? A antiga gasolina que tanto incendiou o País futebolístico que éramos, o país que “queria era futebol”? (...) Não se correrá, de facto, o risco de a bonança desportiva contribuir novamente para fazer esquecer a tormenta em que se viveu e que pode voltar, se todos não dedicarmos a maior atenção à manobra, a todas as manobras realmente mais importantes?» (Pinhão, in *idem, ibidem*: 132).

Continuando a sua exposição, no jornal *A Bola*, Carlos Pinhão acabará também por reconhecer que a própria imprensa desportiva colaborou ativamente para a união entre o futebol e a política:

«A responsabilidade da Imprensa Desportiva vai ao ponto de ter sido ela a difundir e a consagrar esta prática de tratar as selecções pelo pátrio nome... (...) Na verdade, a selecção (...) não representa Portugal, representa o futebol português, representa a Federação Portuguesa de Futebol. (...) A selecção não representa Portugal. Mesmo com quinas, mesmo com hino, não representa. O país é uma coisa muito grande e muito importante e a sua representação só pode ser confiada em casos muitos especiais. E quando é o País que decide essa representação. (...) a honra de um país não está numa bola de futebol. (...) Por isso, o jogo que se seguir será... um jogo» (in *idem, ibidem*: 132).

No entanto, ao mesmo tempo que o jornal se aparenta penitenciar pela cumplicidade, não necessariamente consciente, de ter contribuído para a argumentação de um Portugal que também agradava ao Estado Novo, parece também persistir o discurso que promove a relevância da seleção nacional, ao afirmar que apesar da derrota (na Suíça, por 0-3) não «deixaremos de ser quem somos, nem será por via dela que a Revolução perderá continuidade ou vigor. Mas também não devemos encolher os ombros. (...) Não virá mal ao Mundo, não virá mal ao País, se continuarmos a gostar de futebol, se continuarmos a pensar que, numa partida entre seleções nacionais, é mais importante ganhar do que perder. Muito mais importante...» (Farinha, in *idem, ibidem*: 133).

Como persiste, no final de 1974, o registo patriótico em *A Bola*, visível no texto de Alfredo Farinha após o empate em Inglaterra: «Assombrosos pelo espírito de sacrifício e de fraternidade que os uniu (...) pela valentia física e moral (...) sem nunca perderem (...) humildade (...), determinação (...), aquele firme espírito de conquista e aquela ânsia de afirmação, que constituíram pedras basilares da “selecção da esperança”, da “selecção da coragem”, da “selecção do futuro”» (in *idem, ibidem*: 115).

Após 1974, segundo Coelho, verifica-se também em *A Bola*, a necessidade de europeizar o estilo português – parecendo comprovar que é sempre possível a manipulação do “estilo de jogo” em função do seu enquadramento político –, depois da perda das colónias africanas. Assim, as características nacionais funcionam também por oposição a outros povos e alargam-se a uma pertença geográfica, cultural e rática mais vasta: o estilo latino, estilo visto como positivo nas vitórias e negativo nas derrotas (Coelho, 2001: 136). A derivação do discurso é visível, em 1965, ainda antes de se iniciar o Mundial de Inglaterra, através de Vítor Santos: «A APOTEOSE LATINA NO MUNDIAL DE 66? NOVE PAÍSES DA NOSSA RAÇA ENTRE OS '16' DE INGLATERRA? – (...) escola de futebol que é alegria, espectáculo, eficácia, conjunto e rapidez física e imaginativa, estilo que não tem nada a ver com o futebol-força de outros países (...)» (Santos in *idem, ibidem*: 140); e também em 1978, após a perda das colónias, em que «É PRECISO RACIONALIZAR-CIVILIZAR-EUROPEIZAR O FUTEBOL PORTUGUÊS, um futebol racionalizado, civilizado, europeizado, enfim, metido nos carris de uma seriedade orgânica que, francamente, achamos que lhe tem faltado» (Santos in *idem, ibidem*: 136).

Se depois do 25 de Abril de 1974, *A Bola* parece recuperar o axioma da separação entre desporto e futebol, não deixa de ser curioso que, aquando do apuramento para o seu primeiro

Campeonato da Europa, em França (1984) surja de novo a exaltação heroica da seleção como representação de Portugal⁴⁴.

Assim, e em última instância, o “nacionalismo banal” poderá, em qualquer regime político, encontrar-se plasmado no discurso do jornalista, afastando ou aproximando a representação política do país em função do sucesso ou do insucesso desportivo.

⁴⁴ Carlos Pinhão referiria a 23.11.1983: «o acontecimento foi saudado (...), de norte a sul do País, com uma alegria e um sentimento sem paralelo, desde à muitas décadas, na vida e comportamento do povo. (...) Por muito que isso possa desagradar aos cultores dos “valores mais altos”. O Povo, que é quem demarca os limites em que se movem ou em que se fixam aqueles que ele próprio decidiu honrar e celebrar como tais, foi assim mesmo que lhes chamou: heróis!» (Coelho, 2001: 133).

Parte II – O projeto de investigação

2.1. Estado da Arte

O futebol, enquanto modalidade desportiva, revelou-se um fenómeno dotado de um cariz social e político que desde cedo conquistou uma grande notoriedade na vida coletiva dos portugueses. No entanto, o “nosso futebol”⁴⁵ não foi, até ao início do século XXI, alvo de investigação profunda sobre o fenómeno em si e a sua relação com a política.

A nível internacional, a investigação na área da representação partilhada do futebol, da política e dos valores nacionais, encontra-se mais desenvolvida, com vários trabalhos de referência⁴⁶. Porém, atualmente existem já alguns trabalhos que afloram com propriedade o tema. Alguns dos estudos mais recentes serviram também para trazer novos contributos sobre a instrumentalização do futebol ao serviço da política do Estado Novo.

Tem-se por aceite a existência de uma aproximação cíclica do futebol com a política, vindo já de longe, talvez desde sempre, a convocação do desporto pelo poder político para dar visibilidade a determinadas visões de homem e de mundo: «A superioridade revelada no campo desportivo era – e por vezes ainda é – um sinónimo de superioridade de uma civilização ou, ideia infame, de uma raça» (Garcia, 2009: 310). Perfilha-se também a ideia de que os estados-nação e os poderes políticos desencadearam políticas identitárias e sociais «instrumentalizando o futebol, construindo-o como uma questão nacional simbólica e como um fator de pacificação social» (Rodrigues e Neves, 2004: 173). Tais políticas têm sido desenvolvidas em países com regimes antagónicos, de comunistas a capitalistas que, «avassalados pelo ímpeto do domínio e da fama internacional, ainda que apoiados em políticas, processos e sistemas diferenciados, instrumentalizaram o desporto» (Carvalho, 2009: 93). Segundo Silva e Costa, é possível realizar «comparação entre a estrutura e o funcionamento destes dois fenómenos, o desporto e a política. As semelhanças entre eles são certamente profundamente surpreendentes» (Costa, 2009: 328).

No caso português têm surgido teses diferentes sobre a instrumentalização do futebol. Assim, enquanto alguns autores, particularmente da área do jornalismo (Sobral, 1996, e Malheiro, s.d.), afirmam que o regime se apropriou dos sucessos internacionais do futebol para

⁴⁵ Esta expressão é uma paráfrase do título do documentário da autoria do cineasta Ricardo Costa (1984), que ilustra um século de futebol em Portugal.

⁴⁶ Destacam-se, entre outras, as obras de Dunning (1971), Brohm (1976), Anderson (1983), Hargreaves (1986), Hobsbawm (1998), Guttmann (2002), Archetti (1994a e 1994b), Billig (1995), Wagg (1995), Mangan (1996), Crolley e Duke (1996), Beck (1999), Armstrong e Giulianotti (1999), Aja (2002), Brohm, Perelman, e Vassort (2004), Vassort (2005), Kuper (2006).

propagandear os ideais salazaristas, outros, como o historiador Ricardo Serrado, têm refutado essa tese ao defender que o futebol não foi, em Portugal, e ao contrário de outros regimes ditatoriais como o italiano ou alemão, controlado pelo regime estado-novista nem utilizado metódica e intensamente como instrumento de propaganda (Serrado, 2009 e 2012). Este autor refere que «apesar desta tentativa de possível utilização do jogo como meio de educação moral, continuamos convictos de que o futebol não foi instrumentalizado pelas autoridades» (Serrado, 2009: 85).

A aceitação tardia, por parte do governo, da profissionalização da modalidade, ocorrida apenas em 1960 – em muitos países o reconhecimento do carácter profissional da modalidade vinha desde a década de 1920 – demonstra, para Serrado, uma atitude contrária ao desenvolvimento do futebol e do seu aproveitamento (*idem, ibidem*: 157), onde o desporto espetáculo era visto com alguma desconfiança. Segundo o sociólogo Nuno Domingos, «em Portugal, a institucionalização do futebol foi lenta e longe do braço protetor do Estado» (Domingos, 2004: 31). O Estado Novo apoiou antes uma conceção do desporto não profissional, destacando no plano ideológico o valor formativo do amadorismo (Serrado, 2009: 63). Para o Estado Novo, a primazia seria assim dada à prática da ginástica, fomentada inclusive entre os trabalhadores, sob a perspetiva de que o desporto «serviria como forma de regulação social que precavesse conflitos laborais, (...) concorreria para tornar o trabalhador um fator de trabalho mais saudável e eficiente» (Domingos, 2004: 309). A valorização da ginástica não seria, no entanto, exclusiva do Estado Novo, pois ainda no início da década de 1940, o Partido Comunista Português (PCP) a considerava «um instrumento de educação física, de um exército de mão-de-obra ou de um exército de soldados» (Neves, 2009: 260).

Serrado reconhece, porém, uma episódica interferência do regime no futebol. Foi o caso da construção dos estádios públicos, alvo de politização, e dos estádios privados que foram, em parte, financiados pelo Estado Novo. Terá também cumprido um residual papel propagandístico, se bem que de forma não muito visível, de legitimação da nação e das colónias, em função da matriz europeia e africana do Benfica e da seleção nacional de futebol (Serrado, 2009: 194). No caso dos estádios, a sua construção agrega a arquitetura, a política e o desporto que, em conjunto, «são imbatíveis ao tornarem-se o garante simbólico da imortalidade humana. (...) Seguidos da sua divulgação mediática na História» (Baptista, 2009: 241).

Já o historiador Francisco Pinheiro considera que só a partir de 1957, após a introdução da televisão em Portugal, o regime procedeu de facto ao fomento do futebol, considerando, no entanto, que a instrumentalização foi comedida, particularmente se comparada com os casos

italiano e alemão na década de 1930. Vinca também o aproveitamento propagandístico das inaugurações dos estádios e, em períodos específicos, a instrumentalização da seleção nacional que serviu para, em momentos por vezes críticos, reforçar a identidade nacional. Defende ainda que, após o início da Guerra Colonial, em 1961, os bons resultados da seleção cumpriram um papel importante na expressão da singularidade colonial de Portugal (Pinheiro, 2012: 74-85).

Efetivamente, a aproximação entre o Estado português e o futebol torna-se mais visível na década de 1960. Segundo Pedro Serra, a inexistência de êxitos significativos dos futebolistas portugueses ao nível de seleções até finais dos anos 50 «não fornece ao Estado Novo material para capitalizar» ressaltando, no entanto, que em período posterior «a crescente presença de jogadores “ultramarininos” (...) na seleção de futebol virá de encontro à tese da multiracialidade e pluricontinentalidade de Portugal difundida pelo regime» (Serra, 2010: 411). Para este historiador, os «responsáveis políticos da ditadura, relativamente discretos no apoio à seleção, não deixarão de ver com agrado os sucessos de um conjunto (...) que espelha, aparentemente, a pluralidade de uma nação atacada no seu âmbito colonial» (*idem, ibidem*: 427). Desta forma, o futebol foi utilizado pela propaganda salazarista «como um factor de união perante uma comunidade internacional que, na sua generalidade, condenou a Guerra Colonial portuguesa» (Coelho e Pinheiro, 2002: 429).

Em 1963, num período de grande contestação universitária ao regime salazarista, o «futebol, a seleção e o Benfica (...) voltavam a ser os grandes aliados do Estado Novo» e, no ano seguinte, a «Guerra Colonial trazia consigo as primeiras baixas e Portugal ia-se distraíndo com as proezas do Sporting na Taça das Taças (...) e da sua equipa nacional» (Melo, 2004: 154). Neste decénio, a conquista de duas Taças dos Clubes Campeões Europeus pelo Benfica e a surpreendente presença da Seleção Nacional no Mundial de Inglaterra de 1966, serviram na perfeição «ao discurso profundamente nacionalista do Estado Novo» (Coelho e Pinheiro, 2002: 429).

No que diz respeito à vivência do Mundial de Futebol de 1966 pela população portuguesa, ela terá servido para que durante a competição se pudesse esquecer por momentos «a guerra colonial, o flagelo da imigração, a crise económica ou o atraso estrutural» (Pinheiro, 2009: 75). Neste contexto, o «governo fascista aproveitou para se colar ainda mais ao futebol num casamento forçado mas útil ao governo salazarista» (Coelho e Pinheiro, 2004: 144).

Entretanto, vários fatores como «a urbanização acelerada, em concomitância com a consolidação dos meios de comunicação de massa (...), e a consolidação do tempo livre, fruto

das conquistas do movimento operário», ajudaram a transformar a prática dos desportos em espetáculo de massas (Soares, 2009: 370). A massificação do desporto tornou-o apetecível para os regimes políticos da época, de tal modo que «na segunda metade do século XX, as *performances* nacionais soviéticas tornaram-se uma arma mundial de combate entre comunistas e anticomunistas» (Neves, 2009: 293)

O dinamismo próprio do futebol permitiu que este ganhasse estatuto de lazer referencial (potenciado pelos *media*), começando por tornar a modalidade central «no conjunto do campo desportivo português» (Kumar, 2004: 231). Se a rádio e, fundamentalmente, a televisão tiveram o mérito de tornar o fenómeno verdadeiramente universal, foi a imprensa escrita que se revelou como o principal veículo de divulgação inicial do futebol, ao conduzir o desporto à população, «antecedendo a entrada fulgurante de outros meios de comunicação social» (Domingos, 2004: 26).

O historiador José Neves defende a existência de uma relação entre futebol, nacionalismo e questões sociais como a política, e tal relação deriva, na sua opinião, do conceito de Benedict Anderson sobre a existência das nações como “comunidades imaginadas” emergindo cada nação como “A” interpretação mais fidedigna de imaginar comunidades (Neves, 2004a: 56). Neves encontra diversos exemplos a nível internacional da relação entre futebol e nacionalismo, contribuindo a história política e os *media* para uma visão dramática «relativamente à história do futebol profissional. (...) O que resulta deste privilegiar do tempo épico e dramático é a invisibilidade da relação entre futebol e nacionalismo nas suas dinâmicas de menor ebulição» (*idem, ibidem*: 59).

O sociólogo americano Michael Billig refere-se aos momentos de apropriação popular de símbolos nacionais – como as bandeiras nacionais presentes nos edifícios públicos –, como formas de “nacionalismo banal” (Billig, 1995). O futebol tem permitido, através do discurso dos seus agentes e da imprensa, reproduzir quotidianamente o “nacionalismo banal”. A seleção nacional de futebol acaba assim por se tornar um privilegiado instrumento de unidade nacional, pois uma equipa composta por um conjunto de onze pessoas permite representar e de alguma forma materializar uma comunidade de milhões de pessoas (Hobsbawm, 1998).

Segundo João Nuno Coelho, no caso português, os *media* têm adotado dois grandes discursos sobre a seleção nacional: a defesa da nação nos jogos internacionais e a homogeneização da identidade do “futebol português”, pelo que vincam o papel da seleção nacional de futebol como agente cristalizador da identidade da nação (Coelho, 2001: 89), numa relação de «90 minutos

do jogo de futebol com um tempo histórico da nação e da cultura nacional» (Neves, 2004b: 104). Um dos exemplos mais flagrantes da retórica da defesa de uma ideia de nação no âmbito do futebol durante o Estado Novo terá acontecido, como se verá, aquando participação portuguesa no Mundial de 1966, potenciado por uma imprensa que celebrava a grandeza da nação, utilizando um discurso de unidade em favor do «Grande Portugal» (Coelho, 2001: 124). Esta retórica fará também parte do discurso da imprensa, na década de 1960, que aproveitará os «sucessos das equipas portuguesas para se consolidar junto do público» (Coelho e Pinheiro, 2004: 431).

No entanto, para Neves, o nacionalismo nos *media* é resultado de «um modo de expressão, uma linguagem, mais do que um programa ideológico que estruture o discurso. Ele seria mais forma do que conteúdo, mais meio do que fim», o que obriga o investigador a definir «possível distinção entre um discurso nacionalista banal e um discurso nacionalista pragmático» (Neves, 2004a: 95). Porém, o «nacionalismo banal» não deverá ser alvo de «maior condescendência analítica» e a distinção entre o primeiro caso e o nacionalismo ideológico «não permite que se ignore a afinidade e a continuidade entre ambos» (*idem, ibidem*: 97). Tem sido também possível observar nos *media*, um discurso que funde o futebol e a política, onde a linguagem desportiva utiliza metáforas políticas e a linguagem política utiliza metáforas desportivas (Costa, 2009: 330).

2.2. Objetivos

Tendo como eixo temático a participação da seleção portuguesa de futebol no Campeonato do Mundo de Inglaterra ocorrido em 1966, e tendo em linha de conta uma abordagem com um enfoque multidisciplinar que terá, no entanto, o conhecimento histórico como componente essencial, são objetivos do projeto:

1. Estudar o modo como o Mundial de 1966 constituiu um momento central para a popularização do futebol e para a propaganda do Estado Novo;
2. Inventariar e dar a conhecer qual a cobertura jornalística do fenómeno “futebol” na imprensa – *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *A Bola*, *Record* e *Mundo Desportivo* – sobre a participação portuguesa no Mundial;
3. Verificar o modelo da cobertura jornalística do fenómeno-futebol no Estado Novo, em particular na sua fase final;
4. Aferir de que modo é retratado o futebol como fenómeno social e político na imprensa generalista e desportiva, nomeadamente no domínio da crónica e do texto de opinião;
5. Avaliar de que modo o futebol contribuiu para exaltar a ideia de Nação e a defesa do Império;
6. Analisar a utilização do futebol como instrumento e território político de resistência ao regime;
7. Examinar a interação entre os agentes diretos do futebol, os políticos, os *media* e o público em função dos seus interesses comuns;
8. Avaliar a ressonância da participação portuguesa no Mundial na imprensa colonial e internacional;
9. Projetar uma dimensão de comparabilidade epocal da seleção nacional de Portugal na relação com os casos espanhol e brasileiro.

2.3. Descrição detalhada

Este projeto de tese tem como eixo a relação existente entre o futebol, a política e os *media*. Pretende desenvolver o conhecimento no que diz respeito à representação do futebol em Portugal e a dimensão do seu aproveitamento político pelo Estado Novo no seu período final, estudando, em especial, o caso da participação da seleção portuguesa no Mundial de Futebol de Inglaterra de 1966, enquanto momento difusor de exaltação da Nação e de unidade colonial, através dos *media*, nomeadamente pelo tratamento da informação relativa à imprensa escrita nacional.

O futebol, tal como o desporto em geral, revela-se um fenómeno social que envolve a adesão de massas e tem um espaço próprio de análise à escala planetária. O desporto e, no caso português, o futebol em particular, tem constituído uma atividade agregadora de multidões, ao revelar uma dinâmica própria e ao criar uma sinergia, talvez, única no nosso país. Assim, ele representará em si mesmo, um importante tubo de ensaio, podendo ser objeto de sustentada análise histórica a nível político, económico, social e cultural do país.

De facto, quando nos debruçamos sobre o futebol ou o desporto português examinamos simultaneamente uma parte do Portugal contemporâneo e da sua história, uma vez que o seu estudo possibilita um enquadramento particular dentro da história geral do país. A seguinte passagem ilustra esta aproximação:

«A história do desporto envolve-se com o processo de estratificação social, com a transformação do território e da paisagem, com as dinâmicas da cultura popular e da cultura de massas e com o desenvolvimento dos *media*. O desporto é elemento central nos lazeres urbanos, reifica relações entre classes e géneros – mas em alguns casos também as desafia –, acompanhou a expansão imperial portuguesa e o fenómeno migratório, bem como a morfologia política, inserindo-se na dinâmica do Estado moderno, imaginando a comunidade nacional, motivando disputas ideológicas.» (Neves e Domingos, 2011: 9-10).

Tendo como certo o axioma de que tudo é política, terá de ser considerada normal a politização do futebol. Desta forma, se a atividade do futebol estiver enquadrada num quadro competitivo de sucesso de jogos internacionais com equipas e/ou seleções representantes de nações, a sua utilização pública por parte dos Estados e dos regimes associados a esse êxito tornar-se-á uma oportunidade natural e recorrentemente aproveitada.

Devemos ter também em consideração que o desporto foi apropriado, desde logo, pelos seus agentes diretos, mas igualmente por variados poderes, pelo público e pelos *media*, «constituindo-se também como um espaço de autonomias, onde se desenvolveram técnicas e

estéticas, não apartadas da sociedade envolvente, mas capazes de criar a sua linguagem». Assim, se o desporto refletiu processos que lhe eram externos, «também é verdade que as suas dinâmicas autónomas se refletiram em muitos destes processos» (*idem, ibidem*: 10).

No entanto, embora fosse expectável o aproveitamento político do futebol por parte do Estado Novo e tais considerações tenham germinado, mesmo na área académica, a associação do “F” de Futebol aos “éfes” de Fado e Fátima, em alusões mais recentes, alguns historiadores do tema rompem com a unanimidade, se não científica, pelo menos popular, existente até aqui a esse respeito. No entanto, «embora nenhum trabalho histórico tenha provado cabalmente a existência de um plano instrumentalizador» tal «não significa a inexistência de inúmeras formas de instrumentalização» (Domingos e Tiesler, 2012: 17). Efetivamente, o desporto, como o futebol, «é uma instituição social passível de diferentes apropriações por homens (...), instituições, indústrias e políticas. Se a cultura deve ser entendida como um espaço contestado (...) também o desporto deve ser entendido como um espaço contestado» (Soares, 2009: 385).

Por outro lado, a própria comunicação social tem, no desporto moderno e particularmente no futebol, a faculdade de ampliar o crescimento exponencial que o fenómeno futebolístico ocupa nas sociedades contemporâneas desde o seu aparecimento em Inglaterra, em 1883. No entanto, também o contrário é verdadeiro, uma vez que o futebol acaba por acompanhar a expansão das formas de comunicação social de massas.

Para o estudo do futebol em Portugal, os *media* podem dar um grande contributo, pois são eles que amplificam o fenómeno futebolístico. A imprensa em particular, seja a generalista ou a desportiva, tem um manancial de informação alargado que permite o estudo do futebol, de forma sistematizada, desde o seu aparecimento.

No caso concreto, a imprensa acaba por verter nas suas páginas de acompanhamento informativo do futebol, ainda que, muitas vezes de forma incipiente, determinada “ideia” da nação e da identidade dos seus membros (Coelho, 2001). Assim, e de uma forma eventualmente inconsciente, a imprensa modela diária e eficazmente a deificação da nação, ou segundo a já referida expressão de Billig, o “nacionalismo banal”.

A análise histórica da relação entre o futebol e a política em Portugal foi durante muito tempo tida, para os historiadores, sociólogos, antropólogos e outros investigadores sociais, como um objeto de estudo “filho de um deus menor” e sem grande expressão nas ciências sociais. No campo académico e científico, a investigação do fenómeno desportivo «está para além, ou talvez abaixo, de uma determinada seriedade disciplinar (Sands, 2002: 7). O desporto tem sido

entendido como uma forma inconsequente de espetáculo e entretenimento, aparentemente em divergência com os discursos políticos e sociais mais amplos, e secundário em relação aos mesmos (McGarry, 2010: 151)» (Domingos e Tiesler, 2012: 14). Apesar da significativa relevância que desperta na sociedade portuguesa, as ciências sociais têm rotulado o desporto como acessório em comparação com inquietações supostamente «mais “relevantes em termos sociais”, associadas aos aspetos mais “sérios” da vida, como a política ou a economia. Observando a história (...), tais desvalorizações são ao mesmo tempo surpreendentes e lamentáveis» considerando-se «a quase universalidade do desporto enquanto indicador de mudança cultural, a sua presença ubíqua na vida quotidiana e o seu papel central nas negociações identitárias (McGarry, 2010: 151-153)» (*idem, ibidem*: 14).

Autores como José Neves e Nuno Domingos insistiram recentemente nesta mesma ideia, afirmando que «o desporto continua a ocupar um lugar inferior numa hierarquia de temas e assuntos a tratar pelas ciências sociais», considerando, no entanto que, «a sua importância quotidiana, à vista de qualquer iniciado, seria o bastante para justificar uma situação diferente» (Neves e Domingos, 2011: 11).

Também Ricardo Serrado comunga da mesma opinião, constatando que o futebol «é negligenciado pelas ciências sociais enquanto objeto de estudo e fenómeno social e cultural de relevância na sociedade portuguesa», sendo ainda mais incisivo ao afirmar que a «historiografia nada tem trabalhado nesta temática» (Serrado, 2012: 23). No entanto, nos últimos anos tal realidade tem vindo lentamente a alterar-se com a produção, ainda reduzida, de conhecimento científico sobre o desporto e o futebol e a sua relação com a política, pelo qual os autores atrás citados são, entre outros, também responsáveis.

Em Portugal, o período que se considera mais objetivamente neste trabalho de projeto – a fase final do Estado Novo –, tem como realidade política um regime ditatorial e repressivo no qual a defesa dos valores da Nação e de Império desenvolveram um papel constitutivo central. Neste contexto, o objeto particular em estudo – a participação da seleção portuguesa de futebol no Mundial de 1966 –, teria potencial, através dos seus sucessos desportivos, para consciente ou inconscientemente contribuir para uma ideia de Nação associada à defesa da integridade colonial tão cara ao regime político vigente em Portugal. Tal aproveitamento seria benéfico para o Estado Novo, especialmente se considerarmos que o Estado Novo sofreu, no seu período final, uma contestação mais sistemática depois da candidatura oposicionista de Humberto Delgado à Presidência da República em 1958. A contestação viria a agravar-se após o início da Guerra Colonial em 1961 e tornou-se também visível em episódios como as revoltas estudantis

de 1962 e 1969 – esta última amplificada através do futebol –, ou como a substituição, em 1968, de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho em favor de Marcelo Caetano.

Segundo Domingos, e no que respeita ao aproveitamento político do futebol na sua vertente colonial, está ainda por averiguar com profundidade como o Estado Novo procurou «explorar, num quadro ideológico progressivamente influenciado por uma concepção lusotropicalista do Império, a notoriedade de alguns jogadores africanos no contexto de clubes e competições metropolitanas e também de seleções nacionais» (Domingos, 2011, vol. 2: 71).

No que respeita ao futebol, este alcançará a ambicionada profissionalização, devidamente regulamentada, em 1960, o que contribuirá, em parte, para os posteriores êxitos internacionais de clubes e de seleções: a seleção nacional de juniores sagra-se, em 1961, campeã europeia, tendo o campeonato decorrido em Portugal (já antes, em 1958, a seleção militar tinha conquistado, em Lisboa, o Torneio Internacional Militar de Futebol); em 1961 e 1962, o Benfica vence a Taça dos Clubes Campeões Europeus e atinge nos anos 60 mais três finais; em 1964, o Sporting conquista a Taça dos Vencedores das Taças; em 1966, a seleção portuguesa alcança o terceiro lugar no Mundial de Inglaterra; em 1972, a mesma seleção qualifica-se em segundo lugar no Torneio da Independência, ou Minicopa, do Brasil. Relativamente à comunicação social, manter-se-á o acompanhamento do fenómeno desportivo através da imprensa e da rádio – através dos seus populares e vibrantes relatos radiofónicos –, mas destaca-se o aparecimento da televisão no ano de 1957, com emissões regulares em 1956, através da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) que ampliará, na década seguinte, a popularização do futebol em Portugal.

Efetivamente, a comunicação social terá uma grande influência no desenvolvimento do futebol e na sua aproximação à política. O século XX foi sobretudo caracterizado por uma vida social que se alimentava crescentemente de informação. O que justificava que essa mesma informação fosse cada vez mais adaptada de modo a atrair a atenção dos públicos. As pessoas formam as suas impressões sobre o mundo a partir dos órgãos de informação. E sabe-se também, através de novos estudos, que a aquisição do conhecimento é contínua e cumulativa, já que as pessoas apreendem nova informação a partir da perspectiva da informação previamente armazenada. Ora, estes estudos refutam o que durante algum tempo se pensou: que os efeitos dos *media* têm um impacto mínimo sobre os cidadãos, concluiu Doris Graber (2004: 545-571).

Pelo contrário, o público poderá até adotar as interpretações dos jornalistas nas situações em que a informação não lhe é familiar. O que transforma os *media* numa influência poderosa sobre a opinião pública. A corroborar esta posição está o fenómeno de «ativação» referido por Doris

Graber (2004). Este consiste num efeito mediático particularmente interessante porque confirma que as pessoas absorvem a informação contida nas notícias e usam-na para orientar o pensamento subsequente. Este efeito também confirma que, para poupar tempo e esforço, as pessoas consomem a informação e, se porventura considerarem poder formar já a sua opinião, deixam de procurar.

Outros estudos referidos nos ensaios de Graber mostram que os efeitos de ativação diferem mediante o grau de informação, de interesse ou de conhecimento que têm os consumidores das notícias:

«os membros da audiência considerados conhecedores, que têm firmes e bem fundadas opiniões, são menos suscetíveis à ativação mediática do que outros que pouco sabem dos assuntos que dominam as notícias (Fiske e Taylor, 1991; Krosnick e Kinder, 1990; Lodge e Stroh, 1993; Price e Tewksbury, 1997). Outras contingências podem alterar isto. Por exemplo, os consumidores normalmente resistentes a ativação podem ceder, se confiarem que aquele meio de comunicação fornece informação exata, não tendenciosa, e inferirem da cobertura massiva de um assunto que ele é, de facto, importante nos seus juízos (Eagly e Chaiken, 1993; Miller e Krosnick, 2000)» (Graber, 2004: 548-549).

A representação do mundo, seja ela concernente ao desporto, à sociedade, à vida política, ou a qualquer outra, está intimamente ligada à perceção fornecida pelos *media*. Por este motivo, o projeto procurará captar, no seu *corpus* de análise, a cobertura jornalística do fenómeno “futebol” na imprensa portuguesa (*Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *A Bola*, *Record e Mundo Desportivo*), sobre a participação portuguesa no Campeonato do Mundo de Futebol de 1966, como forma de captação das matérias e suas abordagens que eram levadas aos públicos.

A escolha dos periódicos procurou obedecer a uma amostragem diversa relativamente ao enquadramento político dos jornais de âmbito generalista, desde o jornal oficial do regime (*Diário da Manhã*), ao jornal oficioso (*Diário de Notícias*), até a um jornal, dentro do possível, não-alinhado com o Estado Novo (*Diário de Lisboa*), incluindo, como não poderia deixar de ser, periódicos de cariz eminentemente desportivo, tendo a escolha recaído em três das referências, no período em análise, em Portugal (*A Bola*, *Record e Mundo Desportivo*). Este *corpus* merecerá o tratamento recomendado nos estudos dos *media*, sobretudo as recomendações de Isabel Ferin Cunha (2012), permitindo-nos apurar alguns dados essenciais dos jornais analisados.

Desta forma, a conjugação de um regime centrado na exaltação da Nação e do Império, uma seleção nacional com triunfos internacionais e uma comunicação social reprodutora desses mesmos êxitos, terão concorrido para um “nacionalismo banal” que aprovaria ao Estado Novo.

Serão esses sucessos desportivos, ampliados pela comunicação social, que darão ao Estado Novo um putativo motivo para o aproveitamento do fenómeno futebol, que se pretende abordar. Deseja-se também, através da investigação, contribuir para leitura da possível instrumentalização do futebol durante a fase final do Estado Novo, o que não é, na atualidade, tida como como uma verdade histórica absoluta.

2.4. Tarefas

- 1ª Fase: Servirá de contextualização prévia, de análise, de delimitação e de reconhecimento do tema. Esse período será também preenchido com a recolha, seleção, e revisão de fontes e bibliografia coeva, atualizada, geral e específica, na análise e consideração da imprensa já referida e elencada, na visualização e escolha de imagens contextualizadoras e/ou ilustrativas (fotográficas e vídeo), na ponderação do acervo documental disponível no ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), na FPF (Federação Portuguesa de Futebol), no SNI (Secretariado Nacional de Informação), no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Arquivos áudio e vídeo, bibliotecas, hemerotecas, em Legislação Portuguesa pertinente e na realização e tratamento das entrevistas;

- 2ª Fase: As tarefas de recolha, seleção, e revisão de fontes e bibliografia deverão estender-se até à segunda fase da investigação, tendo por certo que, ao longo deste tempo serão integrados e trabalhados todos os elementos informativos que forem surgindo num trabalho de recolha e pesquisa que, como se sabe, pode sempre analisar e integrar novos e pertinentes dados e informações que surjam no decorrer da investigação académica. Iniciar-se-á ainda, nesta fase, a análise, interpretação e tratamento documental que se tornarão objetivos principais na terceira fase;

- 3ª Fase: Terá como objetivo principal a análise, interpretação e tratamento documental, onde se pretende também ir construindo a estrutura da redação do trabalho a partir da confrontação das visões veiculadas pelos *media*, pelas obras, autores e opiniões analisados e, nessa confrontação, pretende-se consolidar a apropriação e a depuração da informação recolhida;

- 4ª Fase: Ponderadas, depuradas e analisadas as primeiras conclusões desta investigação, proceder-se-á à redação inicial do projeto;

- 5ª Fase: Momento reservado para a redação final, revisão e entrega do projeto.

2.5. Cronograma

Este cronograma reporta-se a um estudo concebido para ser desenvolvido num período de seis semestres. Esta opção justifica-se pelo facto de este trabalho de projeto se propor a, ulteriormente, ser desenvolvido em provas académicas de maio fôlego.

Cronograma	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Contextualização prévia e revisão do projeto						
Recolha de fontes e bibliografia, e revisão bibliográfica						
Análise sistemática das fontes, leitura crítica da bibliografia e interpretação documental						
Primeira redação da dissertação						
Redação final, revisão e entrega						

Conclusão

Se em Portugal a ideia de que o “desporto pertence aos desportistas” não parece ser aquela que se construiu ao longo do tempo como uma máxima do regime, segundo Pinheiro, o Estado Novo seguiu-a e apenas em momentos específicos «usou o Futebol com fins propagandísticos, até porque os ideólogos do Regime lidavam mal com a popularidade da modalidade» (Pinheiro, 2012: 81).

Para Serrado, não é perceptível uma forte ligação entre o futebol e o Estado Novo. A sua existência pressuporia um acompanhamento e enquadramento mais sistemático do regime, com uma aposta mais precoce na profissionalização – apenas aceite em 1960 –, garantindo-lhe condições para competir, sem desvantagem, a nível internacional (boa parte dos países europeus alguns sul-americanos já praticavam o profissionalismo desde as décadas de 1920 e de 1930). Pelo contrário, o Estado Novo demonstrará um comportamento oposto, primeiro de indiferença e depois de obstrução ao desenvolvimento profissional da modalidade. Não pretendeu, assim, enquadrar o futebol como espetáculo que alienasse as massas da realidade política. Em meados da década de 1950, a avaliação do futebol, pelo regime, ia desde a desconfiança e repugnância pela modalidade até à aceitação de algumas das suas virtudes. (Serrado, 2009: 157-158).

Este pensamento é visível, nas intervenções da Assembleia Nacional, em 1953. Casal-Ribeiro, por exemplo, ataca ferozmente um desporto que, em seu entender, perdeu o amparo da religião, tornando-se «ateu...o espírito cavalheiresco, a dignidade humana, a elegância moral, a função educativa são sacrificados (...) à predominância do animal sobre o humano (...). Cai-se (...) no culto furioso do corpo, em detrimento da inteligência e da alma, com todas as devastações morais e sociais que consigo arrasta. E assim, o desporto (...) torna-se um covão da civilização... torna-se batalha, espectáculo, comércio» (in *idem, ibidem*: 159).

Já Délio Santos reconhece, apesar das desvantagens, alguns benefícios do futebol, pois este afasta: «os jovens das antigas e tradicionais tabernas para os largos e arejados estádios, ou canaliza manifestações colectivas de certos instintos ... Ele apresenta, porém, alguns inconvenientes, nomeadamente o de abafar quase por completo os tímidos esforços que então se faziam para desenvolver a educação física racional entre a população portuguesa» (in *idem, ibidem*: 159).

Também Santos Cunha aceita que seja concedido ao futebol algum interesse devido aos seus resultados «na cultura física e na formação espiritual das gentes, pelas suas repercussões de ordem económica, pelos aspectos turísticos das suas mais destacadas competições, etc., não

pode nem deve o futebol viver entregue a si próprio, desconhecido e desprezado...» desde que o futebol fosse devidamente enquadrada por uma «disciplina superior», pois o «observador mais desprevenido, dar-se-á imediatamente conta da desordem e indisciplina que nele reinam» (in *idem, ibidem*: 161).

Estas afirmações fazem transparecer, por um lado, a ideia da diabolização do futebol profissional, pela ausência de uma grande componente didática e, por outro, do paulatino reconhecimento que alguns elementos do regime concediam ao futebol, nomeadamente como veículo educador e civilizador.

É de destacar também a opinião do deputado Casal-Ribeiro e, ao mesmo tempo, agente desportivo, transmitida em 1967, em que atribui os méritos da boa participação portuguesa em Inglaterra mais a fatores como a sorte do que a um qualquer planeamento bem conseguido: «não nos deixemos embalar pela química que constituiu a nossa classificação no Campeonato Mundial de Futebol (...), o indiscutível sucesso obtido pela nossa equipa deve-se a uma série de circunstâncias que não se repetirão facilmente porque a sorte grande raramente sai mais do que uma vez à mesma pessoa ou entidade» (in *idem, ibidem*: 166).

O mesmo deputado continua a sua intervenção com um tom bastante crítico pelo ostracismo a que o desporto é vetado pelo poder político:

«os clubes desportivos vivem uma situação financeira angustiosa (...) assiste-se à ruína, mais ou menos dourada, mais ou menos camuflada, dos verdadeiros baluartes do pouco que vale, no plano internacional, o desporto português! (...) é ridículo, senhor presidente, ver um atleta envergando as cores nacionais ficar no fim das classificações, procurando normalmente atenuar-se com desculpas absurdas o desaire quando, na maior parte dos casos, é ao abandono oficial que devemos a sua deficiente preparação, base quase sempre de humilhantes lugares nas respectivas provas realizadas» (in *idem, ibidem*: 167).

Casal-Ribeiro acabará a sua exposição a reclamar uma regulamentação vantajosa para o desporto, ao referir que «é indispensável que se estabeleça uma legislação que sirva o interesse de todos e, acima de tudo, salvguarde o interesse e o prestígio do desporto nacional, o mesmo é dizer de Portugal» (in *idem, ibidem*: 167).

Também nas palavras proferidas, em 1963 (já depois da aceitação do profissionalismo), por Armando Rocha, na sua tomada de posse como Diretor da DGEFDSE, transparece a defesa intransigente do amadorismo: «Não contesto que as equipas de profissionais nos têm brindado com excelentes exibições. Não contesto que muitos dos triunfos internacionais que ultimamente nos alegraram são fruto desse esforço (...). O que contesto – e isso faço-o com força – é que esteja aí a essência do desporto» (in Carvalho, 2009: 96).

São declarações como estas que levam Serrado (2009: 168) a afirmar que «o futebol não foi de todo, manipulado, tendo, inclusive, de se arrastar em condições insuficientes e desajustadas, com apoios mínimos do Estado» contrariando assim teses que afirmam o contrário.

Esta linha de pensamento parece querer contrariar a ideia de que o futebol foi estimulado pelo Estado Novo como o “ópio do povo”, em que «O Futebol é o ópio que permite aceitar o trabalho árduo em troca de um salário de miséria e permite suportar a dor de apenas ter dinheiro para comer» (Leiblang, in Pinheiro, 2012: 80).

Serrado conclui, desta forma, que o futebol não foi um dos “efes” germinados pelo regime salazarista (da trilogia Futebol, Fado e Fátima) e se obteve um grande impacto social, tal ficou a dever-se à democraticidade da sua prática e ao genuíno envolvimento popular, seduzido pelo espetáculo e excitação da modalidade. A emergência do futebol em Portugal terá, assim, ficado mais a dever-se ao apoio popular do que a estímulos do regime que primou, na generalidade, pelo apartamento em relação ao futebol, e ao futebol profissional em particular. As próprias palavras do ministro da Educação, Leite Pinto, proferidas em 1956, salientam a ideia da desconsideração do Estado Novo pela modalidade, pois «os desportos sociais tendem para se transformar em paixões. É preciso que todos os responsáveis pela orientação do futebol evitem esta degradação» (in Serrado, 2009: 169).

Para Kumar foi «no momento em que o carácter competitivo e profissional se tornou uma realidade é que o regime procurou explorar a dimensão espectacular do jogo de modo mais intensivo», ou seja, o desenvolvimento do futebol em Portugal foi, no geral, autónomo «em relação ao poder político, que pouco fez para desenvolver a sua prática», pelo que a «estabilização das competições e a profissionalização dos praticantes é, essencialmente, o resultado do interesse popular e do apoio da imprensa na divulgação e organização da modalidade» (Kumar, 2004: 238).

Por outro lado, Pinheiro afirma que o Estado Novo, apenas se apercebeu da capacidade do futebol de analgizar a sociedade «depois do efeito já existir, e não antes. (...). Só com a chegada da televisão em 1957 é que o Regime teve a possibilidade de incrementar sistematicamente a “futebolite” nacional», pelo que o «efeito “narcotizante” está mais relacionado com as próprias dinâmicas (internas e externas) do Futebol do que com regimes políticos vigentes - a sua utilização como “opiáceo social” não foi um exclusivo da ditadura, mas sim de todos os regimes políticos que existiram em Portugal». Quanto à “fascização” do futebol pelo Estado Novo, esta

foi moderada, podendo-se considerar insípida quando comparada com os exemplos italiano ou alemão dos anos 1930» (Pinheiro, 2012: 80).

Se a opinião comumente aceita é que o futebol foi efetivamente usado para veicular os valores do Estado Novo, bem como para ocupação das massas, para Serrado «o futebol, apesar de privilegiado veículo de propaganda, não foi utilizado de uma forma consciente pelo Estado Novo, assim como os estádios, em rigor, não o foram. Também não foi usado para entreter, (...) o futebol enquanto espetáculo era um desporto condenável pela ideologia salazarista» (Serrado, 2009: 191).

É revelador, para Serrado, o facto de a profissionalização do futebol em Portugal ter surgido apenas em 1960, num conflito entre tradição e modernidade. A profissionalização feria a ideologia salazarista de um desporto amador e «não cabia nas concepções desportivo-didáticas do Regime. O futebol era uma modalidade que, ao ser profissionalizada, era capaz e subverter a moral cívica, de corromper as mentes, de excitar as massas» (*idem, ibidem*: 192). Assim, o futebol terá sido alforriado do amadorismo apenas em 1960 (o amadorismo no desporto estava consagrado desde 1942), e a sua “libertação” seria fruto da crescente popularidade do futebol e da sua própria evolução.

No que diz respeito ao hipotético aproveitamento político dos bons resultados internacionais do futebol português na década de 1960, Pinheiro afirma que a «Guerra Colonial, que se iniciara em 1961, faria com que os sucessos do Benfica, e depois do Sporting e da seleção nacional, se tornassem ainda mais oportunos para o Regime, na defesa acérrima da “especificidade” do colonialismo português e na ideia de “unidade da nação” de Lisboa a Timor» (Pinheiro, 2012: 74).

No entanto, as vitórias internacionais do futebol português terão ficado a dever-se à competência e habilidade dos intervenientes e a um período em que «vingava o profissionalismo nas equipas da principal competição nacional, o que nos permitia tão invejáveis proezas internacionais» (Carvalho, 2009: 92) e, não tanto, devido a uma intervenção concreta do governo. Todavia, as vitórias internacionais de clubes e da seleção no Mundial de 1966 permitiram retocar «a sua pobre imagem no estrangeiro, consolidando também a ideia de “unidade nacional”, mas o sucesso desportivo tem sempre esse efeito, independentemente do regime político. O regime instrumentalizou a seleção, bem como os clubes, só em determinados momentos, principalmente para reforçar as relações internacionais, especialmente a “amizade peninsular” e a “velha aliança” luso-britânica» (Pinheiro, 2012: 81).

Segundo Domingos, o «Estado Novo beneficiou da projeção mediática e internacional da cultura popular desportiva para reforçar uma retórica imperial lusotropicalista», apesar de ainda estar por avaliar em profundidade como o regime explorou a «notoriedade de alguns jogadores africanos» e reconhecendo que sem mais estudos sobre o desporto colonial ainda não é possível concluir «se nos encontramos na presença de um projeto de manipulação organizado ou se apenas ocorrem estratégias pontuais descentralizadas (domingos, 2011, vol. 2: 71).

Já Serrado não reconhece, nos sucessos do Benfica, de Eusébio e da seleção nacional, grande intensidade de politização do futebol. Esta terá antes sido utilizada para «legitimar uma nação que se queria imperialista, mas não foi motivo de enaltecimento da “raça” ou do chefe. Se foi motivo para engrandecimento da nação isso parece-nos perfeitamente natural», defendendo também que a seleção não foi «engrandecida e exaltada pelas características intrínsecas da “raça portuguesa” (do génio e das apetências morfológicas dos mesmos), mas sim daqueles portugueses específicos que tomaram parte do feito, e do seu esforço, humildade e dedicação» (Serrado, 2009: 193). Para este autor, o futebol não foi, ao contrário do genericamente defendido, alvo de intensa instrumentalização, apesar da existência pontual de intromissão do regime no futebol (como na construção dos estádios públicos – politizados, e particulares – subsidiados). A ter cumprido um papel de veículo de propaganda ao Estado Novo, esse ter-se-á circunscrito, e de uma forma não muito clara, à legitimação das colónias, representada pela conjugação de um esforço de grupo composto por “brancos e negros” nas equipas do Benfica e da seleção nacional. Assim, «é neste ponto (talvez o único de forma clara) que podemos encontrar uma maior interferência do poder político no futebol» (*idem, ibidem*: 194).

No entanto, as inaugurações dos grandes estádios em Portugal integrarão a «retórica da “espectacularização”» (Pinheiro, 2012: 81). A construção de dois grandes estádios públicos e o apoio à construção de estádios privados serão, desta forma, exceções a uma política que se revelou desfavorável ao futebol. As críticas dos agentes do futebol perante a ausência de um enquadramento profissional da modalidade nas décadas de 1940 e 1950, e perante a inoperância da DGEFDSE, a elevada carga fiscal da modalidade, bem como a obrigatoriedade de todos os clubes serem obrigados a promover a oferta da modalidade de ginástica (encarecendo os custos globais dos clubes), encontram-se entre as políticas adversas para o futebol (Serrado, 2009: 195).

Se parece antever-se que a própria dinâmica do futebol terá contribuído decisivamente para que o jogo se tenha transformado num lazer prioritário, também os *media* tiveram um papel fundamental na sua divulgação, através da imprensa escrita, rádio e televisão. Se o último meio

de comunicação se revelaria decisivo, o primeiro esteve também na gênese de aproximação das massas à modalidade. E, dentro da imprensa, ganhou particular destaque no acompanhamento do futebol, a fundação do jornal *A Bola*, em 1945 (Domingos, 2004: 31).

Existe em *A Bola* um metadiscurso de unidade do “ser português”, do seu temperamento, da sua tipicidade que agrega todos os portugueses, de que são exemplo a «criatividade», a «intuição», a «inconstância» (superação no difícil e ansiedade no fácil), a «improvisação», a «falta de rigor», a «falta de seriedade competitiva», «de organização» e de «trabalho» (Coelho, 2001: 140). Este tipo de discurso tende a transformar-se, segundo Boaventura Sousa Santos, numa mitificação, pois «As práticas sociais têm sempre uma dimensão simbólica. À força de repetição e inculcação, os mitos sobre a sociedade portuguesa são parte da nossa realidade social e como tal devem ser analisados» (Santos, in *idem, ibidem*: 137).

A unidade nacional imaginada enquadra a diferenciação internacional (de países sob a forma de nações) e intranacional (unindo e aproximando o país-nação), pelo que «a imaginação da nação (...) é uma imagem unificadora, uma imagem que reduz a lógica do jogo e da vida, a confusão, a uma lógica nacional» (Neves, 2004b: 133

No processo de «estereotipificação nacional» são usadas metáforas de oposição: «nós» e «eles», de oposição. São narrativas de orientação «etnocentrista» e «europocêntrica», «com a inferiorização do não-europeu ou não-ocidental, e do periférico». Construção ideológica baseada numa realidade de nações, com «categorizações reificadas e essencialistas», em que a questão da raça tem um papel importante. (Coelho, 2001:143).

Neste sentido, o patriotismo aparece como «forma de identificação e diferenciação racial». Nos *media* em geral, «a pertença portuguesa ou latina é considerada como “raça” ou “jeito rácico”, muitas vezes opostos a outras raças e jeitos rácicos. Ainda hoje a noção de raça está profundamente ligada à concepção da nacionalidade e da identidade nacional, ao privilegiar-se “os laços de sangue” e os traços físicos como definidores de pertenças identitárias» (*idem, ibidem*: 143).

A ideia de raça está, assim, presente nas narrativas da imprensa, as quais incluem «retóricas de diferença e de caracterização física e mental» e «a diversidade de culturas e identidades no futebol reduz-se (...) a categorias a partir de traços físicos da população: asiáticos, africanos, etc, e a formas de estereotipificação dos povos baseadas em características psicológicas e em mitos históricos.» (*idem, ibidem*: 144).

Através da análise discursiva do jornal *A Bola*, Coelho conclui que a «dignidade, a honra, o prestígio, por um lado, o trabalho de equipa, a abnegação e a capacidade de luta, por outro, são “qualidades” que surgem sempre associadas à ideia de nação no futebol. De uma forma geral, os valores que são considerados importantes na ligação futebol-nação são aqueles que constituem o quadro de valores dominantes numa sociedade» (*idem, ibidem*: 114). Este autor destaca ainda a constância da linguagem militar presente na imprensa desportiva e produz uma analogia, pela sua parecença, entre uma responsável representação nacional do desporto (as regras patrióticas associadas ao desporto) e os valores das instituições militares, numa cultura em que a masculinidade é central. Assistimos, deste modo, a uma consolidação do nacionalismo, no desporto, por homens, em «que a “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (1983) apenas imagina (e é imaginada) por homens» (*idem, ibidem*: 116).

Assim, aceitando que os valores nacionais se sustentam através de «um processo histórico dominado pela ação incansável de homens – jornalistas, soldados, generais, políticos, escritores, poetas, burocratas –, tentando realizar o destino da comunhão fraternal» (Archetti, in *idem, ibidem*: 116), torna-se compreensível o paralelismo entre os valores do desporto e os valores militares.

Neste contexto, «Billig lembra que também são os homens que têm de responder ao desafio final do Estado-nação: a guerra», o que leva a perguntar se poderá ser «essa uma forma ideológica, “banal”, de preparação para essa eventualidade?» (*idem, ibidem*: 116).

O desporto incorpora, neste sentido, uma evocação inofensiva da guerra, em que as «páginas desportivas são, adoptando uma frase de Barthes, textos de prazer. Dia após dia, milhões de homens procuram o seu prazer nessas páginas admirando o heroísmo na causa nacional, desfrutando de uma prosa que intertextualmente evoca a guerra» (Billig, in *idem, ibidem*: 116).

Em jeito conclusivo, Coelho defende que a análise da relação entre o futebol e a identidade nacional permite examinar os valores exacerbadores do patriotismo, «também porque a ideologia do nacionalismo (nomeadamente, sob a forma de nacionalismo banal), procura conceptualizar o social (e o económico, o político, o cultural...) em termos de laços naturais e essenciais e, em consequência, impõe laços morais com a nação» (*idem, ibidem*: 117).

Desde o nascimento que vão sendo inculcados os símbolos nacionais e o respeito pelo qual são devedores, onde emerge uma exaltação nacional que pressupõe deveres e preceitos altruístas, pois «as ideias de sacrifício, combatividade e solidariedade estão sempre presentes quando se fala da nação e da nacionalidade. Um jogo de futebol permite cumprir o principal

papel do nacionalismo banal: afirmar e celebrar a diferença de valores e características nacionais e, se possível, a sua superioridade. (...) o futebol é construído discursivamente como uma “guerra por outros meios”, entre homens e entre nações» (*idem, ibidem*: 118).

No entanto, se o “nacionalismo banal” reverberado nos *media* não obedece necessariamente a uma matriz político/ideológica, também a complexidade da sua análise «não se resolve associando, simplesmente, em esquema teórico, o “nacionalismo banal” ao discurso da imprensa e o nacionalismo programático ao discurso de um político» (Neves, 2004a: 96).

Por fim, em face do exposto, e na lógica de um trabalho de projeto, importa ainda apontar algumas pistas de investigação que este projeto abre.

A partir da recolha inicial efetuada, e tendo como centro temático a participação da seleção portuguesa de futebol no Campeonato do Mundo de Inglaterra, em 1966, pretende-se, no processo de materialização do projeto aqui apresentado, levantar e abrir linhas de investigação que permitam proceder ao levantamento de dados e ao cotejo de fontes sobre o tema em análise, com o objetivo de enquadrar questões que apontem no sentido de compreender existência de uma influência recíproca entre futebol e política. Pretende esta investigação indicar e expor vetores de averiguação e delimitar os campos que o podem enquadrar, nomeadamente no que se refere a apurar a aproximação do regime ao futebol, o seu alcance, as suas condicionantes e o contributo do Mundial de 1966 para a projeção e disseminação de valores políticos do Estado Novo. Igualmente se considera muito oportuno examinar a interação entre os agentes diretos do futebol, os políticos, os *media* e o público, em função dos seus interesses comuns.

Na persecução das pistas enunciadas e a partir da recolha inicial já elencada, poderão ser desenvolvidas e tratadas linhas de investigação – e o trabalho de projeto assim o ambiciona na sua futura concretização – que permitam aprofundar o conhecimento sobre o Mundial de 1966 e estudar a forma como esse evento, de dimensão e visibilidade mundiais, constituiu um momento central para a popularização do futebol e o seu aproveitamento político por parte do Estado Novo. Naturalmente, esta abordagem pretenderá apontar para um enfoque multidisciplinar tendo, no entanto, o conhecimento histórico como eixo principal ao tempo que se pretenderá de futuro inventariar e dar a conhecer qual a cobertura jornalística do fenómeno “futebol” na imprensa portuguesa (*Diário da Manhã, Diário de Notícias, Diário de Lisboa, A Bola, Record e Mundo Desportivo*), sobre a participação portuguesa no Campeonato do Mundo de Futebol de 1966, aferindo nesse exercício a forma como o evento desportivo é retratado e assim vai crescendo o tratamento do “futebol como fenómeno social e político” na imprensa e

avaliar de que modo o futebol contribuiu para unir, homogeneizar e exaltar uma ideia de Nação, associada à defesa do domínio colonial, e averiguar se aquele serviu ao regime como veículo dos valores do Estado Novo e se este tinha como objetivo o aproveitamento político, e se a sua aproximação à modalidade dependia dos êxitos desportivos alcançados. Ou ainda se, também na sequência desse aproveitamento político, se pretendia fomentar o cultivo de uma identidade comum a partir do apoio e exaltação da seleção nacional.

Pretende-se ainda percorrer pistas no sentido de verificar se o futebol, os seus agentes e o seu meio foram utilizados como instrumentos e território de resistência ao Estado Novo.

Deverá lançar-se, ainda que de forma introdutória, uma dimensão de comparabilidade da seleção nacional de Portugal, em 1966, tendo como referência outras experiências similares, em particular os casos da seleção de Espanha, em 1964, e do Brasil, em 1970. Nesse sentido e a partir de uma confrontação internacional promover-se-á um estudo comparativo entre os casos português, espanhol (em plena ditadura franquista) e brasileiro (durante a ditadura militar). A opção por estes povos advém da sua matriz identitária próxima e, cumulativamente, da sua tradição de cultura desportiva. Como objetivo pretende-se, neste particular, avaliar se a relação entre futebol e política observa um padrão comum em regimes nacionalistas.

Concluindo, é comum afirmar-se que o futebol transporta, muitas vezes, uma conotação negativa pela sua pretensa “alienação”: «O futebol é o adversário de toda a negatividade, de todo o espírito crítico, de todo o pensamento alternativo e da construção de uma verdade democrática» (Vassort, in Pinheiro, 2012: 80). No entanto, poderá também, através do estudo do seu campo, tornar-se o seu oposto, revelando outras perspetivas da análise social e da realidade histórica.

Bibliografia

FONTES

Arquivos da Universidade de Coimbra – Biblioteca Geral.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo Histórico do Ministério da Educação Nacional.

Biblioteca Municipal de Coimbra.

Casa da Cultura de Coimbra – Hemeroteca.

Secretariado Nacional de Informação – SNI.

ENTREVISTAS

- Eusébio da Silva Ferreira.

- Fernando António Correia.

- Hilário Rosário da Conceição.

- Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

- Mário Esteves Coluna.

FONTES DIGITALIZADAS

- <http://www.debates.parlamento.pt>

FONTES INFORMATIZADAS

-<http://www.fifa.com>

-<http://www.francefootball.fr>

-<http://www.iffhs.de>

-<http://museuvirtual dofutebol.webs.com>

-<http://www.rtp.pt>

-<http://www.uefa.com>

FONTES IMPRESSAS

Publicações Periódicas Portuguesas:

A Bola.

Diário Desportivo.

Diário de Lisboa.

Diário da Manhã.

Diário de Notícias.

Jornal de Notícias.

Diário Popular.

O Jogo.

O Norte Desportivo.

Revista Stadium.

Record.

Publicações Periódicas Estrangeiras:

Estado de São Paulo.

Folha de São Paulo.

Diário Popular.

Gazeta Esportiva.

Mundo Esportivo.

A Equipe.

Daily Sketch.

Gazetta dello Sport.

France Football.

Le Monde.

Marca.

Sunday Express.

The Guardian.

The People.

Revista Goal.

LEGISLAÇÃO

Colecção Oficial da Legislação Portuguesa – Decreto-lei 32 241 de 5 de Setembro de 1942; Decreto-lei 32 946 de 3 de Agosto de 1943; Lei 2104 de 30 de Maio de 1960. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

OUTRAS FONTES

Congresso Nacional de Futebol (1964) – Lisboa: Edição da Federação Portuguesa de Futebol.
Estatuto do Jogador de Futebol do Sporting Clube de Portugal (1951) - Lisboa, Tipografia Gomes e Rodrigues (sd), 1951.

Estádio Salazar (1968) – Lourenço Marques: s/n.

FERRO; António (1938) – *Homens e Multidões*. Lisboa: s/n.

Inauguração do Estádio Salazar (1968) – Beira: Clube Ferroviário de Moçambique.

Regulamento das Relações entre os Clubes e os Jogadores de Futebol (1961) - Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol.

Regulamento das Relações entre os Clubes e os Jogadores de Futebol (1965) - Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol.

Regulamento das Relações entre os Clubes e os Jogadores de Futebol (1970) - Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol.

FONTES AUDIOVISUAIS

Aquivos Áudio: Rádio Renascença; Radio Difusão Portuguesa; Emissora Nacional.

O Nosso Futebol (1986) – Direção de Ricardo Costa, apresentação de António Vitorino de Almeida. Lisboa: RTP.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BEBIANO, Rui (2003) – *A cidade e a Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra*. Revista Crítica das Ciências Sociais.

_____ (2007) – *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.

BEBIANO, Rui e ESTANQUE, Elísio (2007) – “Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra”. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CARDINA, Miguel (2008) – *A Tradição da Contestação – Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Lisboa: Angelus Novus.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA – CNCCR (2011) – *Resistência: Da Alternativa Republicana à Luta Contra a Ditadura (1891-1974)*.

CRUZEIRO, Celso (1989) – *Coimbra, 1969. A Crise Académica, o Debate das Ideias e a Prática, Ontem e Hoje*. Porto: Edições Afrontamento.

CUNHA, Isabel Ferin Cunha (2012) - *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

DUARTE, Maria Benamor (1996) – “*Movimentos Estudantis*”, in ROSAS, Fernando e

BRANDÃO DE BRITO, J.M. (dir) e ROLLO, Maria Fernanda (coord) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand.

- _____ (1997) – *Foi apenas um Começo: A Crise Académica de 1969 na História do Movimento Estudantil dos anos Sessenta e da Luta contra o Estado Novo*. – Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: UNL.
- FERRO, António (2007) – *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Livraria Editora.
- FOUCAULT, M. (1972) – *The Archaeology of Knowledge*. Londres: Tavistock.
- FAGUNDES, João (2004) – “*Obras Públicas – A Grande Fachada do Estado Novo*”, in MEDINA, João (dir) - *História de Portugal, O Estado Novo* (II). Volume XVI. Amadora: Sape.
- FRANCO, A. Sousa (2004) – “*As Finanças do Estado Novo: O Mito Realizado e os seus Frutos*”, in MEDINA, João (dir) - *História de Portugal, O Estado Novo* (II). Volume XVI. Amadora: Sape.
- GIDENS, Anthony (1991) – *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- GELLNER, Ernest (1983) – *Nations And Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell.
- GRABER, Doris (2004) – *Mediated Politics and Citizenship in the twenty-first century*, Annu. Rev. Psychol.
- HALL, Stuart (1996) – “*Who Needs ‘Identity’?*”, in DU Gay, Paul e HALL, Stuart (eds) – *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage.
- HALL, Stuart (1997) – “*The Work of Representation*”, in HALL, Stuart (ed) – *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1985) – “*Memória sobre as causas do Ultimato Inglês de 1890*”, Coimbra, Volume LXI. Coimbra: Biblos.
- LEAL, Ernesto Castro (2004) – “*Mocidade Portuguesa*”, in MEDINA, João (dir) - *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, O Estado Novo* (II). Volume XVI. Amadora: Sape.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1974) – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- MARTINS, Alberto (1980) – “*Há Onze Anos em Coimbra. A Crise Académica de 1969*”. Revista História, nº 20. Lisboa.
- MATTOSO, José (1993) – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- _____ (1994) – *História de Portugal – O Estado Novo*. Volume VII (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa.
- _____ (1994) – *História de Portugal – Portugal em Transe*. Volume VIII (1974-1985). Lisboa: Editorial Estampa.
- MEDINA, João (2004) – “*Estado Novo, o Ditador e a Ditadura*”, in MEDINA, João (dir) – *História de Portugal, O Estado Novo* (II). Volume XVI. Amadora: Sape.
-

NEVES, José (2008) – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História do Século XX*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.

NUNES, João Paulo Avelãs (2010) – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ó, Jorge Ramos do (1990) – “*Salazarismo e Cultura*”, in ROSAS, Fernando (coord) – *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Volume XII. Lisboa. Editorial Presença.

_____ (1996) – “*Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo/Secretaria de Estado da Informação e Turismo*” in ROSAS, Fernando e BRANDÃO DE BRITO, J.M. (coord) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand.

ROSAS, Fernando e BRANDÃO DE BRITO, J.M. (1996) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand.

ROSAS, Fernando (1994) – “*A Lenta Agonia do Salazarismo*”, in Mattoso, José (dir) – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa.

_____ (1989) – “*O País, o Regime e a Oposição nas vésperas das Eleições de 1958*”, in REIS, António (coord) – *Portugal Contemporâneo. LISBOA: Alfa*.

_____ (1990) – “*Os Anos da Guerra e a Primeira Crise do Regime*”, in REIS, António (coord) – *Portugal Contemporâneo. Volume IV. LISBOA: Alfa*.

THOMPSON, John (1995) – *The Media and the Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge: Polity Press.

TORGAL, Luís Reis (2009) – *Estados Novos, Estado Novo*. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis (2009) – *Estados Novos, Estado Novo*. Volume II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993) – *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Ed. Afrontamento.

VENTURA, António (2004) – “*Marcello Caetano*”, in MEDINA, João (dir) – *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Volume XVII. O Estado Novo (III). Amadora: Sape.

_____ (2004) – “*A Primavera Marcelista*”, in MEDINA, João (dir) -*História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Volume XVII. O Estado Novo (III). Amadora: Sape.

WOLF, Mauro (1995) – *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- ÁGOAS, Frederico (2004) – “*Que de Longe Parecem Moscas: Contributos para uma Arqueologia do Estádio de Futebol*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2004) – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- ÁGOAS, Frederico e GOMES, Pedro David (2011) – “*Contributos para uma Genealogia do Estádio de Futebol em Portugal: Arquitetura, Estado e Cultura de Massas*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal – Corpo, Espaços e Média*. Volume I. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- AJA, Teresa Gonzalez (2002) – *Sport y Autoritarismos. La Utilizacion del Deporte por el Comunismo y el Fascismo*. Madrid: Alianza.
- ANDERSON, Benedict (1983) – *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- ARCHETTI, Eduardo (1994a) – “*Argentina and the World Cup: In serch of National Identity*”, in Sugden & Tomlinson (eds), *Hosts and Champions*. Aldershot: Arena.
- _____ (1994b) – “*Masculinity and Football: The Formation of National Identity in Argentina*”, in Willians (ed), *Game Without Frontiers*. Aldershot: Arena.
- _____ (2004) – “*El Mundial de Fútbol de 1978 en Argentina: Vitória Deportiva y Derrota Moral*”, in *Memória y Civilización*, nº 7. (s/n).
- ARMSTRONG, Gary e GIULIANOTTI, Richard (1999) – *Football Cultures and Identities*. London: Macmillan.
- AZEVEDO, Rogério (2010) – *Portugal nos Mundiais de Futebol*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BARROS, Carlos (1996) – *Football Demand in Portugal: 1960 -1993*. Lisboa: ISEG.
- BATISTA, Luís (2009) – “*Projecto(s) de Alterações Aos Estados Humanos: Arquitectura, Desporto e Publicidade Política*”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- BECK, Peter J. (1999) – *Scoring for Britain: International Football and International Politics, 1900-1939: International Football and International Politics, 1900-39 (Sport in the Global Society*. London: Frank Cass Publishers
- BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (2009) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- BENTO, Jorge Olímpio (2009) – “*Acerca da Conjuntura Corporal: Desporto Versus Actividade Física*”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.

- BILLIG, Michael (1995) – *Banal Nationalism*. London: Sage Publications.
- BITTENCOURT, Marcelo (2010) – “*Jogando no Campo do Inimigo: Futebol e Luta Política em Angola*”, in MELO, Victor Andrade, BITTENCOURT, Marcelo e NASCIMENTO, Augusto (orgs) – *Mais que um Jogo: O Esporte e o Continente Africano*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- BITTENCOURT, Marcelo (2010) – Intervenção realizada no dia 11 de Novembro, no painel: “*O Desporto nos Países Africanos: Entre as Práticas Coloniais e os Processos de Modernidade*”, in 7ª Congresso Ibérico de Estudos Africanos (ISCTE) – *Tradição, Modernidade e Esporte na Angola Independente*. Lisboa. ISCTE.
- BONIFACE, Pascal (2002) – *A Terra é Redonda como uma Bola: Geopolítica do Futebol*. Mem Martins: Inquérito.
- BORGES, Fernando (2010) – “*Pontapé Inicial: Um Estudo de Caso no Cabo-Verde Moderno*”, in MELO, Victor Andrade, BITTENCOURT, Marcelo e NASCIMENTO, Augusto (orgs) – *Mais que um Jogo: O Esporte e o Continente Africano*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- BROHM, Jean-Marie (1976) - *Sociologie Politique du Sport*. Paris: J.P. Delarge.
- BROHM, Jean-Marie e PERELMAN, Marc e VASSORT, Patric (2004) – *A ideologia do Esporte-Espetáculo e suas Vítimas*. S/n (local): Le Monde Diplomatique.
- BROMBERGER, Christian (1994) – “*Football Passion and World Cup: Why so Much Sound and Fury?*”, in SUDGEN, J and TOMILSON, A - *Hosts and Champion*. Aldershot: Arena.
- _____ (1995) – *Le macht de Football. Ethnologied’ une Passion Partisane à Marseille. Naples et Turim*. Paris: Editions de La Maison des Sciences de L’Homme.
- _____ (1998) – *Football. La Bagatelle la Plus Sérieuse du Monde*. Paris: Bayard.
- BROWN, Adam (1998) – *Fanatics: Power, Identity, and Fandom in Football*. Londres: Routledge.
- BOTTO, José de Ayala (1955) – *Salazar e o Desporto*. Lisboa: s/n.
- CARREIRA, Salazar (1948) – *A Missão Educativa do Desporto*. Lisboa: Separata do Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar.
- CARVALHO, Maria José (2009) – “*Estado e Desporto Profissional: Relação Política e Regulativa*”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- CLAUSSEN, Detlev (2012) – “*Béla Guttmann no Benfica: No Centro do Futebol Mundial*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.
-

- COELHO, João Nuno (2001) – *Portugal, a Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Edições Afrontamento.
- COELHO, João Nuno e PINHEIRO, Francisco (2002) – *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- COELHO, João Nuno e PINHEIRO, Francisco (2004) – *A Nossa Selecção em 50 Jogos: 1921/2004*. Porto: Edições Afrontamento.
- COELHO, João Nuno e PINHEIRO, Francisco (2012) – *República, Desporto e Imprensa – Desporto na I República em 100 Primeiras Páginas, 1910 – 1926*. Porto: Edições Afrontamento.
- CORREIA, José Pinto (2009) – “Políticas Públicas e Desenvolvimento do Desporto”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- COSTA, António da Silva José (1997) – *À Volta do Estádio. O Desporto, o Homem e a Sociedade*. Porto: Campo das Letras.
- COSTA, Vítor (2011) – “O Desporto e a Sociedade em Portugal entre Finais do Século XIX e inícios do Século XX”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume I. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- _____ (2009) – “Desporto e Política – Dois fenómenos Estruturalmente Idênticos”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- CRESPO, Jorge (1976) – *O Desenvolvimento do Desporto em Portugal – Um Acto político*. Lisboa: Edições ISEF.
- CROLLEY, Liz e DUKE, Vic (1996) - *Football, Nationality and the State*. London: Addison.
- CROLLEY, Liz (1998) – “National Obsessions and Identities in Football Match Reports”, in BROWN, Adam (ed) – *Fanatics: Power, Identity and Fandom in Football*. London: Routledge.
- CSANADI, Arpad (1963) – *El Futbol*. Barcelona: Planeta.
- DARBY, Paul (2006) – *Migração para Portugal de Jogadores de Futebol Africanos: Recurso Colonial e Neocolonial*. Volume XLI, in *Análise Social*.
- DIAS, Rui (2008) – *O Rei. 66 Anos na Vida de Eusébio*. Lisboa: Record.
- DOMINGOS, Nuno (2004) – “O Gesto no Jogo”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DOMINGOS, Nuno (2004) – “O Futebol e o Trabalho”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.

DOMINGOS, Nuno (2006) – “*Futebol e Colonialismo, Dominação e Apropriação: Sobre o caso Moçambicano*”. Volume XLI (179) in *Análise Social*.

DOMINGOS, Nuno (2010) – *Um Estádio na Cidade. 50 Anos do Parque de Jogos 1º de Maio*. Lisboa: Fundação INATEL.

DOMINGOS, Nuno (2012) – “*A força dos Laços Desportivos, Associativismo e a Estruturação Urbana no Moçambique Colonial*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.

DOMINGOS, Nuno (2012) – “*Entrevista a Detlev Claussen – Introdução à Entrevista*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.

DOMINGOS, Nuno e NEVES, José (2012) – “*Entrevista a Detlev Claussen- Futebol e Modernidade: Béla Guttmann. Eusébio. Adorno. Fritz Lang. Alban e Outros*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) - *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.

DOMINGOS, Nuno (2011) – “*O Desporto e o Império Português*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume II. Vila do Conde: QUIDNOVI.

DOMINGOS, Nuno e KUMAR, Raúl (2006) – “*A Evolução da Notícia Desportiva em Portugal*”, in CURTO, Diogo Ramada (org) – *Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia (MCT).

DOMINGOS, Nuno e KUMAR, Raúl (2006) – “*A Grande Narrativa Futebolística – História da Notícia Desportiva em Portugal no Século XX*”, in CURTO, Diogo Ramada (org) – *Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DOMINGOS, Nuno e KUMAR, Raúl (2011) – “*A Grande Narrativa Desportiva: O Desporto nos Média em Portugal*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume I. Vila do Conde: QUIDNOVI.

DOMINGUES, Nuno Batista (2004) – “*O Futebol e a Indústria no Barreiro*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (coord) – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.

DOMINGOS TERESA, Major Marco António (2006) – “*Geopolítica e Desporto de Massas*”. Nº 11 (Outubro) Lisboa: Revista Militar.

DUNNIG, Eric (1971) – “*The Sociology of Sports: A Selection of Readings*”. Londres: Ed. Frank Cass.

- DUNNING, Eric (1979) – “*Soccer: The Social Origins of sport and its Developments as a Spectacle and profession*”, in *Sports Council*.
- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric (1994) – *Sport et Civilisation. La violence ma” Trisée*. Paris: Fayard.
- ESTEVES, José (1979) – *Racismo e Desporto*. Lisboa: Básica Editora.
- FEIO, Noronha (1979) – *Desporto e Políticas. -Ensaio*. Lisboa: Compendium.
- GARCIA, Rui Proença (2009) – “*De um Desporto sem Ideologias para Um Desporto com Ideias*”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- GUTERMAN, Marcos (2006) – *O Futebol Explica o Brasil: O Caso da Copa de 70*.- Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: B-ON.
- GUTTMANN, Allen (2002) – *The Olympics: A History of the Modern Games*. EUA-Illinois: University Illinois Press.
- HARGREAVES, John (1986) – *Sport Power and Culture*. Cambridge: Polity Press.
- _____ (2000) – *Freedom for California? Catalan Nationalism, Spanish Identity and the Barcelona Olympic Games*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOBBSAWM, Eric (1998) – *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Lisboa: Terramar.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (2007) – “*Coimbra: A Luta Estudantil e o Património Identitário da Cidade*”, in HOMEM, Amadeu Carvalho (coord) – *Um Século de Lutas Académicas*. Coimbra: Editorial Moura Pinto.
- JARVIE, G (1992) – “*Sport, Nationalism and Cultural Identity*”, in ALLISON, L (ed), *The Changing Politics on Sport*. Manchester: Univ. Press
- KUMAR, Rahul (2004) – “*Da Bancada aos Sofás da Europa – Apontamentos sobre os Média e o Futebol no Século XX Português*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (coord) – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- KUMAR, Rahul (2012) – “*Futebol e Política no Portugal Democrático – A Lógica da Conversão de Capitais*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) - *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- KUPER, Simon (2006) – *Soccer Against the Enemy: How the World’s Most Popular Sport Starts and Fuels Revolutions and Keeps Dictators in Power*. New York: Nation Books.
- LLANTO, Pablo (2005) – *La Verguenza de Todos – El dedo en la llaga del Mundial 78*. Buenos Aires: Ediciones Madres de la Plaza de Mayo.
- LOBO, Luís Freitas (2002) – *Os Magos do Futebol*. Lisboa: Bertrand.

- MANGAN, J. A. (1996) - *Tribal Identities: Nationalism, Europe, Sport*. Londres: Franck Cass.
- MALHEIRO, João (s/d) – “*Deus, Pátria e Família, Eusébio*”, in *Obrigada Eusébio*. Lisboa: Estar Editora.
- MATOS, José Nuno (2012) – “*Anarquistas e Desportistas: A Batalha VS. A Batalha*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) - *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- MELO, Afonso de (2004) – *Cinco Escudos Azuis – A História da Selecção Nacional de Futebol de 1921 até aos Nossos Dias*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- _____ (2004) – *Guia dos Resultados da Selecção Nacional de Futebol*. Lisboa: Dom Quixote.
- _____ (2004) – *Guia dos Resultados da Selecção Nacional de Futebol*. Lisboa: Dom Quixote. Camarate: PRIME BOOKS.
- _____ (2005) – *Viagem em Redor do Planeta Eusébio*. Camarate: Prime Books.
- MIGNOM, Patrick (1998) – *La Passion du Football*. Paris: Odile Jacob.
- MORRIS, Desmond (1981) – *A Tribo do Futebol*. Mem Martins: Europa-América.
- NEVES, José (2004a) – “*As Chuteiras Não Têm Pátria – Futebol, Nacionalismo e Tempo*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2004) – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- NEVES, José (2004b) – “*O Eterno Fado Dos Últimos Trinta Metros – Futebol, Nacionalismo e Corpo*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- NEVES, José (2004c) – *Desporto, Espectáculo, Identidades. Futebol: O Estádio da Nação*. Lisboa: Política XXI.
- NEVES, José (2009) – “*Ler Desportivamente Lenine – Para a História do Comunismo e do Desporto em Portugal*”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- NEVES, José (2011) – “*Os Comunistas e a Nacionalização do Futebol*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume II. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2004) – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal – Corpo, Espaços e Média*. Volume I. Vila do Conde: QUIDNOVI.

- NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume I. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume II. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal- Classe, Associativismo e Estado*. Volume III. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- NEVES, José e RODRIGUES, João (2004) – “Do Amor à Camisola – Notas Críticas da Economia Política do Futebol”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- NORBERT, Elias e DUNNING, Eric (1992) – *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- NUNES, Ana Bela e VALÉRIO, Nuno (1996) – *Contribuição para a História do Futebol em Portugal*. Lisboa: ISEG.
- _____ (2001) – “O Futebol Desporto-Rei 1945-1974”, in Revista História, Série III. Ano XXIII, nº 37.
- ORTEGA Y GOSSET, José (2005) – “El Origen Desportivo del Estado”, in *Obras Completas*. Tomo II. Madrid: Taurus/Fundación.
- PARREIRÃO, Henrique (1989) – *1914 -1989. Os Anos de Diamante no 1º Centenário do Futebol Português*. Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol.
- PINHEIRO, Francisco (2011) – *História da Imprensa Desportiva em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- PINHEIRO, Francisco (2012) – “Futebol e Política na Ditadura – Factos e Mitos”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- ROSA, Baptista e SANTOS, Vasco (1966) – *Seleccção Nacional de Futebol de 1966*. Lisboa. Agência Portuguesa de Revistas.
- RODRIGUES, João (2004) – “Do Amor à Camisola – Notas Críticas da Economia Política do Futebol”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2004) – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SANTOS, Ana (2004) – *Heróis Desportivos. Estudo de Caso sobre Eusébio – de corpo a Ícone da Nação*. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.
- SANTOS, M (1997) – *História do Futebol, Origens, Nomes, Números e Factos. Mem Martins: Sportpress*.
- SÉRGIO, Manuel (1974) – *Para uma Nova Dimensão do Desporto*. Lisboa. Direcção- Geral da Educação Física e Desporto.
-

- SÉRGIO, Manuel (1980) – *Heróis Olímpicos do Nosso Tempo*. Lisboa: Compendium.
- SERRA, Pedro (2008) – “*Os Estádios de Futebol como Veículo de Propaganda do Estado Novo*”, in *Brotéria*. Volume V. 167.
- SERRADO, Ricardo (2009) – *O Jogo de Salazar – A Política e o Futebol no Estado Novo*. Lisboa: Oficina do Livro.
- SERRADO, Ricardo (2012) – *O Estado Novo e o Futebol*. Lisboa: Prime Books.
- SERRADO, Ricardo e SERRA, Pedro (2010) – *História do Futebol Português*. Volume I – *Das Origens ao 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Prime Books.
- SERRADO, Ricardo e SERRA, Pedro (2010) – *História do Futebol Português*. Volume II – *Do 25 de Abril à Actualidade*. Lisboa: Prime Books.
- SILVA, Eugénio (1990) – *Eusébio: Pantera Negra*. Lisboa: Meribérica – Liber.
- SILVA COSTA, António (1997) – *À Volta do Estádio – O Desporto, o Homem e a Sociedade*. Porto: Campos das Letras.
- SIMÕES, António (2011) – *Desporto com Política*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SOARES, António Jorge José (2009) – “*A Interpretação Negativa do Desporto e as suas Simplificações*”, in BENTO, Jorge Olímpio e CONSTANTINO, José Manuel (coord) – *O Desporto e o Estado – Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- SOBRAL, José Manuel (2004) – “*O Norte, o Sul, a Raça e a Nação – Representação da Identidade Nacional Portuguesa (Séculos XIX – XX)*”, in *Análise Social*. Volume XXXIX. Nº 171.
- SOBRAL, Luís (1996) – “*Desporto*” in ROSAS, Fernando e BRANDÃO DE BRITO, J.M. (coord) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand.
- SOBRAL, Luís (2001) – “*Final da Taça de 1969. O Dia em que o Futebol fintou o Regime*”, in *Revista de História*, III Série. Ano XXIII. Nº 37 (Julho/Agosto).
- SUGDEN, John e TOMLINSON, ALAN (1998) – *FIFA and the Contest for World Football*. Londres: Polity.
- STEPHEN, Wagg (2006) - *Anjos de todos nós? Os Treinadores de Futebol, a Globalização e as Políticas de Celebridade*. Volume XLI. (S/n) *Análise Social*.
- TIESLER, Nina Clara (2012) – “*Ensaio sobre a Festa, o Futebol e a «Batalha dos Nacionalistas»*”, in TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (coord) – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno (2012) – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento.

- TIESLER, Nina Clara e COELHO, João Nuno (s/d) – “*O Futebol Globalizado: Uma Perspectiva Lusocêntrica*”, in *Revista Análise Social*. Volume 41, nº 179. LISBOA: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- TRINDADE, Luís (2011) – “*A Imagem do Sportsman e o Espectáculo Desportivo*”, in NEVES, José e DOMINGOS, Nuno (2011) – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação, Império e Globalização*. Volume I. Vila do Conde: QUIDNOVI.
- TOVAR, Rui (2004) - *Almanaque da Selecção: Edição do Campeonato Europeu de 2004*. Lisboa : Almanaxi.
- TOVAR, Rui (1980) – *A Selecção Nacional de Futebol*. Lisboa: Amigos do Livro.
- _____ (2008) – “*Desporto*”, in *Os Anos de Salazar, 1961. O Ano de Todos os Perigos*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- _____ (2008) – “*Desporto*”, in *Os Anos de Salazar, 1962. A Crise Académica*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- VAQUINHAS, Maria Irene (1992) – “*O Conceito de «Decadência Fisiológica da Raça» e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal*”- *Revista de História das Ideias*. Volume 14. Coimbra: IUC.
- VÁRIOS AUTORES (2008) – *Os Anos de Salazar, 1954. Cinco Violinos no Relvado*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- VÁRIOS AUTORES (2008) – *Os Anos de Salazar, 1966. A Nossa Batalha de Inglaterra*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- VÁRIOS AUTORES (2008) – *Os Anos de Salazar, 1969. Evolução na Continuidade*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- VÁRIOS AUTORES (1996) – *Inglaterra, 30 anos Depois*. Lisboa: CNID.
- VÁRIOS AUTORES (1979) – *Os Grandes Momentos do Desporto Português*. Mafra: s/n.
- VALÉRIO, Nuno e NUNES, Anabela (1996) – *Contribuição para a História do Futebol Português*. Lisboa. ISEG.
- VÁRIOS AUTORES (2001) – *A Era do Futebol*, in *A Revista de História* – nº 37 (Julho/Agosto). 3ª Série.
- VASSORT, Patrick (2005) – *Football et Politique, Sociologie Historique d'une Domination*. Paris: L'harmattan.
- VIEIRA, Joaquim (2009) – *Crónica de Ouro do Futebol Português*. VOLUMES I a V. Lisboa. Círculo de Leitores.
- WAGG, Stephen (eds) (1984) – *The Football World*. Brighton: Harvester.

WAGG, Stephen (eds) (1995) – *Giving the Game Away, Football, Politics and Culture on Five Continents*. Leicester: Leicester University Press.